UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOCIANE MARTA DA SILVA CORREIA

OS SENTIDOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (*CAMPUS* JACOBINA, 2014 – 2017)

Salvador - BA
2018

JOCIANE MARTA DA SILVA CORREIA

OS SENTIDOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (*CAMPUS* JACOBINA, 2014 – 2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Couto Cunha

Salvador - BA
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Correia, Jociane Marta da Silva.
Os sentidos da política de assistência estudantil para estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia (*Campu*s Jacobina, 2014 – 2017) / Jociane Marta da Silva Correia. – 2018.
138 f. : il.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Couto Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Estudantes - Programas de assistência. 2. Estudantes - Auxílio financeiro. 3. Juventude - Condições sociais. 4. Pobreza. 5. Desigualdade social. 6. Educação. 7. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Programa de Assistência e Apoio ao Estudante. I. Cunha, Maria Couto. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 379.26 – 23. ed.

JOCIANE MARTA DA SILVA CORREIA

OS SENTIDOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (*CAMPUS* JACOBINA, 2014 – 2017)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 5 de março de 2018.

Gilvanice Barbosa da Silva Musial
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Cristiane Brito Machado
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)

Gabriel Swalihi Sales de Almeida
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Maria Couto Cunha – Orientadora
Doutora emEducação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia(UFBA)

Dedico este trabalho aos meus pais, José Maria e Zaria, pela doação de vida, dedicação e amor incondicional. Pelos ensinamentos, por terem me dado educação e sempre tê-la colocado como elemento primordial na minha vida e na vida das minhas irmãs. A vocês que, muitas vezes, renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. As minhas conquistas são suas.

AGRADECIMENTOS

Não foi nada fácil chegar até aqui. Do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do mestrado, foi um longo caminho percorrido, mas eu consegui.

Agradeço a todos aqueles que sempre confiaram em mim.

Ao meu bom Deus, obrigada por tudo...

À minha família, sobretudo aos meus pais, os pilares da minha vida, pelo amor, carinho e incentivo.

À Professora doutora Maria Couto Cunha, minha orientadora, pelo apoio e disponibilidade no acompanhamento e orientação deste trabalho, sem a qual não seria possível a realização deste estudo.

Aos meus amigos e amigas, por compreenderem a minha ausência durante os dois anos de mestrado.

À minha grande amiga Ariane Queiroz pelo apoio de sempre, pelas palavras sábias, pelo estímulo quando as dificuldades me abatiam. Obrigada amiga pelo carinho de sempre.

Aos (as) amigos (as) que conquistei em Salvador, pessoas que assim como eu, estão distantes dos seus familiares em busca dos seus sonhos. Rafaela, Marcos, Naiana, Joseilton e Andréia, obrigada pela acolhida, carinho e estada no apartamento 404 B. Irei levá-los para sempre em meu coração.

Meus sinceros agradecimentos aos oito discentes do IFBA/*Campus* Jacobina, participantes deste estudo, por responderem as perguntas das entrevistas com presteza e sinceridade, fornecendo informações fundamentais que deram sentido para esse trabalho.

RESUMO

O Brasil é um país extremamente desigual e esse fenômeno tem impactos diversos, em especial sobre as condições de pobreza e precariedade de vida das pessoas. A questão da pobreza tem reflexo na educação, onde há várias expressões da exclusão apresentadas nos relatos de dificuldades de acesso e permanência na escola em decorrência das sequelas da questão social que invadem o cotidiano escolar. Foi no sentido de intervir nessa realidade que surgiu a Política de Assistência Estudantil, política esta que tem como objetivo a integração acadêmica, científica e social dos alunos, incentivando-os ao exercício da cidadania, promovendo seu êxito acadêmico e dando-lhes condições de acesso, permanência e conclusão dos seus cursos. Este estudo teve como tema a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/*Campus* Jacobina, estando centrado na percepção de estudantes dos cursos de ensino médio integrado acerca do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE. Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e enfoque indutivo, de inspiração fenomenológica. Para tanto, foram feitas entrevistas individuais, com o objetivo de conhecer a realidade do estudante bolsista antes e depois de seu ingresso na instituição. Também foi desenvolvido um encontro com a técnica de grupo focal com esse mesmo objetivo. Os dados confirmaram a importância do apoio que o Programa oferece para a permanência dos estudantes, abrindo novas oportunidades para esses jovens de classes populares, cujas condições de escolaridade inicial nem sempre foram favoráveis aos seus sucessos escolares e que sem esse apoio dificilmente seria possível continuarem como estudantes da Instituição.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Programa de Assistência e Apoio ao Estudante. Pobreza. Desigualdade Social. Educação.

ABSTRACT

Brazil is an extremely unequal country and this phenomenon has diverse impacts, especially on the conditions of poverty and precariousness over people's lives. The issue of poverty is reflected in education in which there are several expressions of exclusion presented in the reports of difficulties of access and permanence in school due to the sequels of the social question that invade the school routine. It was in order to intervene in this reality that the Student Assistance Policy emerged. This policy aims at the academic, scientific and social integration of students, encouraging them to exercise their citizenship, as well as promoting their academic success and giving them the conditions of access, permanence and conclusion of their courses. This study analyzed the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia - IFBA, at Jacobina *Campus*, focusing on the perception of students of integrated secondary education on the Program of Assistance and Student Support - PAAE. A qualitative research was carried out, with a descriptive character and an inductive approach as well as a phenomenological inspiration. Individual interviews were conducted with the purpose of knowing the reality of the student that receives the scholarship, before and after his/her joining of the institution. The focal group technique was also used for this same purpose. The data confirmed the importance of the support that the Program offers for the permanence of the students, opening up new opportunities for young people from lower classes, whose initial schooling conditions were not always favorable to their school successes and who, without this support, would hardly be able to continue as students of the Institution.

Key-words: Student Assistance Policy. Program of Assistance and Support to the Student. Poverty. Social inequality. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Total de Alunos por Forma de Ensino	59
Quadro 1 –	Mudanças na nomenclatura do IFBA de 1909 até 2009	69
Figura 1 –	IFBA após Expansão I	70
Figura 2 –	IFBA após Expansão II	70
Figura 3 -	IFBA a partir de 2014	71
Figura 4 –	Localização de Jacobina e demais municípios da região	72
Quadro 2 –	Política de Assistência Estudantil do IFBA	76
Quadro 3 –	Plano de análise das categorias analíticas	79
Quadro 4 –	Caracterização dos bolsistas pertencentes ao universo da pesquisa	81
Gráfico 2 –	Quantidade de bolsistas dos cursos técnicos em Informática, Mineração e Eletromecânica do IFBA/*Campus* Jacobina, por modalidade em 2017	83
Quadro 5 –	Perfis dos bolsistas selecionados para a amostra da pesquisa	84
Quadro 6 –	Nível de escolaridade dos pais dos alunos da amostra	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos municípios do nordeste brasileiro conforme situação de pobreza 1995 e 1999 25
Tabela 2 – Classificação dos municípios do nordeste brasileiro conforme situação de pobreza 2002 e 2006 26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CENTEC	Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNEC	Cenecista
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CONIF	Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais
CONSUP	Conselho Superior
CF	Constituição Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IFBAIANO	Instituto Federal Baiano
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PME	Plano Municipal de Educação
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
IPC-IG	Políticas para o Crescimento Inclusivo
PROSEL	Processo Seletivo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PAE	Programa de Assistência ao Educando
PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
PINA	Programa de Incentivo à Aprendizagem
PIICT	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE	Termo de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido
TEM	Torres Eólicas do Nordeste
UNE	União Nacional dos Estudantes
UF	Unidade da Federação
UNEDs	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**14**
1.1	PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	14
1.2	JUSTIFICATIVA	18
2	**DESIGUALDADES SOCIAIS, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO CENÁRIO BRASILEIRO**	**21**
2.1	CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO	21
2.2	JUVENTUDE BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO	31
2.3	AÇÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	38
3	**PANORAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL**	**45**
3.1	A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	45
3.2	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES	51
3.3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO	53
4	**PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**	**58**
4.1	ABORDAGENS DA PESQUISA	58
4.2	LOCAL DA PESQUISA	59
4.3	AMOSTRA	60
4.4	INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA	62
4.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DE DADOS	65
4.6	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	65
5	**O IFBA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS**	**67**
5.1	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL	67
5.2	O IFBA: BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO	68
5.2.1	***Campus* Jacobina**	**71**

5.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA 73
5.3.1 O Programa de Assistência e Apoio ao Estudante - PAAE no *Campus* Jacobina 77
5.4 SENTIDOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES BOLSISTAS DO IFBA/JACOBINA 79
5.4.1 Os estudantes do ensino médio integrado, bolsistas dos cursos de técnico em mineração, eletromecânica e informática do IFBA/Jacobina em 2017 80
5.4.2 A vida escolar dos entrevistados antes do ingresso no IFBA 85
5.4.2.1 Condições de funcionamento das escolas 86
5.4.2.2 Relação dos dirigentes da escola de origem com o alunado 89
5.4.2.3 Condições de aprendizagem a partir da atuação docente e dos métodos de ensino na escola de origem 90
5.4.2.4 Conteúdos curriculares oferecidos nas escolas 92
5.4.2.5 Dificuldades de aprendizagem e as possibilidades de sucesso nos estudos 93
5.4.3 A escolha da instituição e o curso 96
5.4.4 A percepção dos estudantes bolsistas acerca do programa de assistência e apoio ao Estudante 99
5.4.4.1 As primeiras impressões dos estudantes após o ingresso e sobre o conhecimento do programa de assistência e apoio ao estudante 99
5.4.4.2 A contribuição dos auxílios e bolsas para a permanência do aluno na instituição e para o aproveitamento no curso 101
5.4.4.3 Integração e convivência dos entrevistados na vida escolar no IFBA 106
5.4.5 Perspectivas futuras no campo profissional 109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 112
REFERÊNCIAS 117
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS 126
ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO 129
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 130
ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO 132
ANEXO D – FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA 134

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade são os grandes desafios da sociedade brasileira no século XXI. Suas causas mais imediatas encontram-se nas limitações do processo de desenvolvimento conduzido pelo Estado na contemporaneidade (MENDES; BUZINARI; OLIVEIRA, 2006). Grande parcela da população brasileira confronta-se diariamente com situação de extrema pobreza. A crescente exclusão social e, consequentemente, pauperização das massas trabalhadoras, levou o governo a criar mecanismos de proteção social para garantir a melhoria de vida da população. Esse fato se repete em diversos espaços da sociedade, dentre eles o espaço educacional, no qual se destaca a fragilidade socioeconômica vivenciada por inúmeros estudantes dos cursos da educação básica e da educação superior.

O relatório mundial da ONU sobre a situação da população mundial publicado em 2002 aponta que o acesso geral ao ensino básico aumentou no mundo todo. No entanto, estudo recente sobre 35 países da África revelou que metade dos jovens de 15 a 19 anos não completava o primeiro ano de estudo. No sul da Ásia, na África Ocidental e na África Central, uma minoria nunca se matriculou na escola. Na América Latina, ao contrário, quase todas as crianças completam o primeiro ano de ensino, mas as taxas de abandono escolar posteriores são elevadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002).

No Brasil, 92% dos jovens de 15 a 19 anos das famílias mais pobres terminam o primeiro ano, diz o relatório mundial da ONU acima citado, mas apenas metade completa o quinto ano. O relatório informa que muitos países alcançariam o objetivo do ensino primário universal caso se limitassem a aumentar a escolarização dos pobres.

Deste modo, é de grande importância a implementação de políticas públicas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, que venham ampliar as oportunidades para um maior número de indivíduos. Políticas distributivas são indispensáveis para melhorar as condições de vida e de bem-estar da população vulnerável, estendendo tais benefícios para o setor educacional.

1.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Com a aprovação da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito. Em seu artigo sexto,

define educação como direito social, juntamente com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A Carta Magna consagra a educação como dever da Família e do Estado (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art.206, I).

O Brasil apresenta uma das maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro das instituições escolares. É notório que vários alunos vencem a difícil barreira do vestibular ou do processo seletivo e ao ingressarem nestas instituições já chegam em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos, pois eles advêm de famílias de baixa renda e, consequentemente, não conseguem êxito em seu percurso acadêmico, caso não lhes sejam ofertadas condições objetivas para tal. Estas dificuldades de acesso, permanência e conclusão nos cursos por uma parcela significativa do segmento estudantil, portanto, levou o governo a criar mecanismos de proteção social para garantir a permanência e a conclusão dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

É, consequentemente, no sentido de intervir nessa realidade que surgem ações nos sistemas de ensino que dão apoio e sustentação aos estudantes nas escolas para que permaneçam e concluam os seus cursos. São programas diversificados que são desenvolvidos tanto na educação básica como na educação superior, configurando a política de assistência estudantil. Esta política abrange os alunos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, convertendo-se em ações com o objetivo de promover a integração acadêmica, científica e social dos alunos, incentivando-os ao exercício da cidadania, promovendo seu êxito acadêmico e dando-lhes condições de acesso, permanência e conclusão dos seus cursos.

De fato, uma grande diversidade na situação do alunado é observada dentro desses espaços escolares, destacando-se a fragilidade socioeconômica vivenciada por muitos discentes, vários advindos de famílias de baixa renda, e, portanto, necessitando de mecanismos que garantam a sua permanência na educação pública. Sendo assim, é de grande importância a implementação de políticas que incidem sobre os efeitos gerados pelas desigualdades dentro desses espaços escolares.

Em maio de 2002, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas que, dentre outros programas, contempla a promoção da sensibilização para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as

que estão ligadas às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 2002). Posteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a). Seu principal objetivo foi o de criar condições de acesso e permanência na educação superior por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições, o aumento do número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação dos cursos noturnos. No mesmo ano o governo federal institui pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2007b), resultante do Plano Nacional de Assistência Estudantil, formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Em 19 de julho de 2010, o PNAES foi consolidado como programa de Estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação (MEC), através do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010). O texto do PNAES faz alusão aos cursos de nível superior e no artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010 mostrou-se clara a sua extensão para os Institutos Federais: "As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades [...]" (BRASIL, 2010).

Com base nesse contexto pode-se afirmar que para o presente estudo, a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES –, elaborado no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 12 de Dezembro de 2007, representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino público.

Segundo o decreto, em seu artigo 5º, "serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio". Neste documento, foram definidas as áreas em que deverão ser desenvolvidas ações de assistência, são elas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. E em seu artigo 2º reforça a importância do PNAES para a permanência no ensino dos alunos oriundos de camadas populares.

Pensando nestas dificuldades e preocupado com a formação dos sujeitos para o mundo do trabalho, em especial daqueles pertencentes as famílias com baixo poder aquisitivo o Instituto Federal da Bahia – IFBA, a partir da regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em 2010, elaborou as Normas e Diretrizes para a Política de Assistência

Estudantil. Investigar essa política implica o estudo da política social a qual está vinculada diretamente a política educacional brasileira, enquanto instrumento de garantia do direito social do cidadão.

Os objetivos da política estão devidamente documentados no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do governo federal e nas Normas e Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do IFBA, mas faz-se necessário saber como a Política tem tido o êxito esperado e como seus resultados estão sendo percebidos pelos alunos.

O presente trabalho tem como tema a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, estando centrado no Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE do *Campus* de Jacobina focalizando a percepção do estudante bolsista do Ensino Médio Integrado acerca deste Programa. Esta política possibilita que estudantes, em especial os oriundos dos grupos de situação de vulnerabilidade social tenham condições para a permanência na escola e realização da formação acadêmica, para que o direito à educação possa ser efetivamente alcançado. As ações da Política de Assistência Estudantil podem ser efetivadas através da concessão de auxílios e bolsas, como também de ações voltadas ao processo de formação humana, relacionadas à: cidadania, gênero lazer, saúde, entre outras, objetivando melhorar a situação de vulnerabilidade social apresentadas por esses estudantes.

Portanto, a pesquisa pretendeu estudar a forma como os alunos dos cursos do ensino médio integrado do Instituto Federal da Bahia do *Campus* de Jacobina, participantes do Programa, percebem os resultados das ações do PAAE, na perspectiva de contribuição para o seu desempenho acadêmico e para as suas condições de vida futura, especialmente ligada a sua profissionalização. Interessou-nos saber, também, em que sentido esses participantes do programa se integram ao conjunto do alunado e suas relações com os demais estudantes, gestores, funcionários e professores da instituição.

Sendo assim, a questão principal que essa pesquisa pretendeu investigar foi à seguinte:

De que forma os alunos destinatários do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA/*Campus* Jacobina percebem a contribuição desse programa para a sua permanência nos cursos e as mudanças nos seus cotidianos escolares e nas suas perspectivas profissionais, desde que se tornaram bolsistas?

Em função desta questão foram elaborados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar a percepção dos estudantes bolsistas do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do Instituto Federal da Bahia, do *Campus* de Jacobina sobre a contribuição desse programa para sua permanência no curso e as mudanças nos seus cotidianos e nas suas expectativas profissionais, a partir das ações vivenciadas no Instituto.

Foram objetivos específicos:

a) Analisar a Política de Assistência Estudantil do IFBA e, em particular, no *Campus* de Jacobina, no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil;
b) Investigar as condições de escolaridade dos estudantes do ensino médio integrado, selecionados na amostra, antes do ingresso no Instituto;
c) Investigar as razões pela escolha do Instituto e do curso e as primeiras impressões que tiveram ao ingressar no IFBA;
d) Analisar suas percepções sobre a contribuição dos auxílios e das bolsas para a permanência e conclusão do curso;
e) Investigar o nível de integração dos alunos participantes do Programa com outros alunos, com os funcionários, gestores e professores no contexto da vida escolar e a visão de futuro que esses estudantes vislumbram em termos profissionais, depois da conclusão do curso.

1.2 JUSTIFICATIVA

> As instituições de educação possuem uma função social e vêm sendo espelho tanto das problemáticas das políticas educacionais quanto das questões familiares, comunitárias e do trabalho. Cada vez mais tem sido necessários novos olhares e requisitados serviços profissionais que dêem conta da diversidade presente nas escolas, tanto do ponto de vista de questões subjetivas dos sujeitos, quanto de problemáticas sociais (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, p. 3).

Estudar a temática da Assistência Estudantil no IFBA é de suma importância, pois é uma política que auxilia os estudantes do Instituto no acesso, na permanência e conclusão dos estudos no ensino superior e médio. Com o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil e a expansão da rede Federal de Ensino, a partir do ano de 2008, houve um aumento considerável no número de vagas. Assim, estudantes de níveis socioeconômicos mais baixos passaram a ter mais acesso ao ensino técnico e profissional, tornando importante o

desenvolvimento de ações que contribuam com a permanência e conclusão destes alunos nos cursos integrados, subsequentes e de nível superior dos Institutos Federais. Sendo assim, as ações de Assistência Estudantil são grandes aliadas para minimizar as dificuldades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e contribuir na diminuição da evasão e retenção no ensino técnico e profissional.

Analisar políticas e programas governamentais apresenta relevância para as funções de planejamento e gestão das instituições, sendo um instrumento para possíveis melhorias nas políticas praticadas. O resultado deste trabalho, por certo, poderá contribuir para reflexão sobre os mecanismos voltados à igualdade e equidade no acesso, na permanência e na conclusão de cursos dos que ingressam na escola, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais mais pauperizados.

Outra justificativa que embasa esse estudo encontra-se no fato de que é cada vez mais intensa a demanda por benefícios para estudantes em face da situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias brasileiras. Sendo assim, pretende-se que este estudo sirva como subsídio para avaliação e possíveis melhorias nas políticas praticadas.

É interessante ressaltar a relevância desse tema também levando em conta a garantia do direito à educação, consubstanciada no direito ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos nas instituições de educação, cuja finalidade é a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade, direitos estes constantes nos aportes legais da Constituição Federal (BRASIL, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), da Lei de Diretrizes de Base da Educação (BRASIL, 1996), assim como no Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre o Programa Nacional da Assistência Estudantil (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013).

Deve-se atentar, por outro lado, para o fato de que a política de assistência estudantil, inicialmente, se limitava ao ensino superior e, portanto, não contemplava o ensino fundamental e médio, uma vez que desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988) são níveis de ensino cuja provisão e gestão é de responsabilidade dos estados e municípios. Assim, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) era restrito ao ensino superior, sendo omisso em relação ao ensino médio e, portanto, à grande maioria do público dos Institutos Federais. Em função disso, grande parte da literatura aborda a assistência estudantil no âmbito do ensino superior. No entanto, com a inclusão dos institutos federais nesse Programa os alunos do ensino médio também passam a ser público dessa política, sendo que essas ações ainda não tem sido objeto de pesquisas. Aos alunos do ensino fundamental são destinadas ações pontuais e pouco

estruturadas, como os programas de merenda escolar, transporte e livro didático, mas esse nível de ensino ainda não compõe a Política de Assistência Estudantil.

Por fim, o interesse pelo estudo dos efeitos da Política de Assistência Estudantil no IFBA/Jacobina surgiu com base na atuação profissional desta pesquisadora como Assistente Social na instituição, trabalhando diretamente com essa política, que, apesar de ter sido regulamentada recentemente, há anos vem sendo executada, porém ainda carente de estudo e sistematização. A convivência diária com os alunos da instituição nos fez debruçar sobre o tema e investigar sobre as possíveis mudanças na vida dos estudantes desde que se tornaram bolsistas, além dos efeitos sobre as condições de sucesso dos seus estudos.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro que corresponde a esta introdução faz uma contextualização do campo empírico da pesquisa, destacando a questão principal, os objetivos e a justificativa. O segundo capítulo traz algumas considerações sobre a questão das desigualdades socioeconômicas da população brasileira e sua relação com a oferta de educação como direito garantido por lei. Apresenta também algumas características da população com a faixa etária correspondente ao público alvo da assistência estudantil e por fim uma breve discussão sobre a evolução das iniciativas de formação para o trabalho na história da educação brasileira. No terceiro capítulo aborda as bases da política de assistência estudantil no Brasil, seguindo-se o quarto capítulo que demonstra o percurso metodológico seguido pela investigação. A apresentação dos resultados da pesquisa se concentra no quinto capítulo que contempla e expansão da rede federal destacando o IFBA neste contexto e a sua política de assistência estudantil, apresentando em seguida os dados da pesquisa de campo que desenvolveu com uma amostra de alunos bolsistas. O último capítulo corresponde às considerações finais.

2 DESIGUALDADES SOCIAIS, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Para desenvolver uma pesquisa sobre assistência estudantil buscando investigar a influência e os efeitos do apoio aos estudantes com vulnerabilidade social para a permanência e conclusão dos seus cursos em instituições públicas, consideramos importante tecer algumas considerações sobre a questão das desigualdades socioeconômicas da população brasileira e sua relação com a oferta de educação como direito garantido por lei. Consideramos, também, relevante conhecer algumas características do público alvo da assistência estudantil, ou seja, os jovens demandantes dessa assistência a partir de estudos efetuados por algumas agências e institutos que trabalham dados estatísticos sobre este tema, assim como resultado de estudos feitos por alguns autores. Por seu turno, neste capítulo incluímos uma breve discussão sobre a evolução das iniciativas de formação para o trabalho na história da educação brasileira, já que a presente pesquisa incidiu sobre um serviço de apoio a estudantes matriculados em curso que integra a formação geral com a formação profissional. Esta é a pretensão deste capítulo ao apresentar um panorama geral do campo empírico sobre o qual transcorreu a investigação que redundou nessa dissertação.

2.1 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO

A pobreza não é um fenômeno recente. No Brasil ela se apresenta com várias características, devido às realidades tão diversificadas apresentadas em suas regiões. Um dos aspectos mais importantes do bem-estar de uma sociedade está na sua redução, a qual ocupa um lugar de destaque, sobretudo porque sua incidência se mostra um fenômeno resistente.

O Brasil é visto como um país muito pobre e muito desigual. Uma pequena parcela da população se apropria de grande parte da renda que é gerada e uma grande parcela dessa população fica com muito pouco, situação que se reflete nos níveis de educação. A pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda. Iniciamos este item, de maneira sucinta, com uma discussão sobre as dificuldades sócio-econômicas da população do Brasil, de modo especial para o Nordeste e Bahia, relacionando este fenômeno com o sistema educacional brasileiro, na intenção de aproximar essa discussão ao objeto da presente pesquisa.

A pobreza constitui um dos principais problemas brasileiros. Barros, Henriques e Mendonça (2000), afirmam que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres,

um país extremamente injusto e desigual, que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Uma pobreza alicerçada na desigualdade de distribuição de renda e não na escassez de recursos. Faz-se necessário especificar o que se entende por pobreza.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2001),

> A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. [...] (p. 2).

Para Rocha (1998), embora a pobreza seja uma síndrome multidimensional, caracterizada por carências diversas, "é habitual adotar-se a renda como determinante básico do bem-estar das famílias no que ele depende do consumo no âmbito privado" (ROCHA, 1998, p. 4). Muitos estudos se concentram em tratá-la como um caso unidimensional, sendo ela considerada, sobretudo, como sinônimo de insuficiência de renda das famílias. Para Barros, Carvalho e Franco (2006, p. 7), por exemplo, essa circunstância da insuficiência de renda pode ser assim explicada:

> [...] as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares. [...] é comum que as famílias acessem os bens e serviços que determinam o seu bem-estar através de mercados, e para participar deles é preciso que tenham recursos monetários, segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza.

Para alguns autores, portanto, a pobreza é um fenômeno muito complexo para ser resumido à insuficiência de renda. A pobreza, ao ser classificada como um problema multidimensional, se expressa em termo de deficiência de capacitações básicas e insatisfação de necessidades humanas.

A visão unidimensional da pobreza foi superada em 1993, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano apresentou ao mundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Índice que analisa a pobreza em várias dimensões além da renda. A partir deste acontecimento,

a pobreza é explicada como um fenômeno de múltiplas carências, ou seja, um fenômeno multidimensional.

No que diz respeito à incidência da pobreza multidimensional por zona de residência entre 2005 e 2012, é observado que no Brasil a porcentagem de população pobre é maior nas zonas rurais (28%) que nas urbanas (13%), segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2014).

Apesar de estudos afirmarem que o Brasil vem conseguindo enfrentar a pobreza, ela ainda permanece como um complexo problema brasileiro e tem ocupado uma posição central nas preocupações da sociedade brasileira. No Brasil entre 2012 e 2013, se registrou uma queda da taxa de pobreza de 0,6 pontos percentuais (de 18,6% a 18,0%), mas um incremento da taxa de indigência de 0,5 pontos percentuais (de 5,4% a 5,9%), conforme dados da CEPAL (2014).

A pobreza sempre esteve presente em nossa sociedade e afeta a todos direta ou indiretamente. O que se observa hoje é a intensificação deste fenômeno, principalmente a partir da década de 1990, em consequência do sistema econômico competitivo que acaba por excluir quem não se adequar as condições impostas por ele.

Conforme Kageyama e Hoffmann (2006), a pobreza refere-se a um tipo de privação, podendo ser apenas material ou incluir elementos de ordem cultural e social, podendo, essa privação, ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. Considerando-se pobreza absoluta quando o rendimento encontra-se abaixo do mínimo definido, relativa, quando se tem menos do que outros na sociedade e a subjetiva quando o indivíduo considera que não tem o suficiente para seguir adiante.

Ainda segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000) os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade brasileira encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade aí existente – uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Esta desigualdade é uma das características mais marcantes da estrutura social brasileira, mas ela não se limita à desigualdade de rendimentos. Ela é um fenômeno complexo que tem impactos diversos, em especial sobre as condições de pobreza e precariedade de vida das pessoas.

A desigualdade de renda é uma marca dos países capitalistas e todas as sociedades que experimentam esse regime. O Brasil é um país cuja incidência de pobreza absoluta decorre da forte desigualdade na distribuição de rendimentos, o que quer dizer que o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, mas, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos, ele continuará sendo muito pobre. Os recursos são mal

distribuídos, uma pequena parcela da população se apropria de grande parte da renda que é gerada e uma maioria da população detém o mínimo possível.

Nesta mesma direção José Paulo Netto, no texto Desigualdade, Pobreza e Serviço Social contesta a afirmação segundo a qual o crescimento econômico deveria sera única condição para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo e as desigualdades. Ele traz como exemplo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, entre 1930 e os finais da década de 70.

> [...] o país se industrializou e se urbanizou, modernizou a sua agricultura e, em escala mundial, foi daqueles que apresentaram uma performance econômica extraordinária e ao longo de todos esses cinqüenta anos, o PIB cresceu a uma média anual de 5,9% e a renda per capita foi multiplicada por 5. Mas o padrão de desigualdade não foi minimamente alterado, [...] (PAULO NETTO, 2007, p. 144).

Barros, Mendonça e Duarte (1997) revelam que o grau de desigualdade no Brasil é, indiscutivelmente, superior ao encontrado em qualquer um dos demais países da América Latina. Estudos feitos por eles revelam que é o Brasil o país que ocupa o mais elevado grau de desigualdade. A renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos é, em média, quase trinta vezes maior do que a renda de um indivíduo entre os 40% mais pobres.

O levantamento sobre a década de 90, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), revela um Brasil com famílias menores, mais escolaridade, melhores resultados na taxa de mortalidade infantil e transformações diversas no mundo do trabalho. No entanto, o país termina o século marcado pela permanência da desigualdade.

Em 2002 a Organização das Nações Unidas – ONU lança o relatório anual sobre a situação da população mundial e o IBGE mostra o quadro da situação da população brasileira. Esse relatório aborda questões relativas a desenvolvimento, população e pobreza e também analisa as medidas mais urgentes para a redução das desigualdades. O relatório aponta que a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil persiste, sendo a pobreza, a falta de saúde e as taxas de fecundidade mais elevadas dentre os países mais pobres. Em nível nacional o relatório aponta que as disparidades de renda e de acesso aos diversos recursos, têm se acentuado. No Brasil, quase um terço (cerca de 49 milhões de pessoas) da população vive com até meio salário mínimo *per capita* e são consideradas "pobres", de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002).

Deve-se, no entanto salientar que as diferenciações da economia, a diversidade espacial e as disparidades regionais fazem com que ocorram situações de pobreza variadas dentro do próprio país. No Nordeste, a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de

quase 51%, enquanto no Sudeste, não chega a 18% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002).

Para Albuquerque (1995, p.78):

> As incidências de pobreza variam de 69% no Nordeste rural a 6% na região metropolitana de São Paulo; inversamente, a distância social entre pobres e não pobres, de apenas 4,8 no meio rural do Nordeste, alcança 17,6 na Grande São Paulo. A despeito da pequena variação verificada na renda média dos pobres, seja entre as macrorregiões e regiões metropolitanas, seja entre os meios rural e urbano, são grandes os diferenciais de níveis de vida entre os pobres metropolitanos, urbanos não-metropolitanos e rurais.

O Nordeste do Brasil é a região brasileira que possui o maior número de estados, no total de nove: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, e é considerada uma região onde a pobreza apresenta-se de maneira mais acentuada, abrigando cerca da metade da população pobre do Brasil. Se a pobreza já é considerada preocupante no Brasil, no Nordeste brasileiro ela é ainda mais inquietante, pois, além de todos os fatores que contribuem para a situação da pobreza no país, o Nordeste ainda é castigado com a seca que atinge uma área considerável da região.

No trabalho de Silva (2009, p. 133-134), que trata sobre a pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil, apresenta os seguintes resultados sobre o índice de pobreza para as Unidades da Federação – Nordeste do Brasil:

Tabela 1 – Classificação dos municípios do nordeste brasileiro, conforme situação de pobreza. 1995 e 1999.

Unidade da Federação	1995		1999	
	Pobreza multidimensional (%)	*Ranking*	Pobreza multidimensional (%)	*Ranking*
MA	61,73	9	62,06	9
PI	58,19	8	57,81	8
CE	53,52	7	53,61	7
RN	41,71	2	41,08	1
PB	45,36	4	44,35	3
PE	44,91	3	48,29	5
AL	47,78	5	51,11	6
SE	38,51	1	41,43	2
BA	47,92	6	47,99	4

Fonte: Silva (2009).

O Nordeste apresenta indicadores socioeconômicos preocupantes com relação a essa problemática. No ano de 1995, verificou-se que a pobreza multidimensional no Maranhão apresentou o maior índice de pobreza (61,73%), seguido do Piauí (58,19%). Além disso, destacam-se o Rio Grande do Norte e Sergipe como os estados com menores índices de pobreza no conjunto dos estados do Nordeste, considerando o sentido multidimensional.

Segundo este mesmo estudo, em 1999 ocorreu um pequeno aumento da pobreza multidimensional em relação ao ano anterior. A pobreza aumentou no Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e diminuiu no Piauí e Paraíba, permanecendo praticamente a mesma no Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Novamente os maiores indicadores foram encontrados no Maranhão (62,06%), seguido do Piauí (57,81%). Contudo, o menor indicador de pobreza multidimensional foi observado no Rio Grande do Norte (41,08%).

O autor apresenta os seguintes dados na década seguinte:

Tabela 2 – Classificação dos municípios do nordeste brasileiro conforme situação de pobreza. 2002 e 2006.

Unidade da Federação	2002		2006	
	Pobreza multidimensional (%)	*Ranking*	Pobreza multidimensional (%)	*Ranking*
MA	58,94	9	57,48	9
PI	54,93	7	51,55	7
CE	51,69	6	48,98	5
RN	41,64	2	38,87	1
PB	47,53	3	42,32	3
PE	49,13	5	51,03	6
AL	56,23	8	51,74	8
SE	40,90	1	40,43	2
BA	48,32	4	45,36	4

Fonte: Silva (2009).

Em 2002, os maiores índices de pobreza multidimensional permaneceram no Maranhão (58,94%), desta vez, seguido pelos estados de Alagoas (56,23%) e Piauí (54,93%). Sendo os menores índices observados no estado de Sergipe (40,90%). Em relação a 1999, observou-se que a pobreza multidimensional aumentou nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Em 2006, os maiores indicadores permaneceram no Maranhão (57,48%) e em Alagoas (51,74%), sendo a menor pobreza multidimensional observada no estado do Rio Grande do

Norte (38,87%). Neste ano foi verificada uma redução da pobreza multidimensional em todas as unidades da federação consideradas, em relação aos resultados dos anos anteriores, com exceção de Pernambuco. Assim podemos concluir que, Maranhão, Alagoas e Piauí são os estados com maior situação de privação, sendo o Rio Grande do Norte o estado com os menores índices.

Rocha (2003) *apud* Santos (2016), ao analisar a pobreza na década de 1990 chegou à conclusão de que os pobres da região Nordeste apresentaram uma melhora relativa no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos básicos (água canalizada, saneamento básico, eletricidade, coleta de lixo, etc.), já em relação à renda a situação permaneceu inalterada.

Para Santos, (2016, p 233), dentre os nove estados que compõem a região Nordeste, a Bahia apresenta a maior representatividade político-econômica, devido ao seu Produto Interno Bruto (PIB), cuja participação em relação ao da região é de aproximadamente 31%. Além de ser a maior Unidade da Federação (UF) em termos populacionais e o maior estado do Nordeste. Também, detém o maior número de municípios.

Souza e Osório (2012), para tratar o perfil da pobreza na Bahia, dividem a população por estratos de renda domiciliar *per capita*, classificadas em quatro estratos: Extremamente pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a zero e menor que R$ 67,00; Pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R$ 67,00e menor que R$ 134,00; Vulneráveis: pessoas em famílias com renda domiciliar per capita maior ou igual a R$ 134,00 e menor que R$ 465,00 (o equivalente a um salário mínimo em 2009); Não pobres: pessoas em famílias com renda domiciliar per capita maior ou igual a R$ 465,00 (o equivalente a um salário mínimo em 2009).

Entre 2004 e 2009, a extrema pobreza e a pobreza diminuíram significativamente no Brasil, e na Bahia seguiram a mesma trajetória. Em números absolutos, os extremamente pobres no Brasil passaram de 2,1 milhões em 2004 para 1,4 milhão em 2009, o que representa uma queda de 36%. Por sua vez, o estrato pobre contabilizava 3,7 milhões de pessoas em 2004 e 2,4 milhões em 2009, uma queda de 34%. Em termos relativos, os dois estratos, que somavam 44% da população baiana em 2004, representavam apenas 27% em 2009 (ibidem). Tais resultados podem ser explicados pelo incremento de programas sociais implementados nessa década. Verifica-se, no entanto que, mesmo com estas tendências de queda da proporção de pessoas pobres, ainda persiste o problema da pobreza no país.

Conforme foi apresentado anteriormente, os níveis de desigualdade de renda são extremamente elevados no Brasil e em especial no Nordeste e, por este motivo, vários esforços

têm sido feitos para combater a desigualdade e a pobreza, como a criação de mecanismos de proteção social, por meio de ações do governo, para garantir a melhoria de vida da população.

Como mostra Barros e Mendonça (1997), a redução no grau de pobreza de uma sociedade requer crescimento econômico e/ou declínio no grau de desigualdade. Por este motivo os objetivos das políticas públicas centram-se na busca do crescimento e da igualdade. No século XX houve um grande progresso relacionado à redução da pobreza e melhoria do bem-estar. Para Rocha (2005) o Brasil é um país com renda per capita média e dispõe de recursos suficientes para garantir um mínimo essencial a todos. Para ela se existe pobreza é por que a renda está distribuída de maneira desigual. Sônia Rocha estabelece os indicadores de pobreza para o Brasil e regiões no período de 1970 a 1999 (ROCHA, 1998). Estes indicadores evidenciam o declínio da pobreza no Brasil ao longo do tempo.

Em 1970, 68,45% dos brasileiros eram considerados pobres. Depois de uma década essa proporção declinou para 35,3%, alcançando 30,3% em 1990 e se estabilizou em 21,1% em 1999 (ROCHA, 2005, p.83).

Já o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou um estudo em abril de 2016 que concluiu que a pobreza diminuiu de modo expressivo entre os anos de 2004 a 2013. Os índices de pobreza caíram de 20% para pouco mais de 9% da população em situação de pobreza e ela continua mais presente nas regiões Norte e Nordeste (SOARES *et al.*, 2016).

Conforme mencionado, no início de um novo século, a pobreza no Brasil, no Nordeste e na Bahia continua sendo um problema global de significativas proporções, sendo a mobilidade social e a igualdade de oportunidades um conceito ainda estranho para um grande número de pessoas.

Ainda são modestas as intervenções públicas direcionadas ao combate à pobreza no país. Para Silva Júnior (2010), há uma grande discussão sobre políticas que minimizem os problemas associados à pobreza e a política de educação é considerada de grande importância para o processo de redução permanente da pobreza.

O baixo e precário nível de escolaridade do povo brasileiro traz sérias consequências socioeconômicas ao país, dentre elas, os elevados níveis de pobreza e a desigualdade de rendimentos. Para Yannoulas e Garcia (2017, p.15) a falta de educação, no sentido da escolarização, é apontada em muitos estudos como uma das principais causas da pobreza, sendo o acesso à escola apresentado como um dos fatores de solução.

Não há dúvidas que a educação traz inúmeros benefícios sociais aos cidadãos, pois um indivíduo mais bem educado tem maior produtividade e maior noção de cidadania, conhecedor

de seus direitos. O aumento da escolaridade também diminui a violência. A educação apresenta-se como um elemento importantíssimo das políticas anti-pobreza, e a ela é atribuído um papel fundamental para o desenvolvimento econômico.

Nos anos 70, houve uma conscientização maior de que o capital físico não era suficiente, tendo, a saúde e a educação, a mesma importância. O relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1980 articulou essa noção e argumentou que as melhorias em educação e saúde eram de suma importância tanto para si próprias, como também para promover o aumento da renda da população pobre. O Relatório sobre o Desenvolvimento 1990 propôs promover o crescimento proporcionando serviços básicos de saúde e educação para os pobres (RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 2000/2001, 2001).

Estudos apontam que pessoas escolarizadas conseguem responder às demandas do mercado, tendo assim, maiores possibilidades de acesso a emprego, o que permitiria a saída da condição de pobreza e, consequentemente, a diminuição das desigualdades sociais. Nico Stehr, por exemplo, no texto do Dossiê – "Da Desigualdade de Classe à Desigualdade de Conhecimento" – analisa a emergência do conhecimento como princípio de estratificação. O autor destaca a importância de saber que novas dimensões de desigualdade estão surgindo na sociedade contemporânea. Entre essas novas dimensões, a principal talvez seja a ascensão do "conhecimento" como princípio de estratificação, como condição de acesso a uma posição social elevada. Esse conhecimento é algo que influi na posição social de uma pessoa. Ele defende o conhecimento como capacidade para ação, considerando esse conhecimento como pacote de competências sociais. Para Nico Stehr a educação formal é a chave para o sucesso e para o poder (STEHR, 2000).

Outros estudos discordam dessa análise, não enxergando na educação a solução para o combate da pobreza, muito menos para a sua erradicação, pois para eles a pobreza é inerente ao sistema capitalista, sendo as políticas sociais apenas minimizadoras de uma relação que já nasce excludente Garcia (2012) *apud* Yannoulas e Garcia (2017)

Segundo a CEPAL (2014), mais anos de escolaridade não somente dão lugar a melhores oportunidades de trabalho, mas também habilitam para uma participação mais plena em sociedades democráticas. O campo da educação é considerado um espaço contraditório que expressa às lutas de classes. Há várias expressões da exclusão na educação, apresentadas nos relatos de dificuldades de acesso e permanência na escola em decorrência das sequelas da questão social que invadem o cotidiano escolar. Segundo Almeida (2005):

> [...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (p.10).

Com a aprovação da Constituição Federal do Brasil de 1988, a educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito.

Ruben Klein desenvolve uma crítica às conclusões que alguns estudiosos fazem com relação ao acesso universal às escolas. Ele diz que no Brasil o acesso à escola está universalizado, mas, a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ainda está distante de ser universalizada. Para Klein (2006, p. 140) "O importante é que todos os jovens concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio". Quando se fala em acesso à educação de maneira igualitária, é necessário criar-se condições de permanência que não seja limitada apenas em disponibilização de vagas no sistema de ensino, pois matricular-se em uma escola não é garantia de finalização. Por isso é importante a criação de instrumentos que objetivem o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos.

Políticas devem ser formuladas para a obtenção de uma educação de qualidade. Ainda devemos considerar que o sistema educacional público brasileiro tem como características o baixo salário e despreparo de professores, a evasão escolar, taxas elevadas de repetência, o número elevado de jovens e adultos com escolarização fora da idade regular, à formação deficiente dos profissionais da educação, salas de aulas muito cheias, carência de bibliotecas, merenda, materiais didáticos, entre outros fatores.

É visível que a educação pública brasileira ainda necessita de muitas melhorias e investimentos. A baixa qualidade da aprendizagem nestas escolas contribui para o aprofundamento da pobreza e consequentemente das desigualdades sociais, sendo assim, pode-se dizer que a desigualdade social possui uma relação direta com a desigualdade educacional.

As escolas da rede pública são frequentadas em sua maioria por uma população com baixo poder aquisitivo, com acesso a uma educação inadequada, que não prima pela qualidade. Essa baixa qualidade acaba comprometendo a educação desses jovens, que necessitam conquistar melhores empregos e sair da situação de pobreza a qual se encontram. Segundo Iosif (2007), o aluno brasileiro, de um modo geral, não aprende o suficiente, sendo o professor o elemento fundamental para essa aprendizagem. Suas práticas pedagógicas podem comprometer ou contribuir para a formação da cidadania do aluno e para o desenvolvimento humano-social

das crianças e dos jovens. Para a autora, o aluno que passou por um bom ensino fundamental, que aprendeu a aprender, a pensar, a compreender, a ter condições de reivindicar melhores condições de vida, certamente terá maiores possibilidades de ser sujeito de sua própria história, colocando-se no mercado de trabalho e em diversas instâncias sociais enquanto cidadão.

No estudo intitulado "A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil", Iosif (2007) chegou à conclusão que tanto a aprendizagem docente como a discente são limitadas. Ela aponta a grande dificuldade dos professores da rede pública em desenvolver um trabalho com qualidade e que são raros os que conseguem desempenhá-lo com sucesso, almejando uma prática educativa que faça a diferença. Muitos desses profissionais permanecem atuando por não ter alternativa e este fato contribui para a atuação de profissionais acomodados, sem preocupação com a sua aprendizagem e com a aprendizagem do alunado. A autora constatou que as escolas públicas pertencentes ao seu estudo são pobres e para pobres, são escolas com espaços físicos inadequados, com recursos escassos, direção ausente, professores com aprendizagem comprometida e alunos que não aprendem. Mesmo que não possamos generalizar as conclusões desta autora para toda a realidade brasileira, consideramos que muitas das situações constatadas por ela são comuns em muitas escolas públicas de educação básica do contexto baiano.

Todos estes fatores concorrem para que as crianças e jovens das classes populares não contem com uma educação de qualidade sendo que esta condição está significativamente relacionada às questões da falta de oportunidades educacionais derivadas das mazelas brasileiras ligadas às desigualdades socioeconômicas.

2.2 JUVENTUDE BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO

Como o objeto de estudo desta dissertação incide sobre um segmento social constituído de jovens do ensino médio integrado de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, que são sujeitos da Política de Assistência e Apoio ao Estudante, ou seja, jovens em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, optamos por discutir teoricamente as questões que a literatura vem desenvolvendo sobre esse contingente, considerando a realidade brasileira. São, em sua maioria, jovens que lidam com problemas de desigualdades sociais e dependem de políticas públicas para terem condições de mudanças em sua trajetória de vida e escolar. Sendo assim, faz-se necessário compreender o conceito de juventude na conjuntura

atual da sociedade brasileira e conhecer melhor quem são esses jovens, pois é um público ainda pouco estudado. Assim, será feita uma breve discussão sobre a juventude e sobre a educação da população jovem no Brasil.

É de grande importância conhecer as realidades, questões, opiniões e demandas da população juvenil no Brasil. Desde os anos de 1990 a temática juventude vem ganhando espaço e vários estudos e pesquisas vão surgindo, com o objetivo de traçar o perfil da juventude brasileira, acompanhar o comportamento e a opinião dos jovens e identificar a demanda por políticas públicas.

Não é fácil problematizar juventude, já que existem várias discordâncias teóricas sobre sua conceituação. Por um período ela foi entendida como um recorte de idades, uma etapa de transição para a vida adulta, prevalecendo o caráter de homogeneidade que constitui uma dada "cultura juvenil", definida por termos etários. Outra tendência é a da juventude como um conjunto diversificado, heterogêneo, como diversas "culturas juvenis". Pais (2003, p. 37) afirma que "a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo". Ele diz ser impossível considerar um único modo de transição para a vida adulta, pois várias são as formas de ser jovem ou de ser adulto.

As Organizações das Nações Unidas - ONU define como jovens aqueles que têm entre 15 e 24 anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004). A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 227 e o Estatuto da Juventude, afirmam que o segmento juvenil é compreendido pelo grupo etário de 15 a 29 anos. Entretanto para Novaes (2006, p 105), esses limites de idade não são fixos, sendo que "para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho – uma parte deles acaba por alargar o chamado 'tempo de juventude' até a casa dos 30 anos". Ou seja, independente dos limites etários estabelecidos concordamos com Regina Novaes ao dizer que "qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais".

Ao falarmos de juventude, portanto, estamos falando de pessoas, coletividade e significados. Não se pode olhar o jovem de maneira homogênea, pois esses jovens vivem uma diversidade de situações, de experiências, de cultura e de práticas sociais. De acordo com Sposito (2003) é importante se tomar a ideia de juventude em seu sentido plural – juventudes – , em virtude da diversidade de situações existentes que afetam os indivíduos nessa etapa da vida. As "juventudes" são marcadas por um complexo processo socioeconômico – cultural que se expressa em diversidades e desigualdades. Para Abramo (1994, p. 01), a noção de juventude

é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas.

Os jovens apresentam no seu cotidiano uma diversidade de raça, de cores, de origem, de gênero, de orientação sexual, de credo, de opção religiosa, mas também a diversidade de filiação partidária e de ideologia política. Uma larga parcela desses jovens sofre fome, têm poucas oportunidades educacionais, pouco acesso aos serviços de saúde e apresentam altas taxas de desemprego.

Para Novaes (2006, p 105) a desigualdade de classe social é a mais evidente entre os jovens brasileiros nos dias de hoje, seguida da desigualdade de gênero, de raça, do local de moradia, das disparidades regionais e da relação entre campo e cidade. A configuração da desigualdade de classe se explicita na vivência da relação escola/trabalho, pois "quando e como um jovem começa ou termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira" e quando combinada com as configurações de gênero, raça e local de moradia, alteram bastante a vivência da condição juvenil, pois "ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem, e branco", morador "da favela, nos conjuntos habitacionais, nos morros, na periferia, nas comunidades, no subúrbio, nas vilas, nas áreas do tráfico e da violência", faz uma grande diferença nas possibilidades de viver a juventude.

Segundo dados do Censo de 2010, último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os jovens ocupavam cerca de um quarto da população do país, ou seja, 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos, correspondentes a 26,1 % do total da população brasileira, sendo 84,8% nas cidades e 15,2% no campo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). Já em 2015, os jovens correspondiam a 23,6% da população brasileira, sendo 26,3% da população da Região Norte, 24,7% da Nordeste, 22,7% da Sudeste, 22,3% da Sul e 24,0% da Região Centro-Oeste.

A juventude enfrenta inúmeros problemas, dentre eles: a dificuldade de acesso à educação de qualidade, em especial nas regiões mais pobres do país e nos bairros mais pobres das grandes cidades; a baixa permanência no sistema escolar; a baixa escolarização; o trabalho precoce; o desemprego; e a ausência de políticas públicas. O jovem dos dias atuais quer ser incluído no mundo do trabalho, quer mais oportunidades, mais direitos. Ele busca novas formas de organização, busca mais participação e apresenta alguns anseios para o conjunto da sociedade.

Segundo a pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada em 2013, de responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, a

distribuição segundo as faixas etárias da população jovem no Brasil está representada da seguinte maneira: 20% dos jovens estão na faixa etária de 15 a 17 anos; 47% na faixa etária de 18 a 24 anos e 33% pertencem à faixa etária de 25 a 29 anos de idade. A pesquisa também apresentou que 49,6 % dos jovens são do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino, apresentando uma distribuição quase idêntica. É grande a participação de mulheres jovens que permanecem em casa para cuidar de irmãos menores, ou dos filhos, ou ainda dos afazeres domésticos dentro do percentual de jovens que não estudam e não trabalham. Quando essas mulheres conseguem um emprego e ocupam os mesmos postos de trabalho dos homens, têm salários menores em relação ao deles (AGENDA JUVENTUDE BRASIL, 2013)**.**

A educação é um tema bastante debatido em todas as esferas, do público ao privado, do campo à cidade, do pobre ao rico e conhecer o perfil educacional da população brasileira é de suma importância para orientar políticas públicas que promovam o acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade no país. Sendo assim, apresentaremos alguns indicadores relacionados à educação do jovem no Brasil.

A pesquisa do Censo 2010 mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). No documento Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) observou-se que não houve variação significativa na frequência escolar dos jovens em geral, entre os anos de 2005 (36,2%) e 2015(36,5%). O percentual de jovens que frequentam a escola na faixa etária de 15 a 17 anos aumentou de 81,6% para 85,0% e que o percentual de jovens que frequentavam a escola na faixa etária de 18 a 24 e de 25 a 29 anos diminuiu de 31,5% para 30,7% e 12,6% para 11,4%, respectivamente. Os números ainda são preocupantes. Esses jovens deveriam apenas estudar, mas os problemas sociais, a pobreza e as necessidades das famílias os empurram cedo para o mercado de trabalho. Os que nem estudam e nem trabalham irão manter o ciclo da pobreza no país. Geralmente esses jovens são oriundos de famílias mais humildes, filhos de pais que possuem baixa escolaridade, e que estão desempregados. Este indicador pode também corresponder ao seguimento de jovens com dificuldades de aprendizagem no período escolar**.**

O abandono escolar pode tornar esses jovens mais suscetíveis à exclusão social. Geralmente a maioria dos jovens que não concluem o ensino médio vivenciam situações de desemprego, sofrem com empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração. Conforme dados coletados na pesquisa da Agenda Juventude Brasil (2013), 28% dos jovens encontram-se nos estratos baixos que ganham, em média, até R$ 290,00, por mês, 50% nos estratos médios

e 11% nos estratos altos (acima de R$ 1.018,00 por mês). Novaes (2006), diz que inúmeros jovens têm consciência de que a escola é de grande importância para se conseguir um emprego, mas que não o garante. A diminuição da mobilidade social gera a ausência de perspectivas em relação aos futuros dos jovens. Para a autora, "os filhos dos pobres estão ficando mais pobres que os pais, os filhos dos ricos menos ricos que os pais" (p. 108). Na verdade, os jovens estão mais escolarizados que no passado, mas o desemprego ainda é crescente para essa faixa etária, levando em conta dados desse período.

Em relação à raça, ao analisarmos os dados do último Censo, observamos que 53,7% dos jovens brasileiros são negros; 44,7% são brancos, 1,1% amarelos e 0,4% são indígenas. Os jovens são as maiores vítimas da violência no país. Segundo informações do Atlas da Violência 2017 (CERQUEIRA, 2017), em 2015 foram 31.264 homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, havendo uma diminuição de 3,3% na taxa em relação a 2014. Este mesmo documento revela que "o drama da juventude perdida possui duas faces. De um lado a perda de vidas humanas e do outro lado, a falta de oportunidades educacionais e laborais que condenam os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que terminam por impulsionar a criminalidade violenta" (CERQUEIRA, 2017, p. 26). Atualmente, de cada 100 pessoas que sofrem homicídios no país, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino são as principais vítimas de violência no país e infelizmente o Brasil apresenta um alto índice de violência contra o jovem, principalmente contra o jovem negro, de baixa escolaridade e de baixa renda.

Em contraposição, a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais no Brasil caiu ao longo do século passado, saindo de 65,3%, em 1900 para um patamar de 13,6% em 2000, cerca de 16 milhões de pessoas analfabetas no país, conforme dados do IBGE, Censo demográfico publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Segundo o INEP essa queda se deve a uma maior riqueza social produzida pelo Brasil, a qualificação dos docentes e também, ao próprio conceito de analfabetismo, que sofreu alterações ao longo desse período. O IBGE, por exemplo, considera alfabetizada "pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece", mas se for considerado o conceito de analfabeto funcional, que define as pessoas com menos de quatro anos de estudo, o número de analfabetos salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2000, p. 6).

O Nordeste brasileiro, que apresenta baixas condições socioeconômicas, apresenta a maior taxa de analfabetismo do Brasil, com quase 8 milhões de analfabetos, correspondendo a 50% do total do país, sendo Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará responsáveis

por cerca da metade dos analfabetos do país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2000, p. 7).

Mesmo com a queda do analfabetismo, este ainda afeta, praticamente, todas as faixas etárias, como mostra o Censo Demográfico do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a). No grupo etário de 15 a 17 anos, a parcela que não frequentava escola representou 16,7%, ficando próximos aos resultados desse indicador dos homens (16,8%) e das mulheres (16,6%); entretanto, a diferença foi acentuada entre os das áreas urbana (15,6%) e rural (21,7%).

Ainda segundo o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), nas faixas etárias de 18 ou 19 anos e de 20 a 24 anos, a escolarização já estava acentuadamente menor. Nessas duas faixas etárias, a escolarização das mulheres superou a dos homens. No grupo etário de 18 ou 19 anos o percentual de mulheres que estavam fora da escola foi de 54, 6% e de homens foi de 55,4%; entretanto aqui o percentual de jovens que não frequentavam escola foi de 54,2% na área urbana e 59,0% na zona rural. No grupo etário de 20 a 24 anos o percentual de mulheres que não frequentavam a escola foi de 73,2% e de 76, 5% para os homens. Aqui na área urbana, o percentual de pessoas nesta faixa etária que não frequentavam escola foi de 73,6%, enquanto que na área rural, esses indicadores foram de 82,3%.

O relatório feito pela Secretaria Nacional da Juventude – SNJ – (2013) constatou que 13% do jovem brasileiro chegaram ao ensino superior e que 59% desse público estão cursando o ensino médio, mas com 39% já concluídos. O Censo Demográfico 2010 constatou que 83,3% dos jovens de 15 a 17 anos de idade eram estudantes, sendo que apenas 47,3% deles estavam cursando o ensino médio. No que concerne ao município de Jacobina, local escolhido para a realização desta pesquisa, este apresenta um percentual de 84,8% da população de 15 a 17 frequentando a escola, mas somente 37,9%, deste total, estão no ensino médio no ano 2013, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) (2013 *apud* JACOBINA, BAHIA, 2015).

O ensino médio se tornou uma etapa crucial na trajetória escolar dos jovens brasileiros, fato esse que se deve aos reflexos das deficiências acumuladas do processo de escolarização. No entanto, a carência desse nível de escolarização acaba levando o jovem à inserção precária no mercado de trabalho.

Como visto anteriormente, ainda não se conseguiu erradicar o analfabetismo no Brasil. O melhor a se fazer para combatê-lo é assegurar escola para todos na idade correta, implantar

programas de qualidade e priorizar a qualificação dos alfabetizadores, pois alfabetizar não é uma tarefa fácil, que possa ser realizada por qualquer pessoa.

Devido a esses fatores, recentemente e de maneira bastante lenta vem se observando no Brasil a formulação de políticas específicas para esse segmento da população. Vemos emergir uma série de políticas no âmbito federal, estadual e municipal que dizem respeito às ações e programas que são desenvolvidos para jovens, em especial aqueles jovens que estão em maior situação de vulnerabilidade social.

No governo Lula da Silva, nota-se uma mudança na orientação das políticas para a juventude que focaliza a juventude em situação de vulnerabilidade social e apoia-se em ações voltadas para qualificação profissional, elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

Por essas e por outras razões o tema juventude conquistou uma posição de destaque no campo das políticas públicas e neste quesito considera-se que o país conquistou alguns avanços. Cabe destacar que em 2004 foi iniciado um amplo diálogo, em nível federal, sobre a necessidade de se instaurar uma política nacional voltada para o jovem. Dentre os avanços citados anteriormente, cabe destacar que a partir do ano de 2005 o jovem começa a ser entendido como sujeito de direito, através da criação do Plano Nacional de Juventude, que elenca planos de metas e de ações, e da criação da Política Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da aprovação do Estatuto da Juventude. Também foi criado o Programa de Emergência, voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estão fora da escola e do mercado de trabalho (Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem –, na fase inicial).

A Secretaria Nacional de Juventude tem a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude. Já o Conselho Nacional de Juventude é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, e elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir um Conselho específico para a Juventude. O Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852 (BRASIL, 2013), foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff e é um marco jurídico de garantia de direitos, inclusão social efetiva e criação de oportunidades para os jovens brasileiros entre a faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, em 1990, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços aplicam-se apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos. O estatuto foi resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática

dos meninos e meninas de rua na década de 1980, e abriu novas perspectivas no campo da garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes no país.

A situação educacional do jovem brasileiro é um fato preocupante. Muito é necessário ser feito para transformar as escolas brasileiras em efetivos espaços de ensino e aprendizagem para os alunos. Essas considerações contidas neste item despertam a importância de desenvolver pesquisas que analisam o apoio que os poderes públicos dispensam a esse público. Esta pesquisa tem como sujeitos principalmente jovens de situação socioeconômica frágil, que habitam regiões muito pobres do Estado da Bahia e, por consequência, do nordeste brasileiro, muitos deles provindos das áreas rurais originários de famílias de baixa renda.

A seguir faremos uma breve retrospectiva sobre as ações desenvolvidas no Brasil, voltadas à formação dos jovens para o trabalho, atentando para esse processo que se inicia de modo pontual desde o Brasil Colônia até os dias atuais, quando já se estabelecem políticas públicas de educação profissional.

2.3 AÇÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Como o presente estudo investiga o contexto onde são desenvolvidas ações de assistência a estudantes em fase de formação, com ênfase para a preparação profissional, faremos neste item uma breve retrospectiva sobre as formas como esse processo de formação se deu na história da educação brasileira até a formulação de políticas dirigidas nesse intento.

É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 garantiu muitos direitos à população e representou um grande passo rumo à democratização do país depois de longos anos de regime ditatorial. Ela obteve significativos avanços se comparada às anteriores, apresentando um notável progresso em matéria de proteção ao direito social à educação. A referida CF definiu a responsabilidade do poder público em todos os níveis de ensino e trouxe um capítulo próprio sobre a educação, recuperando a obrigatoriedade do ensino e determinando-a como direito público subjetivo (BRASIL, 1988).

Ela reafirmou a educação como sendo direito de todos e dever do Estado, em conformidade com o artigo 205 de seu texto legal, que deixa claro:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Desta forma, a qualificação para o trabalho, pois, constitui um dos objetivos proclamados para a educação nacional. No entanto, essa garantia nem sempre foi considerada na história da educação nacional desde as suas primeiras configurações. Na época colonial pouca atenção era dada à formação para o trabalho da população jovem. Os primeiros responsáveis pelo ensino no Brasil, os jesuítas, tinham outros interesses conforme afirma Aranha (2006, p. 140)

> Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, ocasião em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal, Nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra.

No século XVII, quando os países europeus experimentavam uma política absolutista e mercantilista, o Brasil ainda permanecia na fase pré-capitalista. O modelo econômico da colônia era o agrário-exportador dependente, baseado na produção da cana-de-açúcar com o emprego da mão-de-obra escrava (idem). Não existia a preocupação quanto à formação profissional. "O ensino manteve a escola conservadora, alheia à revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico" (ARANHA,2006, p. 164). A educação visava à formação humanística e o currículo escolar não ofereciam conteúdos de ciências físicas ou naturais, assim como a técnica ou as artes. As classes subalternas, incluindo aí os escravos preparavam-se para o trabalho por meio de uma educação informal, no próprio trabalho.

> A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes (CUNHA, *apud* ARANHA, 2006, p. 166)

Os autores chamam a atenção de que imperava certo desprezo pelo trabalho manual por ser de escravos, índios e pobres, sendo assim visto como trabalho "desqualificado". Desta forma até o período do Império o governo se desinteressava da educação popular e também da formação técnica, privilegiando as profissões liberais destinadas à minoria.

Ainda no início do período republicano eram ainda poucas as iniciativas voltadas para o ensino profissional. Somente vai ser observado o estabelecimento de escolas voltadas à educação para o trabalho no Século XX, com a criação de escolas de aprendizes e artífices nos estados assim como a partir do aparecimento de reformas do ensino, que se sucederam ao longo da primeira metade desse século.

Podemos considerar que a educação profissional brasileira teve seu início através do Decreto – Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha. Esse Decreto instituiu oficialmente a educação profissional brasileira, vista como instrumento de capacitação para atender ao crescente desenvolvimento industrial que o país vinha iniciando (SAMPAIO; ALMEIDA, 2009).

Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em todas as capitais do Brasil, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, propagadas com o objetivo de preparar gerações futuras para a continuidade dos ofícios. Estas escolas formavam profissionais advindos das camadas populares, ofertando cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, oficinas de carpintaria e artes decorativas, em instalações bem precárias e com professores sem qualificação. É mister lembrar que essas escolas não tinham uma preocupação com a formação teórica, mas, sim, com o saber fazer, uma preocupação com a inserção no mercado de trabalho, com a prática e não com a formação teórica (KUENZER, 1991 *apud* SAMPAIO; ALMEIDA, 2009).

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, fazendo menção às escolas profissionais e pré-vocacionais, como sendo dever do Estado, e destinadas às classes menos favorecidas. Com o início da industrialização no Brasil, o ensino profissional se expandiu no país, sendo procurado não mais, apenas, pela população carente, mas, também por outras camadas da população daquela época (WITTACZIK, 2008). Para Wittaczik (2008) a década de 30 é um referencial histórico para a Educação Profissional Brasileira, já que marcou o início da industrialização e possibilitou o surgimento de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo.

Posteriormente as Escolas de Aprendizes e Artífices foram chamadas de Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Em 1942, no âmbito do Estado Novo ocorre a Reforma Capanema, onde o ministro da educação, Gustavo Capanema, empreendeu reformas do ensino, que foram chamadas de leis orgânicas do ensino, decretadas entre 1942 e 1946. As Leis Orgânicas que estruturaram o ensino técnico-profissional foram ordenadas da seguinte forma: Lei Orgânica do ensino industrial, Lei Orgânica do ensino comercial e Lei Orgânica do ensino agrícola. Desta maneira foi organizado o ensino técnico profissional, contendo dois ciclos, sendo um fundamental, totalizando 4 anos, e outro técnico, de 3 a 4 anos. Para Romanelli (1998, p. 155), o Governo demonstrou uma preocupação de engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros.

Para Garcia (2000, p. 7) “[...] nesse momento o que aconteceu foi, na verdade, o início da transferência de responsabilidades, isto é, o Estado passa para os empresários a responsabilidade da qualificação dos trabalhadores, situação esta que perdura até hoje”.

A partir dessas Leis Orgânicas do Ensino o governo brasileiro passa a estruturar o ensino técnico profissional. Assim, foi estabelecido um convênio com as indústrias e criou-se um sistema de ensino paralelo ao ensino oficial e em abril de 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias. Os cursos oferecidos por essa escola profissional foram bastante procurados por jovens das camadas populares que desejavam se profissionalizar de uma maneira mais rápida para o trabalho. Esses jovens eram pessoas que precisavam começar a trabalhar mais cedo, e que não possuíam condições alguma de freqüentar as escolas do sistema oficial. Essa escola pagava para o aluno estudar, o que despertava o interesse da população pobre. Nesse período, também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (1946), que assim como o SENAI, é um sistema privado de educação profissional que, em parceria com a iniciativa pública, tinha o objetivo de atender as demandas originárias da divisão social e técnica do trabalho (ESCOTT; MORAES, 2012).

No mesmo ano as **Escolas de Aprendizes Artífices** transformaram-se em **Escolas Industriais e Técnicas**, passando a ofertar educação profissional em nível equivalente ao do secundário, tornando-se formalmente vinculado à estrutura do ensino do país, passando a chamar – se **Escolas Técnicas Federais**, no período de 1956 a 1961, ganhando autonomia didática e de gestão.

Esse período é marcado pela forte industrialização e com o surgimento da tecnologia, intensifica-se a busca pela formação de técnicos que neste momento é indispensável diante da aceleração desse processo, mesmo que em termos quantitativos e qualitativos insuficiente para a demanda da economia.

É importante observar que, levando em conta a estrutura do ensino do país, os preceitos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 depois de um longo período de discussão, não atendiam às exigências de um país semiurbanizado, com economia predominantemente agrícola, mas que passava por exigências diferentes decorrentes da industrialização. Neste período, “o ensino técnico continuou a não merecer atenção especial, quer o setor industrial, quer o comercial, e muito menos o agrícola” (ARANHA, 2006, p. 311).

Em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º grau – nº 5. 692, implantada no período mais cruel da Ditadura Militar. Um período de conflitos, contradições e de crueldades contra a democracia educacional do país. Foi um período

autoritário que modificou a história de nossa sociedade, deixando algumas sequelas, principalmente nas instituições de ensino. Essa lei transformou o currículo do ensino médio, denominado de segundo grau, em técnico profissional obrigatório, o que ocasionou um aumento expressivo de matrícula nas Escolas Técnicas Federais e de novos cursos técnicos para atender a essa demanda tão expressiva.

Escott e Moraes (2012, p. 1496) destacam como aspecto importante e polêmico:

> [...] o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão-de-obra qualificada com técnicos de nível médio para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, que garantiria a inserção no mercado de trabalho, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital.

A partir de 1978 as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e posteriormente de maneira bastante gradativa as demais Escolas Técnicas e as Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil também passam por essa transformação.

Em 1982 surge uma nova Lei que retira a obrigatoriedade da formação profissional nas escolas desse nível de ensino, transformando-a em facultativa, limitando-a as instituições especializadas. Com essa lei é restabelecida a modalidade de educação geral para o ensino de segundo grau e as escolas voltam a ser propedêuticas para as elites brasileiras e as profissionalizantes para as camadas mais carentes.

Com o fim do período ditatorial, o Brasil vai experimentar uma fase de redemocratização, num processo de fixação de novos direitos na área social. Na educação novas conquistas no campo dos direitos são estabelecidas na Constituição Federal de 1988 abrindo caminho para a consolidação de novas políticas voltadas para o oferecimento de oportunidades educacionais para a população.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394 aprovada em 1996 foi de grande importância para a educação profissional, classificando-a como uma modalidade de educação e dedicando a ela o Capítulo III do Título V – Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino. Acrescentamos que o título e o conteúdo desse capítulo teve sua redação alterada para Educação

Profissional Tecnológica através da Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. A partir daí novas políticas foram estabelecidas para a educação voltada à formação para o trabalho.

A LDB/96 tratou a educação profissional de uma maneira diferente das leis anteriores, que a tratavam apenas parcialmente**.** Outras leis e decretos foram conformando estas políticas, que originaram um processo de expansão em níveis nunca vistos no país. Em capítulo posterior será apresentado esse processo especialmente no que diz respeito á consolidação de uma rede de educação profissional e tecnológica resultante da criação de inúmeros institutos federais de educação tecnológica em várias regiões do país.

Algumas observações devem ser feitas no final deste item de modo a situar melhor o campo empírico da presente pesquisa. Após a aprovação da LDB nº 9.394 de dezembro de 1996, ocorreu uma mudança na estrutura da educação profissional no país. Ela passa a ser estruturada em dois níveis: educação básica e educação superior e figura entre as três modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial e a terceira modalidade a educação profissional. Outras modalidades foram consideradas em textos legais posteriores.

Consequentemente, após a LDB/96 a educação profissional se destaca. O ensino médio passa a ser a etapa final da educação básica, permitindo que a formação geral seja oferecida a todos. Nos artigos que tratam da educação profissional ela passou a ser regulamentada através do Decreto 2.208/97 que impôs a separação entre o ensino médio e a educação profissional, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com esse Decreto foi reforçado o dualismo entre a formação geral - que preparava o aluno para o ensino superior e a formação técnica - destinada a preparar para o mercado de trabalho imediato. Ele, ainda, instituiu três níveis de educação profissional no Brasil: básico, técnico e tecnológico. A educação profissional de nível técnico era oferecida na forma concomitante ou seqüencial ao ensino médio. O referido decreto foi alvo de muitas críticas pelos educadores e pesquisadores.

Para Coelho (2014, p.04)

> A reforma da educação profissional transformou a oferta de cursos técnicos de nível médio, que, desenvolvidos separadamente do ensino médio, passaram a ser oferecidos, em larga escala, por instituições privadas, o que caracterizou uma verdadeira mercantilização institucional e pedagógica.

Posteriormente, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 5.154/2004 ocorreu a proposta de integração entre as duas modalidades. O Decreto 2.208/97 foi revogado e a discussão sobre o ensino médio integrado foi retomada, havendo a possibilidade de o ensino integrado voltar a existir. Assim os discentes podem cursar as

disciplinas do ensino médio juntamente com as do ensino técnico, saindo da educação básica com a qualificação profissional e podendo adentrar mais rapidamente no mercado de trabalho.

Essas mudanças fizeram com que os Institutos Federais oferecessem cursos capazes de atender à demanda do mercado de trabalho, com uma educação que possa assegurar, ao seu público, condições de empregabilidade. Atualmente o IFBA tem oferecido formação de nível médio com os cursos nas formas integrada e subseqüente, sendo assim, a presente pesquisa investiga a percepção dos estudantes sobre o apoio oferecido pela assistência estudantil em cursos de educação profissional no ensino médio integrado.

No próximo capítulo trataremos da caracterização da Política de Assistência Estudantil no Brasil ressaltando a trajetória de sua política, descrevendo o Programa Nacional de Assistência Estudantil e finalizando com uma discussão da assistência estudantil como direito constituído no Brasil.

3 PANORAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O Brasil apresenta uma das maiores taxas de desigualdade social, conforme já discutido, fato visível dentro das instituições públicas federais. É notório que vários alunos que advêm de famílias menos favorecidas ao ingressarem nestas instituições já ingressam em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos.

Estas dificuldades de acesso, permanência e conclusão na educação pública federal por uma parcela significativa do segmento estudantil levou o governo a criar mecanismos de proteção social para garantir o acesso**,** a permanência e a conclusão dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Foi no sentido de intervir nessa realidade que surge a política de assistência estudantil, política esta que deverá converter-se em ações que tenham como objetivo a integração acadêmica, científica e social dos alunos, incentivando-os ao exercício da cidadania, promovendo seu êxito acadêmico e dando-lhes condições de acesso, permanência e conclusão dos seus cursos.

Para iniciar este estudo sobre a Política de Assistência Estudantil em uma instituição de ensino médio, faz-se necessário entender a trajetória da assistência estudantil no Brasil sob uma perspectiva histórica, fazendo referência aos principais dispositivos legais que fundamentaram o estabelecimento dessa política pública destinada ao acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, assim como a conclusão dos seus cursos, tanto no âmbito nacional, quanto no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com ênfase no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Do mesmo modo, é de suma importância compreender o momento atual da assistência estudantil, considerada como um mecanismo de direito social e de cidadania, estruturada em bases legais e caracterizada como dever do Estado.

3.1 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As ações de assistência aos estudantes não são recentes, remetem aos anos 1930. A primeira prática de auxílio ao estudante do Brasil ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava na capital francesa, Paris. A casa acolhia os brasileiros que iam estudar na França e que possuíam

dificuldades de moradia no país. O governo brasileiro era responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. Assim, é percebido que nessa época a assistência estudantil era voltada ao atendimento das necessidades das famílias brasileiras de alta classe social (KOWALSKI, 2012).

No território nacional, em 13 de agosto de 1929, foi fundada a Casa do Estudante do Brasil, por um grupo de estudantes universitários cariocas. Segundo Araújo (2007), a Casa do Estudante sediada na cidade do Rio de Janeiro era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. Ela foi à primeira entidade estudantil de âmbito nacional visando a assistência social aos estudantes.

A Casa do Estudante do Brasil se instalou num velho casarão no Largo da Carioca. O casarão tinha três andares e um restaurante popular. No primeiro andar, havia o salão onde funcionava o bandeijão, (restaurante popular), frequentado pelos estudantes pobres da cidade e também pelos clandestinos que se faziam passar por estudantes para comer no restaurante que oferecia comida boa e barata. No segundo andar, funcionavam o gabinete da presidência e as salas da secretaria, da correspondência nacional e internacional. Mais afastadas ficavam as salas da União Universitária Feminina, a Federação Atlética de Estudantes e outras entidades estudantis. Lá também funcionava um ambulatório. Segundo Poerner (2004), a partir da criação da União Nacional dos Estudantes – UNE (entre os anos de 1937 e 1938), com sede na Casa do Estudante Brasileiro, esta passou a organizar a biblioteca, os serviços de saúde, a residência estudantil e a concessão de bolsas.

Em 1931, a Casa começou a receber doações do governo federal. O presidente Getúlio Vargas doou à instituição, através do Decreto nº 20.559, recursos provenientes de fundos conquistados em campanhas populares logo após a Revolução de 1930, com a finalidade inicial de contribuir no pagamento das dívidas externas brasileiras. Ana Amélia Queiroz Carneiro dirigia a Casa do Estudante, que apesar das vultosas doações, continuou sendo essencialmente uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes.

A política de assistência estudantil no Brasil teve o seu reconhecimento pelo Estado, em 1931, com a promulgação do Decreto nº 19.851 (BRASIL, 1931), denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, que define o modelo de universidade. E é por meio desse decreto que surge a primeira tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil no Brasil. Em seu artigo 100, § 4º estabelece que:

> § 4º As medidas de providencia e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de

> estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxilio instituído (BRASIL, 1931).

Em 1934 a Assistência Estudantil passou a integrar a Constituição Federal. Esta Constituição estabelece a educação como direito de todos e em seu artigo 157 consta que:

> Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (BRASIL, 1934).

Em 1937, o Ministério da Educação apoiou a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, em reunião do Conselho Nacional dos Estudantes. Para muitos militantes o objetivo do apoio ministerial era criar uma entidade despolitizada que permitisse o controle dos estudantes por parte do governo. Decorrente disto, os militantes da UNE recusam a data 1937 e consideram que foi no II Congresso Nacional dos Estudantes, no dia 22 de dezembro de 1938 que a UNE foi criada. Uma entidade de estudantes, que tinha o objetivo de cuidar dos interesses dos estudantes, e ao mesmo tempo uma entidade política, democrática, lutando por todos os interesses nacionais.

O II Congresso dos Estudantes também foi importante porque deu ensejo à criação do Teatro do Estudante do Brasil, inspirado nos teatros universitários europeus e foi, ainda, apresentado e aprovado o Plano de Reforma Educacional, que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliar os estudantes com dificuldades econômicas, aumentar as vagas e expandir o ensino superior. Em seguida a UNE rompeu com a Casa do Estudante, presidida por Ana Amélia e amparada pelo governo Vargas e, como consequência desse rompimento foi que a UNE, ficou sem sede, mas, logo em seguida se ergueu e nascia assim, a entidade que representaria os estudantes no cenário político brasileiro.

Pode-se observar que a UNE foi de grande importância na luta pela assistência estudantil e suas contribuições para com a política de educação foram fundamentais.

Na década de 1940, foi promulgada a Constituição de 1946, que reafirmava, no artigo 166, a educação como um direito de todos e que deveria ser ministrada no lar e na escola, inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Nesta mesma

legislação, a assistência passa a ser obrigatória a todos os sistemas de ensino, como consta, em seu artigo 172: "Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Esta lei de nº 4.024 foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart. Ela trouxe um título referente à Assistência Social Escolar, garantindo a assistência estudantil como direito, buscando reduzir as desigualdades sociais, possibilitando aos estudantes contemplados satisfazerem suas necessidades pessoais e acadêmicas, após o ingresso na instituição de ensino. Dela destacamos o Título XI, e os artigos 90 e 91:

> Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. Art.91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL,1961).

A Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 1967), no artigo 168, persistiu que: "a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola", acrescentando o direito a igualdade de oportunidade educacional. No § 2º deste mesmo artigo, diz que: "o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsa de estudo. E no inciso III, do § 3º, dispunha que o ensino posterior ao primário seria gratuito para quem provasse falta ou insuficiência de recurso e, sempre que possível, o regime de gratuidade seria substituído pela concessão de bolsas de estudo, sendo exigido, no caso do Ensino Superior, o reembolso posterior. Esta Constituição manteve, em seu artigo169, § 2º, que" cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (BRASIL, 1967).

Em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º grau – nº 5. 692, implantada no período da Ditadura Militar. Um período de conflitos, contradições e de crueldades contra a democracia educacional do país. Foi um período autoritário que modificou o rumo da história de nossa sociedade, deixando algumas sequelas em nosso país, principalmente nas instituições de ensino. Neste período não se teve avanços na educação e

nem na assistência estudantil devido à ditadura militar, já que o regime era resistente à classe estudantil. Este foi um momento onde não houve benefício algum para o educando no sentido de sua emancipação, pois não deu a ele oportunidade de poder ser autônomo em suas escolhas e muito menos o muniu de um pensamento crítico (RODRIGUES, 2012). A LDB/71, em seu art. 62, § 1º, classificou as dimensões da assistência estudantil garantidas pela Constituição Federal de1967.

Até a década de 1980, foram realizadas poucas ações que contemplassem aos estudantes mais carentes. Porém, em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) com o objetivo de fortalecer as políticas de assistência estudantil das universidades federais para garantir igualdade de oportunidades aos estudantes. Este Fórum congrega os pró-reitores, sub-reitores, ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior pública no Brasil.

A atual Constituição de 1988 reafirmou a educação como sendo direito de todos e dever do Estado, em conformidade com o artigo 205 de seu texto legal. A Carta Magna de 1988 proporcionou uma real efetividade ao direito social à educação como consta em seu artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção e à maternidade e à infância, assistência aos desamparados" (BRASIL, 1988). Pode-se destacar ainda o artigo 208, que estabelece ser dever do Estado garantir "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 1988). Percebe-se que a CF de 1988 obteve significativos avanços se comparada às anteriores, apresentando um notável progresso em matéria de proteção ao direito social à educação.

Cumpre ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 não aborda a assistência estudantil de forma específica, mas em seu artigo 3º determina que: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola..." (BRASIL, 1996).

No ano de 1994 o FONAPRACE realizou um levantamento amostral do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com o objetivo de apresentar dados para construir uma política de assistência, em que fosse assegurado o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades. (FÓRUM

NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 1994).

Em 1997 esse Fórum apresentou o resultado da 1ª pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras e por meio deste, apresentou o seu posicionamento sobre a necessidade de uma política pública para a assistência estudantil universitária, uma vez que não era suficiente o acesso, e, para tanto seria necessário garantir a permanência até a conclusão dos cursos por estes alunos. Também foi a partir dos resultados desse estudo que foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2004).

A II pesquisa realizada pelo FONAPRACE em 2004 identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde são demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES (PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2001). Desse modo, em 2001, a Assistência Estudantil foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado neste ano, no item Financiamento da Educação Superior onde aponta como importante o "estímulo da adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico" (JORNAL DO FONAPRACE, 2001, p. 3).

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2004) a permanência do alunado de condições socioeconômicas desfavoráveis depende fortemente da existência de políticas públicas e institucionais voltadas para a implementação e o desenvolvimento de programas adequados de assistência a esse estudante.

Em maio de 2002, o Governo Federal institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas que, dentre outros programas, contempla a promoção da sensibilização para a necessidade de proteger os direitos humanos e eliminar as desigualdades de gênero, raça e as que estão ligadas às pessoas portadoras de deficiência. Posteriormente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI – foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a). Seu principal objetivo foi o de criar condições de acesso e permanência na educação superior por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica das instituições, o aumento do número de vagas nos cursos de graduação e a ampliação dos cursos noturnos. E no item V do artigo 2º, afirma que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência

estudantil". No mesmo ano o governo federal institui Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do qual trataremos a seguir.

3.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES

A portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007b), do Ministério da Educação – MEC, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que passa a ser implementado a partir de 2008 e regulamentado no ano de 2010 através do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O PNAES é considerado uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino público.

Com a institucionalização do PNAES, ele passa a ser visto como uma política de Estado. Dele, destacamos os artigos 1º e 2º:

> Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
>
> Art. 2ºSão objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Conforme o § 1ºdo artigo 3º do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Suas despesas correriam por meio de dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC, que realizaria a descentralização dos recursos às instituições federais de ensino, que deverão implementar as ações de assistência estudantil. Estas ações foram pensadas para viabilizar a igualdade de

oportunidades entre os estudantes, contribuindo para permanência, já que os primeiros anos são decisivos para definir a permanência do estudante na instituição. Sendo assim, é necessário que eles tenham uma condição de acompanhamento para que consigam chegar até o fim do curso.

O PNAES estabelece como público prioritário os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e tem como finalidade prover os recursos necessários a estes estudantes, pensando no bom desempenho acadêmico deste alunado e minimizando o abandono, o trancamento de matrícula e a evasão nos cursos.

No art.4º deste mesmo Decreto, consta que

> As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Vale ressaltar que o texto do PNAES apenas faz alusão aos cursos de nível superior e somente menciona que os Institutos Federais podem fazer uso da política de assistência estudantil, sendo, apenas, equiparados às Universidades Federais.

Contudo, a assistência estudantil prestada pelos IF´s não pode se limitar aos estudantes de graduação, pois segundo a Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são ofertantes de: educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada de trabalhadores, de processos educativos, atividades de extensão e pesquisa e de educação superior. Devendo oferecer a assistência estudantil as diversas modalidades, com públicos distintos. (BRASIL, 2008).

Como pudemos observar, os Institutos Federais foram equiparados as Universidades no Programa Nacional de Assistência Estudantil e sua implementação nos IF's foi discutida pela primeira vez nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010 em Fortaleza, durante o Seminário Nacional de Assistência Estudantil: "Construção de Princípios e Diretrizes". O evento foi organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (PDE) do Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais (CONIF) (CAVALHEIRO, 2013).

De acordo com o Relatório do Seminário de Fortaleza, o evento teve como finalidade: realizar uma discussão e uma apresentação do marco legal para a construção de políticas de Assistência Estudantil; conhecer o papel dos profissionais que trabalham diretamente com essa política; informar aos representantes dos IF's sobre o financiamento da AE e discutir sobre a construção de uma Política de Assistência Estudantil, assim como, elaborar uma proposta de

diretrizes para a construção de políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal- EPCT (FDE, CONIF, 2010 *apud* CAVALHEIRO, 2013).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) durante seus fóruns realizou discussões sobre a Política de Assistência Estudantil da Rede Federal – EPCT e após intensos debates realizados durante três anos, o CONIF finalizou a proposta do Decreto que deverá nortear o PNAES – EPCT e apresentou o texto ao ministro da Educação da época, mas até a data de conclusão deste trabalho o Decreto ainda não havia sido sancionado pela presidência.

3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO

A assistência estudantil é compreendida, aqui, como um programa focalizado no âmbito de uma política universal que é a Educação. Para alcançar o patamar de política social de caráter emancipatório, Demo (2000) sustenta que a assistência deve fazer interface com outras políticas, das quais destaca a educação. Para ele um caminho possível para recuperar o horizonte da cidadania é combinar assistência com educação, desde que esta se coloque a serviço da cidadania e se torne instrumento central do combate à pobreza política.

Marshall (1967, p. 14) diz que "enquanto o capitalismo cria uma desigualdade de classe entre os que lhe estão sujeito, a cidadania é um *status* pelo qual seus membros partilham direitos e deveres iguais". Ainda segundo Marshall (1967) o direito à educação é um direito social de cidadania e enfatiza que o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX constitui o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais de cidadania do século XX. Para ele, "O dever de autoaperfeiçoamento e de autoatualização é, portanto, um dever social e não somente individual porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros" (MARSHALL, 1967, p.74).

Apesar da educação, na legislação brasileira, ser concebida como um direito fundamental e universal, o que observamos é que historicamente ela, não tem sido um direito garantido para todos os cidadãos. "As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular". (GADOTTI: 1981 p.05).

Pacheco (2009 *apud* Silveira, 2012) destaca que os direitos sociais, como o direito à educação é mais do que o direito de não ser excluído da escola, mas, acima de tudo, o direito de fato de conseguir uma vaga e as condições para estudar. A educação é uma importante ferramenta de desenvolvimento social, e através dela, é possível uma mobilidade e mudança

social. Por essa razão, é importante o governo prover recursos e incentivar a formação dos estudantes.

Com a implantação do REUNI, do PNAES e da Lei de Cotas o acesso à educação se tornou maior aos filhos da classe trabalhadora e esse fato exigiu mais políticas públicas para garantir a permanência desses alunos nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Isso se deve ao fato de esses alunos já ingressarem nestas instituições de ensino em situação desfavorável frente a uma parcela significativa do alunado, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Sendo assim a assistência estudantil é de grande importância para garantir a permanência e reduzir os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida escolar com sucesso.

Apesar de as Instituições Federais de Educação já desenvolverem em certo tempo ações pontuais de assistência estudantil, foi somente com a regulamentação do PNAES, em 2010, que essa assistência torna-se um direito social. A partir da implantação do Programa Nacional a Política de Assistência Estudantil se torna mais abrangente, sendo postas em prática ações que vão além de auxílios financeiros, além da parte econômica, propiciando aos estudantes ações de saúde, de acompanhamento às necessidades especiais, ações que contribuam na melhoria do desempenho acadêmico, operacionalizando o acompanhamento pedagógico e biopsicossocial do estudante. Pensando não apenas nas questões de subsistência material, mas também nas questões emocionais do indivíduo, analisando-o como um todo.

Mesmo a assistência estudantil tornando-se um direito social, muitos estudiosos discutem essa temática e a considera um favor, uma ação assistencialista, fazendo críticas ao seu caráter seletivo. Vários são os argumentos para fundamentá-la. Leite (2012), por exemplo, coloca que é necessário retirar o caráter focal, pontual, fragmentado e seletivo das políticas de assistência, pois só assim teremos uma assistência estudantil como direito de todos os estudantes e não apenas para os classificados como “carentes”. Ela defende o atendimento universal e não seletivo e faz uma crítica à compreensão de que o recebimento do auxílio ou bolsa esteja condicionado à insuficiência de renda, comparando ao antigo Atestado de Pobreza. Para ela:

> [...] priorizar o acesso e a permanência no bojo de uma Política de Assistência Estudantil significa entender, antes de mais, que ambos são parte de processo contínuo e, portanto, só serão efetivados mediante políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente, e financiada total e

> exclusivamente com verba do Estado. Assim procedendo, a universidade estará garantindo a efetivação da assistência ao estudante como um direito, transformando-a definitivamente em uma política pública. (LEITE, 2012, p.471).

Leite (2012) ainda afirma que, não basta estabelecer metas de ampliação de vagas no ensino; há que se definir mecanismos de fixação desse não tão novo quadro de alunos que está ingressando nas instituições federais de ensino.

Um estudo realizado por Pacheco e Ristoff (2014, p.11) revela que:

> [...] 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo ele sendo gratuito. Esse percentual representa 2,1 milhões de estudantes, que para serem incluídos no sistema de educação superior nos próximos três anos, segundo eles, dependerão mais que gratuidade, de bolsas de estudo, bolsas de trabalho, bolsas de monitoria, bolsas de extensão, bolsas de pesquisa, de restaurantes universitários, de moradia estudantil, que tornem viável a sua permanência na instituição.

Sendo assim, percebemos que adentrar no espaço educacional não é o suficiente para alunos oriundos de famílias pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade, pois essas famílias não têm condições financeiras de arcar com os gastos escolares de seus filhos e se não existir uma política social efetiva, provavelmente ocorrerá o abandono por parte do aluno, se permanecerem as mesmas condições estruturais da sociedade.

A política de assistência estudantil é uma política social aplicada nas políticas educacionais como uma ferramenta que busca criar um padrão de igualdade entre os estudantes e é voltada para a permanência de estudantes nos espaços educacionais. Vasconcelos (2010) em seus estudos ressalta que a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante sua trajetória nas instituições de ensino e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Segundo Silveira (2012) a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto, não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade. Dessa forma, concordamos com a autora quando ela afirma que a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados

para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados.

Segundo Couto (2006) a assistência acaba sendo sinônimo de caridade, de assistencialismo, mantendo as reivindicações populares de melhora da condição de vida, sob a forma de benesse e, não de direito. A única saída para se romper com essa situação seria, conforme as palavras da própria autora, encontrar:

> [...] instrumentos que devem romper com a cultura assistencialista [que] devem ser perseguidos por todos aqueles que lutam, na sociedade brasileira, pela justiça social. Apesar de herdeiros de um passado crivado de preconceitos e de instrumentos autoritários na área social, também é possível identificar movimentos de rebeldia e de contraposição a esse passado, o que credencia a sociedade brasileira a tornar a assistência social uma equação possível com o direito social. (COUTO, 2006, p. 187).

No livro "A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema" Pedro Demo (2000) destaca dois tipos de assistência: aquela devida de modo permanente, para os segmentos que caracteristicamente não podem se autossustentar, e aquela devida de modo provisório, para as pessoas que sofrem de vulnerabilidade ocasional. A assistência estudantil se enquadra no segundo tipo, que tem como finalidade recuperar as condições de autonomia, tão logo seja possível, não de instituir situação definitiva de dependência. Essa assistência estudantil atua no sentido de promover um processo de emancipação do sujeito. Esta é a nossa visão sobre os serviços ofertados pela assistência estudantil pelas instituições escolares.

Demo defende a assistência provisória em nome da emancipação, pois, na nossa compreensão, emancipando o sujeito, fazendo com que o estudante bolsista se faça sujeito de suas próprias soluções, as ações de assistência estudantil não se caracterizam como assistencialismo. Para o autor a assistência deve ser bem-feita, pois sendo bem-feita obedece aos parâmetros da democracia e dos direitos humanos.

Por isso, as ações de assistência estudantil devem ter como finalidade a garantia da igualdade de oportunidades aos estudantes na perspectiva do direito social e a criação de condições para sua permanência com êxito na instituição.

Como vimos o PNAES serviu de base para a criação das Políticas de Assistência Estudantil que abrangem várias ações em apoio aos estudantes da educação superior e do Ensino Médio. Ações estas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação, incluindo aí o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, *Campus* Jacobina, *lócus* dessa pesquisa. Sendo assim, depois de explicitar os procedimentos metodológicos que

utilizamos nesta pesquisa, em capítulo subsequente, abordaremos o processo histórico e o funcionamento da Política de Assistência Estudantil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PAAE, desenvolvido nesta Instituição de ensino, assim como os resultados da pesquisa empírica que empreendemos, levando em conta os objetivos propostos nessa investigação. Vale reafirmar que são raros os estudos sobre a Assistência Estudantil em nível de Institutos Federais, sendo encontrados em maiores proporções os direcionados ao Ensino Superior das Universidades Federais.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2009) é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

Apresentamos neste capítulo o desenvolvimento da pesquisa, que foi realizada, evidenciando a abordagem, o local, fontes de dados, amostra, instrumentos e procedimentos de coleta e a organização e procedimentos de análise dos dados.

4.1 ABORDAGENS DA PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois interessamos em compreender quais os significados que os participantes atribuem ao fenômeno ou situação que está sendo estudado. Nesta abordagem, de inspiração epistemológica fenomenológica, buscamos compreender os significados que as pessoas constroem sobre seu mundo e as experiências nele vividas, tendo o pesquisador como principal instrumento de coleta e análise de dados (NEVES, 1996).

A abordagem qualitativa procura explicar o porquê das coisas, não se preocupando com números, pois os dados que se pretendem analisar não são numéricos, não são quantificados. Para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não poderia ser quantificado. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Mesmo assim, para algumas análises, sobretudo de caracterização dos fenômenos, bem como do universo da pesquisa, utilizamos dados estatísticos, numa abordagem quantitativa.

Godoy (1995) ressalta que entre as diversidades existentes na pesquisa qualitativa deve-se considerar: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas atribuem às coisas e a sua vida, como preocupação do investigador e o enfoque indutivo. Para os propósitos deste trabalho, a pesquisa constituiu-se do tipo empírica e de modalidade descritiva, pois teve como objetivo descrever peculiaridades de uma determinada população (GIL, 1995). O método qualitativo foi utilizado para análise do objeto, pois o mesmo deu voz aos atores sociais e, assim, analisou o

Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do Instituto Federal da Bahia, num *Campus* determinado.

4.2. LOCAL DA PESQUISA

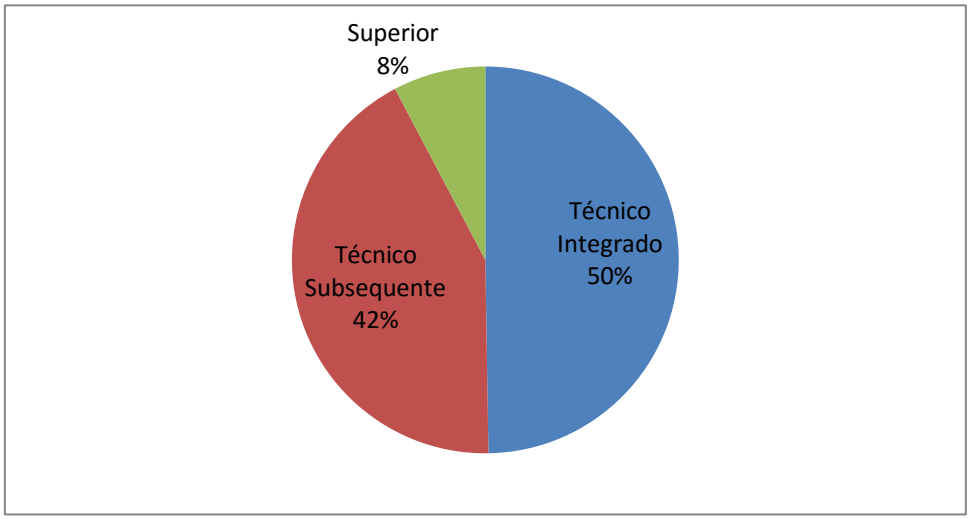
A pesquisa foi realizada na cidade de Jacobina, situada no estado da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, com população de 79.247 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Deve-se atentar que grande parte do estudo também se valeu de pesquisa documental.

A instituição de ensino escolhida foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/*Campus* de Jacobina. Uma instituição pública federal que oferta cursos técnicos profissionais de nível médio e superior, gratuitos, e está em funcionamento há aproximadamente sete anos. O IFBA é uma boa opção para atender a necessidade estudantil dos jovens de Jacobina e das regiões circunvizinhas e o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, analisado nesta pesquisa, tem sido uma alternativa de estudos nesses níveis de ensino para os estudantes oriundos de outros municípios do Estado e que possuem tais carências.

Conforme o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP – do IFBA o *Campus* de Jacobina possuía, em 2017, 776 alunos matriculados, destes 386 eram matriculados em cursos da forma integrada – Ensino Médio integrado à Educação Profissional, 330 matriculados na forma subseqüente – Educação Profissional após a conclusão do Ensino Médio, e 60, na forma superior – Ensino de Graduação em nível universitário.

O Gráfico seguinte demonstra essa proporcionalidade.

Gráfico 1- Total de Alunos por Forma de Ensino.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IFBA (2018).

A coleta de dados foi concentrada no segmento do ensino médio da forma integrada já que este é o nosso maior público participante do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante –PAAE.

A escolha do local se deu pela vivência profissional da autora desta dissertação na instituição e como já anunciado, o estudo teve como objetivo compreender as percepções dos estudantes participantes do Programa sobre as mudanças nos seus cotidianos e nas suas expectativas profissionais, a partir das ações do PAAE.

4.3 AMOSTRA

O universo da pesquisa foi constituído por estudantes bolsistas do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE do IFBA/*Campus* Jacobina pertencentes aos cursos Técnicos de Mineração, Eletromecânica e Informática, que atendem a alunos do ensino médio integrado. Todos selecionados pelo Processo Seletivo (PROSEL) que garante o acesso do estudante na escola, realizado anualmente pela instituição e pelo processo seletivo do PAAE que garante o acesso às bolsas e auxílios, realizado pelo setor de serviço social, também, anualmente, somando 145 estudantes no ano de 2017. E, para estabelecimento da amostra dos sujeitos da pesquisa, foram adotados critérios de inclusão que serão especificados a seguir.

Como primeiro critério consideramos na pesquisa os bolsistas das modalidades de Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Bolsa de Estudo e Bolsa do Programa de Incentivo à Aprendizagem (PINA), porque tais benefícios correspondem à concessão de recursos financeiros para apoiar os alunos na Instituição. Como segundo critério, escolhemos os alunos com idade igual ou maior de 18 anos, pelo fato de possuírem maior liberdade e amadurecimento para expressarem suas opiniões. O terceiro critério incluiu os participantes do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE por, no mínimo, dois anos, considerando maior tempo de vivência na instituição e que aceitaram participar da pesquisa, assinando, para tanto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Outro critério adotado constituiu no fato de os discentes possuírem frequência escolar acima de 75% por ser uma exigência do programa, sendo verificada a presença de cada depoente selecionado. O último critério considerou a participação do estudante ou algum membro da família em programas sociais do Governo Federal, porque isto pode revelar a situação de vulnerabilidade social do alunado. A informação deste último critério foi levantada a partir do questionário socioeconômico respondido, pelo estudante, no momento da seleção do PAAE. De forma mais sistematizada, os critérios para a escolha da amostra foram os seguintes:

- Bolsista das modalidades de Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Bolsa de Estudo e Bolsa PINA;
- Estudante matriculado na forma integrada do ensino médio;
- Alunos com idade igual ou maior de 18 anos;
- Estudante beneficiário do Programa por no mínimo dois anos e que aceitaram participar da pesquisa;
- Discente com frequência escolar acima de 75%;
- Estudantes que ele e/ou algum membro da família nuclear encontrava-se inserido em programa social do Governo Federal.

Consideramos importante esclarecer em que consistem as modalidades de auxílios e bolsas que os estudantes recebem, pois este equivale ao primeiro critério de escolha da amostra.

O Auxílio Transporte: Disponibiliza auxílio financeiro mensal para contribuir com custeio do deslocamento do estudante no trajeto domicílio – IFBA - domicílio. Têm prioridade os estudantes cujos municípios de domicílio não oferecem transporte escolar até o IFBA. Valor: 20% do salário mínimo vigente para estudantes que residem em Jacobina e 30% do salário mínimo vigente para os que residem em outro município.

O Auxílio Moradia: Disponibiliza auxílio financeiro mensal para contribuir com despesas mensais referentes à moradia do estudante. Tem direito a esse auxílio, prioritariamente, os estudantes oriundos de outros municípios ou estudantes que morem em Jacobina e não residam com familiares. É exigido mensalmente o recibo do aluguel. Valor: Até meio salário mínimo vigente, não devendo, portanto, cobrir todas as despesas com a moradia.

A Bolsa de Estudo: Disponibiliza auxílio financeiro mensal com vistas a contribuir para um melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas do estudante que deve participar do acompanhamento pedagógico, das atividades de monitoria, atendimentos do professor, dentre outras. São priorizados nesta bolsa os estudantes que estejam cursando o primeiro ano ou semestre. Valor: meio salário vigente.

A Bolsa vinculada a Projetos de Incentivo à Aprendizagem – PINA: Disponibiliza auxílio financeiro e insere o estudante em projetos de aprendizagem a serem desenvolvidos por servidores (docentes ou técnicos administrativos) no IFBA – *Campus* Jacobina. O estudante deve ter condições acadêmicas de cumprir uma carga horária de atividades de até 12horas semanais, não estando, preferencialmente, no primeiro ano ou semestre letivo. Valor: meio salário vigente.

O projeto de pesquisa estabeleceu o número de oito bolsistas para compor a amostra, pois o universo correspondia a 145 alunos, não sendo possível abranger a todos nessa pesquisa de mestrado. Concluímos pela escolha de 8 (oito) estudantes considerando escolher dois representantes de cada modalidade de auxílio e bolsa. Aplicando os critérios de seleção, chegamos ao número de 15 (quinze) estudantes, o que levou a adotar um procedimento de sorteio daquelas modalidades cujo número de estudante extrapolava a quantidade desejada. Pelo fato de só ter um aluno classificado nos critérios de escolha da amostra na modalidade de auxílio moradia decidimos incluir mais um estudante de auxílio transporte, por ser a modalidade de auxílio com maior número de participantes.

Seguindo esses critérios, foi feito um recorte com oito bolsistas, sendo três de auxílio transporte, um de auxílio moradia, dois de bolsa de estudo e dois de bolsa PINA.

4.4 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para a coleta dos dados foram realizados dois procedimentos: (1) entrevista individual, com o objetivo de conhecer a realidade do estudante bolsista antes e depois do seu ingresso na instituição, assim como a percepção desses estudantes bolsistas acerca do Programa de Assistência Estudantil e (2) grupo focal, com o objetivo de complementar e consolidar as informações coletadas através das entrevistas individuais, proporcionando um encontro coletivo em que a discussão fluiu livremente, auxiliada por um roteiro de questões dirigidas ao grupo de sujeitos colaboradores da pesquisa, com o auxílio de um moderador.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Bahia (CEP – IFBA) a coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2017. Nesta ocasião, os sujeitos foram informados dos objetivos do estudo e todas as dúvidas foram esclarecidas.

Na primeira etapa, entrevistas foram agendadas com os oito bolsistas do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, escolhidos através dos critérios de inclusão da pesquisa acima descritos. Foi esclarecido a todos eles o objetivo da entrevista e assegurada a garantia do anonimato.

Realizou-se um pré-teste do roteiro da entrevista com 01 aluno do curso Técnico em Mineração, assim foi percebido que a entrevista ficou muita extensa, então alguns ajustes no tópico –guia foram realizados e seguiu-se com a realização das demais entrevistas.

No mês de setembro foram então realizadas as entrevistas individuais semiestruturadas (APÊNDICE A), realizando uma combinação de perguntas abertas e fechadas, onde os

informantes discorreram sobre o tema proposto. Foi aplicado um conjunto de questões previamente definidas, feito em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Os entrevistados tiveram total liberdade de decidir sobre sua participação ou não na pesquisa e de responder a todas as perguntas que lhe forem feitas. Mais adiante, neste trabalho, apresentam-se os protocolos relativos à solicitação dessa participação, assim como, sobre os cuidados éticos que foram tomados na coleta, análise e divulgação dos dados da pesquisa.

Segundo Amado e Ferreira (2013, p. 207) a entrevista é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos. A entrevista individual é uma conversação que neste estudo teve duração entre quarenta minutos e uma hora, e foram feitas através de gravação de áudio. Para tanto, a pesquisadora preparou um tópico - guia, cobrindo as categorias analíticas centrais.

A entrevista semiestruturada foi realizada com a finalidade de atender os objetivos deste trabalho. Este tipo de entrevista:

> [...] obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semiaberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo, aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. (MINAYO, 2007, p.267).

Na segunda etapa da coleta de dados foi agendado o grupo focal com os oitos bolsistas selecionados no Programa. Sendo realizado no dia 06 de novembro de 2017, na sala de reunião do IFBA/*Campus* Jacobina e participaram da discussão 07 estudantes, o oitavo membro teve um imprevisto e não pode comparecer.

O grupo focal consiste em envolver um grupo de representantes de uma determinada população na discussão de um tema previamente fixado, sob o controle de um moderador que estimulará a interação e assegurará que a discussão não se distancie do tema em foco. É no contexto da interação que se espera que surjam as informações pretendidas (AMADO; FERREIRA, 2013, p. 225-226). Esta técnica procura observar as experiências, as atitudes, os sentimentos e a crença dos participantes sobre o tema estudado. Ainda para Amado e Ferreira (2013) a interação que se gera no interior de um grupo é o principal meio e fonte de produção de dados e é a sua principal característica.

A técnica de grupo focal tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Para Kind (2004) os grupos

focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo.

Bauer e Gaskell (2002, p.79) descrevem o grupo focal como: "um debate aberto e acessível a todos porque os assuntos são de interesse comum, não levando em consideração diferença de *status* entre os participantes, o fundamental é uma discussão racional".

Nesta pesquisa, o objetivo do grupo focal foi possibilitar a aprendizagem de como os participantes da pesquisa interpretam a realidade, quais os seus conhecimentos acerca do tema da pesquisa bem como as suas experiências. Os bolsistas expressaram suas opiniões de maneira produtiva, alargando o leque de respostas possíveis, reativando detalhes esquecidos da experiência de participar do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante ao complementar as informações coletadas através das entrevistas individuais. Nesta técnica foram identificadas as diferenças de pensamento e as ideias existentes sobre o tema em estudo.

Para a preparação da entrevista de grupo focal foram definidos:

- A escolha de um moderador, sendo a orientadora da pesquisa, professora Maria Couto Cunha quem procedeu à condução da entrevista;
- O local para o encontro, que foi realizado na sala de reuniões do IFBA/Jacobina, no dia 06 de novembro de 2017;
- As questões que se pretendia investigar;
- A elaboração de um guia da entrevista, com perguntas abertas para saber o que pensam as pessoas, sem as questionar de modo direto;
- A garantia da confidencialidade acerca do que se disser na sessão;
- O cuidado para que as questões fossem formuladas numa linguagem acessível de modo que os participantes se sentissem à vontade para colaborar e partilhar ideias e sentimentos, evitando a inibição dos respondentes;
- A garantia de condições de comodidade para os participantes no momento da entrevista, atendendo ao seu conforto físico e segurança;
- O anonimato das respostas. Não foram considerados os nomes próprios dos colaboradores. Eles, na análise e divulgação dos dados foram identificados por codinomes.

As entrevistas do grupo focal foram compostas de perguntas abertas, derivadas de um plano prévio que o moderador utilizou apenas como um guia, acompanhando os comentários importantes feitos pelos entrevistados.

Os dados obtidos foram áudio-gravados com autorização dos participantes e, em seguida, transcritos.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DE DADOS

Por fim, foram organizados os registros e os dados foram sujeitos à análise de conteúdo, que ajudou a pesquisadora a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada dos seus conteúdos. Este procedimento foi inicialmente realizado na pesquisa documental, seguindo-se nas informações colhidas em campo.

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa a interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos.

Segundo Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

A criadora da Análise de Conteúdo foi Laurence Bardin, que assim a define: "... um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens" (BARDIN, 2002, p. 38).

O processo da análise dos dados envolveu três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

Na pré-análise foi organizado todo o material e selecionadas as amostras de informação a serem analisadas no estudo. Também foram escolhidos os indicadores que orientaram a interpretação do material.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi efetuada de acordo com as Diretrizes e Normas de pesquisa em seres Humanos, através da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que inclui o conteúdo do Termo de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (BRASIL, 2012). Nesta pesquisa não foi necessário obter o termo de assentimento, uma vez que entre os sujeitos não constavam estudantes menores de 18 anos.

A realização da pesquisa no IFBA/Campus Jacobina foi autorizada pelo diretor da instituição, através da carta de anuência (APÊNDICE B), sendo a pesquisa iniciada após o recebimento favorável do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Bahia (CEP – IFBA). Nesta ocasião, os sujeitos foram informados dos objetivos do estudo e todas as dúvidas foram esclarecidas.

Durante a pesquisa os participantes foram tratados com respeito, lealdade e atenção, como seres humanos.

Os riscos possíveis na utilização de instrumentos de pesquisa, tais como entrevista e grupo focal, são possíveis causadores de danos, desconfortos, constrangimentos e riscos relativos à aplicação dos mesmos aos sujeitos de pesquisa. Para anular estes riscos, as entrevistas foram feitas para aqueles sujeitos que integral e livremente optaram por participar do estudo e foram resguardadas toda a liberdade e condições necessárias para que os convidados, ao prestarem informações, colaborassem ou não com a coleta de dados. As pesquisadoras utilizaram todos os seus conhecimentos e habilidades profissionais a serviço dos participantes do estudo, com o objetivo de evitar os riscos e maximizar os benefícios do procedimento a realizar.

Para as entrevistas, foi solicitada a autorização prévia a todos os sujeitos do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) em duas vias, ficando uma com o estudante e a outra com a pesquisadora.

Foi assegurada a privacidade dos participantes e a confidencialidade dos dados obtidos (APÊNDICE D); foram adotados cuidados na utilização dos registros; e foi solicitada permissão para que as entrevistas fossem gravadas. Foram também esclarecidos os meios usados para gravar as sessões. Os informantes foram identificados na análise através de codinomes, de modo a resguardar o anonimato.

Com o arcabouço teórico-metodológico e os procedimentos anunciados, tendo em vista os objetivos da pesquisa, foi realizada a coleta dos dados, e posterior análise e interpretação dos resultados.

5 O IFBA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

No capítulo 2 desta dissertação, quando foi apresentada uma breve retrospectiva das iniciativas governamentais voltadas à formação para o trabalho, referimos ao movimento recente, nas duas últimas décadas da história da educação brasileira em que as políticas de educação profissional provocaram uma expansão da oferta de ensino nessa modalidade nunca vista no país. Grande parte dessa expansão se deu através da criação da rede de educação profissional e tecnológica que vem se consolidando nas várias regiões brasileiras. Neste capítulo vamos deter um pouco nesse movimento, focalizando o IFBA nesse contexto e para aproximar a discussão ao nosso objeto de estudo, vamos descrever a política de assistência estudantil adotada nessa instituição. Em seguida analisaremos as informações colhidas em campo que trata da percepção dos estudantes que compõem a amostra sobre as mudanças derivadas de sua inclusão no Programa de Assistência Estudantil no IFBA/Jacobina.

5.1. EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008), conforme já mencionado no capítulo 2.Trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 unidades de ensino descentralizadas (UNEDs), 39 escolas Agrotécnicas, 07 Escolas Técnicas Federais e 08 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação (Portal/MEC**).** Dentre eles o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, instituição foco dessa pesquisa, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

É importante afirmar que, do ponto de vista estrutural da organização do sistema de ensino brasileiro, os IF's estão vinculados a Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC – do Ministério da Educação – MEC e pertencem à Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT) do Brasil. Acrescentamos que a rede federal vem vivenciando a maior expansão de sua história. Dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC revelam que até o ano de 2002 o Brasil contava com 140 escolas técnicas,

passando a um número de 644 unidades de escolas distribuídas em todo o país, até o ano de 2016.

Interessa-nos neste estudo especificamente, o Instituto Federal da Bahia originado do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia. É importante sinalizar a existência de outra instituição congênere situada no estado da Bahia, o Instituto Federal Baiano - IFBaiano, originado pela integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi, de Santa Inês e de Senhor do Bonfim e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac. Daremos ênfase a seguir ao estudo sobre o IFBA, por constituir-se campo da nossa pesquisa.

5.2 O IFBA: BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, nasceu como Escola de Aprendizes Artífices da Bahia (1909) também conhecida pela população local, sobretudo entre os seus estudantes, como “escola do mingau", pois oferecia mingau aos seus alunos com a finalidade de alimentá-los no período que permaneciam na escola, já que eram carentes e chamados, naquela época, de deserdados da sorte. Ofereceram inicialmente os seguintes cursos: alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria.

Em 1942 tornou-se Escola Técnica de Salvador, passando a denominar-se Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA – em 1965 e da união com o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC – transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – BA.

É mister salientar que com a criação do CEFET – BA a instituição passa a oferecer cursos superiores. Até aquele momento só eram disponibiliza dos cursos técnicos a sua população. Esse processo de evolução fez com que o Instituto tivesse várias denominações a cada momento que modificava a sua estrutura e funcionamento.

Quadro 1 – Mudanças na nomenclatura do IFBA de 1909 até 2009.

NOME INSTITUCIONAL		DECRETO/LEI
ANTERIOR	SEGUINTE	
---	Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia	Decreto nº 7.566/1909
Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia	Liceu Industrial de Salvador	Lei nº 378/1937
Liceu Industrial de Salvador	Escola Técnica de Salvador	Decreto – Lei nº 4.127/1942
Escola Técnica de Salvador	Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA)	Lei nº 4.759/1965
Escola Técnica Federal da Bahia(ETFBA)	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA)	Lei nº 8.711/93
Centro Federal de Educação tecnológica da Bahia (CEFET – BA)	Instituto Federal da Bahia (IFBA)	Lei nº 11.892/2008

Fonte: Sampaio e Almeida (2009). Sistematização feita pela autora (2018).

O CEFET – BA expandiu-se com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) de Barreiras, Valença, Eunápolis e Vitória da Conquista, através de portarias específicas no ano de 1994. Com a formação da Rede Federal, é lançado o plano de expansão, fortalecendo essas Unidades, denominadas Campus da Pré-Expansão da rede federal.

Consideramos importante apresentar o cenário de expansão dessa instituição, no contexto da política educacional nas últimas décadas. Em 2008, após o surgimento dos Institutos Federais, o Governo Lula da Silva, através de um Decreto, implementa a **Expansão I**. Assim, mais quatro *Campus* são criados no estado da Bahia. Fazem parte dessa expansão os *Campus* de Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro e Camaçari. A imagem abaixo ilustra essa fase da expansão.

Figura 1 - IFBA após Expansão I.

Fonte: Gomes (2013) *apud* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (2014a).

No Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, em 2010, foram inaugurados sete novos *campi* nos municípios de Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Seabra. Um destaque aqui para o *Campus* de Jacobina, *lócus* dessa pesquisa, conforme figura abaixo.

Figura 2 - IFBA após Expansão II.

Fonte: Gomes (2013) *apud* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (2014a).

Na Fase III, no ano de 2012, já no Governo Dilma Rousseff, foi autorizada a implantação de mais cinco *campi* nos municípios de Brumado, Euclides da Cunha, Juazeiro, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus. Figura 05 mostra os *campi* que formam essa expansão.

Figura 3 - IFBA a partir de 2014.

Fonte: Gomes (2013) *apud* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (2014a).

5.2.1 *Campus* Jacobina

Fruto da segunda fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional o *Campus* Jacobina, *lócus* da pesquisa, foi inaugurado oficialmente em uma solenidade realizada em Brasília com o presidente Luís Inácio Lula da Silva e os respectivos diretores dos *Campi*, em 2010. No entanto, essa unidade só iniciou suas atividades em 2011, oferecendo serviços educacionais, com políticas sociais voltadas aos indivíduos. Suas instalações foram construídas em terreno doado pelo município, na sede da cidade e funciona nos turnos diurno e noturno.

O *Campus* oferece educação profissional técnica de nível médio, na forma integrada para os concluintes do ensino fundamental e na forma subsequente para os concluintes do ensino médio. Em 2017 oferecia os cursos técnicos em Informática, Eletromecânica e Mineração nas formas integrada e subseqüente e o curso técnico em Meio Ambiente, apenas, na forma subsequente. Também era ofertado o curso superior de Licenciatura em Computação.

A cidade de Jacobina está situada na região noroeste da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, a cerca de 330 km de Salvador, capital do Estado e, conforme dados do Censo do IBGE de 2010, possui uma população de 79.247 habitantes, distribuída numa área territorial de 2.320 Km². A maioria da população jacobinense concentra-se na zona urbana, com cerca de 55.868 habitantes, ficando 23. 379 na zona rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010b). É cercada por montanhas, serras, lagoas, grutas, rios, cachoeiras, fontes e morros, características geofísicas que explicam seu potencial mineral e a coloca numa posição privilegiada no estado da Bahia, de provável potencial para a atividade ligada ao ecoturismo. Sua história está diretamente ligada à atividade mineradora, sendo conhecida como "a cidade do ouro".

O município limita-se ao norte com: Mirangaba, Saúde e Caém; ao sul com: Várzea Nova, Várzea do Poço e Miguel Calmon; ao leste com: Serrolândia, Quixabeira e Capim Grosso; ao oeste com: Ourolândia, conforme a figura a seguir.

Figura 4 - Localização de Jacobina e demais municípios da região.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

A oferta dos cursos do IFBA/Jacobina se estende para estudantes de toda a microrregião, recebendo alunos de povoados, distritos e de todos os municípios circunvizinhos. Partindo desse ponto de vista, a escola pesquisada, desde 2011, é uma boa opção para atender a necessidade educacional dos jovens dessas localidades.

Jacobina tem como principal fonte de renda o comércio e a extração de ouro. A cidade conta com lojas de roupas, autopeças, postos de combustível, hotéis, restaurantes, além da fábrica de calçados Free Way e da fábrica de Torres Eólicas do Nordeste – TEN, sendo considerada o centro comercial da microrregião.

Na agricultura destaca-se a produção de mamona, sisal, mandioca, milho, alho e hortaliças em geral, sendo esta produção toda a base da agricultura familiar. No setor de bens minerais, o município de Jacobina se destaca na produção de arenito, argila, calcita, cromo, mármore e ouro.

Conforme o Plano Municipal de Educação – PME – (JACOBINA, BAHIA, 2015), o município conta com 77 unidades de ensino fundamental e 10 de ensino médio, incluindo aí as escolas da rede particular de ensino, as instituições municipais, estaduais e federais, assim como, cinco instituições de ensino superior. Podemos citar também, a vinda da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – AGES no segundo semestre de 2017, ofertando cursos de graduação, dentre eles o curso de medicina.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Jacobina – IDH – M, em 2010 foi 0,649. Conforme dados do Censo do IBGE 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2010b), a população total do município era de 79.247 residentes, dos quais 10.898 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda *per capita* abaixo de R$ 70,00. Significando que 13,8% da população viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres 6.006 (55,1%) viviam no meio rural e 4.892 (44,9%) no meio urbano.

O Censo revelou que no município havia 834 jovens entre 15 e 17 anos em situação de extrema pobreza e 3.672 entre a faixa etária de 18 a 39 anos nesta situação. Das pessoas com mais de15 anos em extrema pobreza, 1.675 não sabiam ler ou escrever, o que representava 25,6% dos extremamente pobres nessa faixa etária.

O número de famílias caracterizadas como de extremamente pobres é elevado, situação que impacta diretamente no atendimento do programa estudado, pois, provavelmente a Instituição de ensino abordada neste trabalho recebe um número significativo de discentes oriundos dessas famílias.

5.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA

Com o processo de democratização das escolas técnicas de nível médio no Brasil e a expansão da rede federal de ensino houve um aumento considerável no número de vagas nessas instituições. Assim, estudantes de níveis socioeconômicos mais baixos passaram a ter mais acesso ao ensino técnico e profissional, tornando importante o desenvolvimento de ações que contribuíssem com a permanência e conclusão destes alunos nos cursos integrados, subsequentes e de nível superior dos Institutos Federais. Sendo assim, as ações de Assistência

Estudantil são grandes aliadas para minimizar as dificuldades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para contribuir com a diminuição da evasão e retenção no ensino técnico e profissional.

Após a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, em 2010, iniciaram–se as discussões para a implantação das Políticas de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, inclusive no IFBA.

Em outubro de 2010, após aprovação pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFBA– órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo - o documento "Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia" foi implantado.

Anteriormente, as ações de assistência estudantil no IFBA eram desenvolvidas através do Programa de Assistência ao Educando (PAE), mas este não atendia efetivamente as demandas estudantis da época, sendo meramente focalista. Era ofertado, apenas, três tipos de auxílios, sendo eles: auxílio financeiro, bolsas de aprendizagem e isenção de taxas acadêmicas de comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As "Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil" (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2010) foram fruto de uma inquietação das assistentes sociais referente ao PAE, que informavam se

rem insuficientes os serviços para atender à grande e diversificada demanda por Assistência Estudantil daquela época. Iniciou-se então uma discussão e em novembro de 2009 formou-se uma comissão, através da portaria nº 1291, com a participação de discentes e servidores de diversas categorias profissionais dos c*ampi* em funcionamento. Foi uma proposta construída em conjunto, com o intuito de criar uma política interna para direcionar e sistematizar as ações de assistência estudantil, tendo como objetivo, elaborar, implementar e executar uma Política de Assistência Estudantil, que foi definida no documento já mencionado como:

> um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a preparação e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes em cursos oferecidos pelo IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2010).

A partir de 2011 as ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil acompanharam o que foi idealizado nesse documento.

Posteriormente, em 04 de dezembro de 2014, através da Resolução Nº 194 do Conselho Superior – CONSUP foram aprovados conjuntamente a Política de Assistência Estudantil do IFBA (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2014c) e o Documento Normativo dessa Política (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2014b). Estes documentos definiram que a Política de Assistência Estudantil do IFBA é constituída pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), pelos Programas Universais e pelos Programas Complementares. Sendo o primeiro, considerado um Programa Seletivo, destinado a ofertar auxílios e bolsas aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Já os Programas Universais são destinados a todos os discentes regularmente matriculados no IFBA em todos os níveis e modalidades de ensino, através de Projetos que atendam aos critérios de cada Programa, e ao último, caberá desenvolver ações específicas nas quais a participação dos estudantes deverá estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

O Programa de Assistência e Apoio ao Estudante insere os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com sua demanda, nas modalidades de bolsa estudo, bolsa do Programa de Incentivo à Aprendizagem - PINA, bolsa alimentação, auxílio transporte, moradia, aquisições e viagens, cópia e impressão. Já as modalidades de serviços dos Programas Universais compreendem desde os acompanhamentos psicológicos, sociais e pedagógicos até os programas de educação para diversidade, apoio à pessoa com necessidades específicas, assistência à saúde e incentivo à educação física e lazer, à educação artística e cultural, formação à cidadania e assistência a viagens. Os Programas Complementares oferecem os programas de mobilidade acadêmica, de monitoria e de iniciação científica.

É importante esclarecer que o Programa de Iniciação Científica é desenvolvido através do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFBA (PIICT/IFBA), voltado à iniciação à pesquisa dos estudantes, nos termos da Resolução nº 24, de 06 de setembro de 2012. Segundo informações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PRPGI/IFBA o pagamento de bolsas para o Programa de Iniciação Científica deve ser realizado com recursos da Política de Assistência Estudantil, onde cada *Campus* estabelece o número de bolsas que poderá ofertar com esse recurso. Ainda segundo a PRPGI, no ano de 2018, esta será a única fonte de recursos para o Programa e os c*ampi* que não reservarem recursos da Política de Assistência Estudantil para esse fim, poderão ter projetos aprovados, mas que não serão contemplados com o pagamento de bolsa. O Programa de Monitoria de Ensino é destinado a

custear bolsas para estudantes com mérito acadêmico e em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, para atuarem como monitores de disciplinas específicas. Também é disponibilizado recurso da Política de Assistência Estudantil para o pagamento dessas bolsas.

A tabela abaixo detalha a atual Política de Assistência Estudantil do IFBA. Vale ressaltar que o presente estudo tem como referência a primeira coluna da tabela, que trata dos auxílios seletivos.

Quadro 2– Política de Assistência Estudantil do IFBA.

AUXILIOS SELETIVOS	**AUXILIOS UNIVERSAIS**	**AUXÍLIOS COMPLEMENTARES**
PÚBLICO-ALVO: Estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.	PÚBLICO-ALVO: Todos os estudantes.	PÚBLICO-ALVO: Participação condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.
Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes – PAAE AUXÍLIOS: • Auxílio Transporte • Auxílio Moradia • Auxílio para Aquisições • Auxílio Cópia e Impressão • Auxílio Alimentação BOLSAS: • Bolsa Estudo • Bolsa vinculada a Projetos de Inventivo a Aprendizagem (PINA)	**Programas de:** • Educação para Diversidade • Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas • Assistência à Saúde • Acompanhamento Psicológico • Acompanhamento Pedagógico • Acompanhamento Social • Incentivo à Educação Física e Lazer • Incentivo à Educação Artística e Cultural • Incentivo à Formação de Cidadania • Assistência a Viagens	• Programa de Mobilidade Acadêmica • Programa de Iniciação Científica • Programa de Monitoria
RECURSO: mínimo de 75% RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO: Serviço Social.	RECURSO: 25% RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO: Comissão da Gestão da Assistência Estudantil.	

Fonte: A autora, a partir de dados da Política de Assistência Estudantil do IFBA (2018).

O recurso utilizado para a execução da Política de Assistência do IFBA encontra-se previsto na matriz orçamentária anual do CONIF. No IFBA a execução dos recursos da Assistência Estudantil concentra-se no Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE. Conforme visto na tabela acima, a distribuição interna do recurso da Assistência Estudantil, em cada *Campus* obedece à seguinte proporção: no mínimo 75% para as ações do PAAE e o restante para os programas Universais e Complementares.

O Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA apresenta as normas, critérios e procedimentos dessa política. Traça as modalidades de auxílios e bolsas, as prioridades de atendimento, a metodologia do processo de seleção, o pagamento, financiamento e orçamento dessa política, a equipe multidisciplinar, os direitos e deveres dos bolsistas, dentre outros.

A seleção dos programas da assistência estudantil ocorre em todos os c*ampi* por meio de editais. O planejamento de utilização dos recursos do PAAE é elaborado pelo profissional de serviço social e dos recursos dos Programas Universais e Complementares é elaborado por uma comissão, definida por portaria do Diretor Geral. Na comissão o assistente social é membro obrigatório e direciona os trabalhos.

No subitem a seguir iremos abordar o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE do *Campus* Jacobina, objeto do nosso estudo.

5.3.1 O Programa de Assistência e Apoio ao Estudante - PAAE no *Campus* Jacobina

O PAAE está em funcionamento no *Campus* Jacobina desde 2011. O Programa é destinado aos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem o objetivo de contribuir para a permanência do estudante na Instituição, assim como a conclusão do seu curso, acompanhando os alunos que dele necessitam, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda, em uma das modalidades de bolsa e/ou auxílio.

O processo seletivo do PAAE é realizado duas vezes durante o ano letivo. No início do ano para todos os alunos e formas de ensino e no meio do ano letivo, direcionado aos alunos do 1º semestre dos cursos subseqüente e superior que estão ingressando na escola. Com a publicação dos editais, a assistente social do *Campus* realiza a divulgação do processo seletivo do PAAE, através de anúncio no site da Instituição, na aula inaugural e em visitas as salas de aula, para apresentar o programa aos alunos e distribuir material sobre apolítica de assistência estudantil do *Campus.* O aluno matriculado dispõe de um período para realização das inscrições, sendo que os interessados preenchem o formulário socioeconômico (Anexo I)

disponibilizado pela assistente social e o entregam juntamente com os documentos comprobatórios exigidos. Em seguida participam da entrevista social realizada exclusivamente pela assistente social do *Campus*, com o objetivo de verificar suas condições socioeconômicas. Quando necessário a assistente social, também, realiza a visita domiciliar.

Depois de todas as etapas concluídas, a assistente social realiza a análise da documentação e seleciona os bolsistas conforme situação socioeconômica e a disponibilidade de vaga, podendo o aluno receber mais de um auxílio. Após a divulgação do resultado final o estudante selecionado terá acesso aos benefícios e participação obrigatória na primeira reunião do Programa. Segue-se a assinatura do termo de compromisso referente à sua bolsa e/ou auxílio. Os menores de dezoito anos devem comparecer acompanhados dos responsáveis. Os estudantes contemplados deverão apresentar conta bancária em seu nome.

A participação nas reuniões mensais e atividades propostas pelo Programa são condições para permanência do apoio. O acompanhamento social é realizado através de encaminhamentos internos ao setor pedagógico e externos às instituições da rede socioassistencial; atendimentos individuais ao estudante e seus familiares; reunião com os bolsistas e com seus familiares; e acompanhamento das freqüências dos bolsistas, que precisam comprovar freqüência superior a 75%. Caso o estudante obtenha freqüência inferior a esse percentual, sem justificativa legal, será desligado do Programa.

No momento, o IFBA/Jacobina oferece as seguintes modalidades de auxílios e bolsas: auxílio transporte, auxílio moradia, bolsa de estudo, bolsa PINA. Além das modalidades citadas, o IFBA/Jacobina, também, oferece auxílios complementares, que podem ser acumulados com uma das bolsas ou auxílios expostos acima. São eles:

- Aquisições (Almoxarifado Social): Disponibiliza material de desenho e itens do fardamento escolar;
- Auxílio Cópia e Impressão: Disponibiliza 70 cópias e 30 impressões mensais para os estudantes bolsistas com o objetivo de contribuir com os materiais didáticos para seus estudos;
- Alimentação: é disponibilizado para os estudantes que precisam permanecer em período integral no *Campus*. Valor: R$160,00 para os bolsistas da forma integrada e R$ 140,00 para os bolsistas da forma subseqüente e superior.

No próximo item apresentaremos os resultados das análises da pesquisa de campo, que vai buscar atender aos objetivos fixados na pesquisa, com isto pretendendo verificar a percepção

de uma amostra de alunos sobre a repercussão das ações de assistência estudantil na sua permanência no curso, nos seus cotidianos escolares e nas suas perspectivas futuras, em termos profissionais.

5.4 SENTIDOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES BOLSISTAS DO IFBA/JACOBINA

Para melhor apresentar os resultados da pesquisa de campo efetuada neste estudo, seguimos algumas categorias analíticas que colaboram para o alcance dos objetivos constantes na introdução deste trabalho: a) a vida escolar dos jovens entrevistados antes do ingresso no IFBA; b) A escolha da instituição e do curso; c) a percepção dos estudantes bolsistas acerca do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante; d) perspectivas futuras no campo profissional. A interpretação dos dados empíricos obedece, portanto, esse próximo plano de análise.

Quadro 3 – Plano de Análise das Categorias Analíticas.

Categorias Analíticas	**Subcategorias**
1ª) A vida escolar dos entrevistados antes do ingresso no IFBA.	• Condições de funcionamento das Escolas; • Relação dos dirigentes da escola de origem com o alunado; • Condições de aprendizagem a partir da atuação docente e dos métodos de ensino na escola de origem; • Conteúdos curriculares oferecidos nas escolas; • Dificuldades de aprendizagem e as possibilidades de sucesso nos estudos.
2ª) A escolha da instituição e o curso	----
3ª) A percepção dos estudantes bolsistas acerca do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante	• As primeiras impressões dos estudantes após o ingresso e sobre o conhecimento do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante; • A contribuição dos auxílios e bolsas para a permanência do aluno na instituição e para o aproveitamento no curso; • Integração e convivência dos entrevistados na vida escolar no IFBA.
4ª) Perspectivas futuras no campo profissional	----

Fonte: A autora (2018).

Antes de apresentar a análise dos dados coletados no campo, na intenção de alcançar os objetivos dessa pesquisa, consideramos importante apresentar a caracterização do público alvo da investigação, que corresponde ao seu universo, segundo dados socioeconômicos coletados pelo Serviço Social da instituição no momento de inscrição dos candidatos a bolsistas. Esta caracterização foi feita na intenção de dar maior visibilidade ao perfil dos estudantes bolsistas dos cursos selecionados nas modalidades de bolsas e auxílios para apoiar esses alunos na permanência dos estudos. Além disto, ressaltamos que os dados dessa caracterização foram importantes para o estabelecimento da amostra de estudantes para a realização da pesquisa de campo. O universo considerado foi o de estudantes bolsistas que recebiam auxílios moradia, auxílio transporte, bolsa de estudos e bolsa PINA e outros benefícios como auxílio alimentação, auxílio cópia e impressão e auxílio aquisições/Almoxarifado social (material escolar, fardamento e aquisições, que contribuam para melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas do estudante), que somavam, em 2017, 145 estudantes. Caracterizamos, a seguir, esse universo.

5.4.1. Os estudantes do ensino médio integrado, bolsistas dos cursos de técnico em mineração, eletromecânica e informática do IFBA/Jacobina em 2017

O quadro a seguir mostra a caracterização dos 145 bolsistas da forma integrada do ensino médio aprovados na seleção do PAAE/2017 e que freqüentam os cursos de técnico em mineração, eletromecânica e informática do IFBA/Jacobina, conforme informações prestadas no formulário que esses alunos preenchem no tempo da seleção para receberem o benefício.

Quadro 4 - Caracterização dos bolsistas pertencentes ao universo da pesquisa.

Sexo	Feminino	95
	Masculino	50
Idade	14 ou menos anos	07
	15 a 17 anos	99
	18 a 24 anos	39
	25 a 29 anos	---
Se exerce Atividade Remunerada	Sim	02
	Não	143
Natureza da Escola de Origem	Pública	129
	Privada	16
Local de Origem	Jacobina	61
	Outro Município	84
Programas sociais ou Serviços Socioassistenciais que recebem	Bolsa Família	59
	LOAS/BPC	03
	Acumula Bolsa Família + Outro Auxílio	02
	Nenhum	81
Modalidade Auxílio/Bolsa recebida	Transporte	70
	Moradia	07
	PINA	07
	Bolsa de Estudo	30
	Auxílio Alimentação* Auxílio Cópia e Impressão* Auxílio Aquisições/Almoxarifado Social* * Estes auxílios podem acumular com qualquer outro auxílio e bolsa	31

Fonte: Arquivo do Serviço Social do IFBA/Jacobina (2017).

Dos 145 bolsistas, 65,5% são do sexo feminino. Este dado, portanto mostra a grande proporção de estudantes do sexo feminino entre os bolsistas. A idade mais prevalente foi à faixa etária de 15 a 17 anos, existindo ainda sete bolsistas com 14 anos de idade e trinta e nove na faixa etária de 18 a 24 anos. Isto revela que os alunos, em sua maioria, se situam basicamente

numa faixa etária adequada à etapa de ensino que estão cursando, talvez sem interrupção dos estudos ao saírem do ensino fundamental.

Os alunos, em sua maioria, declararam não exercer atividade remunerada. Do total, apenas 02(dois) estudam e trabalham. Dados que são ratificados na pesquisa "Juventude na escola, sentidos e buscas: Por que freqüentam?" realizado pelo MEC (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015), que tem como objetivo conhecer quem são os jovens que freqüentam a escola. Ao tratar do perfil destes jovens a pesquisa constatou que estudar e trabalhar é a situação de 32,1% dos jovens, mas, por modalidade de ensino, os estudantes do ensino médio são os que menos estudam e trabalham ao mesmo tempo.

A grande maioria desses alunos cursou o ensino fundamental em escolas da rede pública, sinalizando que esse contingente provém das classes populares. Os dados coletados em campo na amostra considerada neste estudo confirmam isto, de acordo com o que veremos adiante. Este é um fato importante para apontar a necessidade da elaboração de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência desses jovens na educação básica pública, assim como a conclusão dos seus cursos. A política aqui estudada constitui uma alternativa para tornar esse acesso ao ensino médio mais igualitário**.**

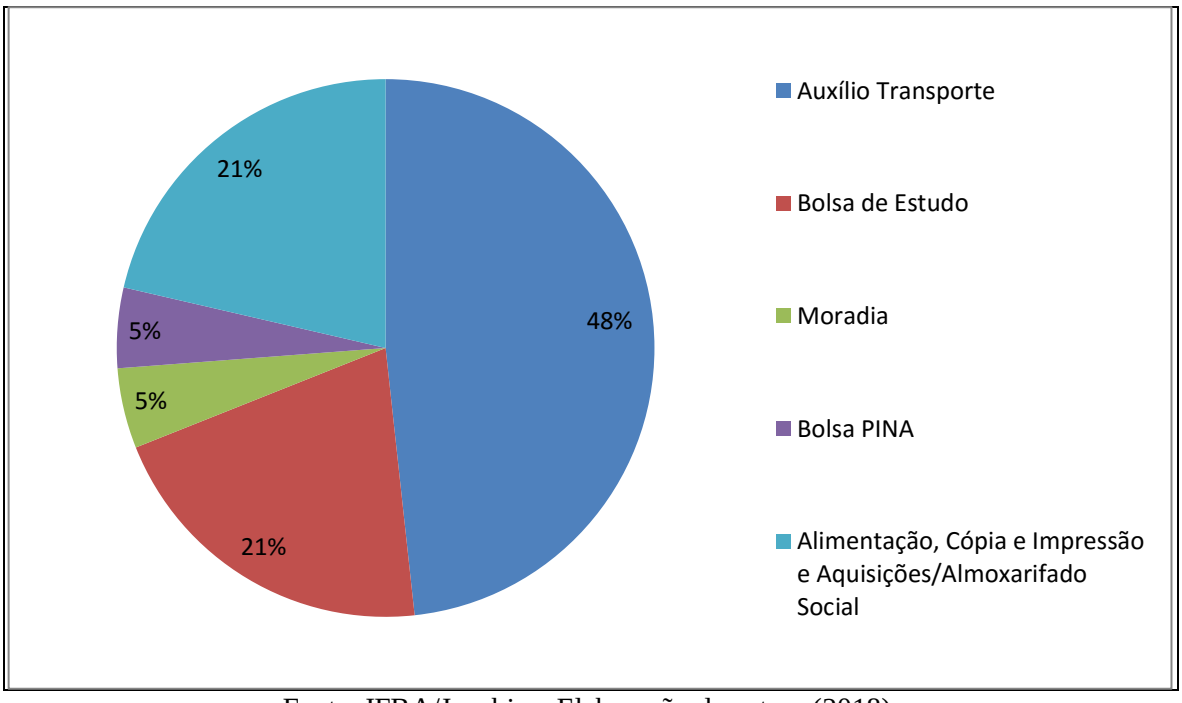
Mais da metade do universo estudado (57,9%) constituem de alunos provenientes de municípios circunvizinhas de Jacobina. Isso significa que todos os dias eles necessitam realizar o trajeto RESIDENCIA ----- IFBA ---- RESIDÊNCIA, sendo o custo com esse deslocamento bastante oneroso para suas famílias. Poucas prefeituras municipais disponibilizam transporte escolar para eles, ficando os estudantes muitas vezes a mercê do transporte escolar que atende aos alunos das redes municipais de ensino, com um agravante: nem sempre os calendários dessas redes coincidem com o calendário do IFBA. Esta situação torna mais difícil o acesso à instituição, diariamente. Desse modo, são imprescindíveis ações do governo para disponibilizar condições de modo a proporcionar a permanência desses alunos nas instituições de ensino. O Programa Nacional de Assistência Estudantil define o transporte como uma das áreas em que deverão ser desenvolvidas as ações de assistência, além da moradia estudantil, alimentação, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, conforme apresentado no capítulo terceiro deste estudo que trata sobre "O panorama da assistência estudantil no Brasil". Assim, a Política de Assistência Estudantil do IFBA, através do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante oferta o auxílio transporte disponibilizando auxílio financeiro para ajudar no custeio do deslocamento do estudante no trajeto residência-IFBA/ IFBA-residência.

No que concerne aos programas sociais e aos serviços socioassistenciais do governo, alguns alunos participam desses programas. O governo estabelece condicionalidades para a permanência dos benefícios na maioria dos programas e serviços destinados as famílias mais carentes. No Programa Bolsa Família, por exemplo, é exigido que as famílias matriculem as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, garantindo a freqüência mínima mensal de 85% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% dos adolescentes de 16 a 17 anos. Estas alternativas constituem mais um reforço para aumentar a permanência dos alunos nos estudos.

Em termos da distribuição dos auxílios e bolsas recebidos pelos 145 alunos desse universo, salientamos que 48%, foram contemplados com auxílio transporte, 21% com bolsa de estudo, 5%, com auxílio moradia, 5%, com bolsa PINA e 21% com os auxílios alimentação, cópia e impressão e aquisições/almoxarifado social. A maioria deles, portanto, recebe o auxílio transporte, fato que se explica devido ao grande número de alunos que residem em municípios circunvizinhos e necessitam de meios para se deslocarem até o Instituto, diariamente.

A seguir, a representação gráfica dessa informação.

Gráfico 2 – Quantidade de bolsistas dos cursos técnicos em Informática, Mineração e Eletromecânica do IFBA/*Campus* Jacobina, por modalidade, em 2017.



Fonte: IFBA/Jacobina. Elaboração da autora (2018).

Feita esta caracterização dos bolsistas pertencentes ao universo da pesquisa segundo variáveis que se ligam à temática em estudo, procederemos à apresentação dos perfis dos oito estudantes componentes da amostrada pesquisa de campo.

Quadro 5 – Perfis dos bolsistas selecionados para a amostra da pesquisa.

Sexo	Feminino	04
	Masculino	04
Idade	18 anos	08
	Mais de 18 anos	---
Curso	Mineração	04
	Informática	03
	Eletromecânica	01
Renda Per Capita da Família	Até R$ 468,50	08
	Acima de R$ 468,50	---
Auxílio/Bolsa	Transporte	03
	Moradia	01
	Bolsa de Estudo	02
	Bolsa PINA	02
Ano/Série	3º ano	04
	4º ano	04

Fonte: Arquivo do IFBA/Jacobina (2017).

Os dados revelam, no que diz respeito à renda *per capita* familiar, que os oito participantes da amostra pertencem a um cenário com o índice econômico de até R$ 468,50, equivalente a meio salário mínimo vigente em 2017, na época da coleta dos dados. Esse dado aponta para o reconhecimento do baixo nível socioeconômico das famílias desses alunos. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) a renda *per capita* do Brasil em 2016 foi de R$ 1.226 e a da Bahia foi de R$ 773,00. Este Estado apresenta uma renda por habitantes mais baixa do que o salário mínimo nacional, que na época da coleta era de R$ 937,00 mensal. Sendo a renda *per capita* familiar dos participantes do estudo ainda mais baixa que a do estado da Bahia em 2016.

Esta constatação nos remete ao que foi analisado no Capítulo 2 sobre a situação da pobreza no Nordeste, destacando a diversidade espacial e as disparidades regionais desse fenômeno no Brasil. Estudo da ONU mostra situações de pobreza variadas dentro do próprio

país. Conclui o estudo que no Nordeste, a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste, não chega a 18% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002).

Também neste mesmo capítulo 2, quando trata da questão das desigualdades socioeconômicas no Brasil, enfatizando esta situação no Nordeste, apresentamos os resultados de estudos de Silva (2009) em que assinala os indicadores socioeconômicos preocupantes com relação a essa problemática no Nordeste brasileiro. O estado da Bahia se insere nesta situação de pobreza, mesmo que estudos feitos por Souza e Osório (2012), entre 2004 e 2009, a extrema pobreza e a pobreza diminuíram significativamente no Brasil, e na Bahia seguiram a mesma trajetória. Investir em educação constitui uma política que deve ser fomentada levando em conta que ela pode contribuir para a superação dessa condição. No Capítulo 2 também salientamos que a educação apresenta-se como um elemento importantíssimo das políticas anti-pobreza, e a ela é atribuído um papel fundamental para o desenvolvimento econômico.

Metade dos participantes está cursando o 3º ano integrado e a outra metade cursando o 4º e último ano dos seus respectivos cursos. O que demonstra que esses alunos já freqüentam a instituição pelo menos durante três anos.

No item seguinte iniciaremos a análise dos dados coletados em campo, a partir da realização das entrevistas e grupo focal, cujo roteiro seguiu as categorias e subcategorias de análise estabelecidas na pesquisa, anteriormente apresentadas.

5.4.2. A vida escolar dos entrevistados antes do ingresso no IFBA

Aqui são abordadas e analisadas algumas informações sobre a trajetória escolar dos bolsistas antes de ingressarem no IFBA. Conhecer a vida escolar e os problemas ligados à escolaridade desses estudantes é de suma importância, pois as condições de funcionamento da escola, os processos vivenciados nela, as relações que se estabelecem entre os atores (gestores, professores, colegas, funcionários) podem reverberar no percurso da formação posteriormente quando eles passam a freqüentar outros níveis de ensino em outras instituições. Muitos estudantes de origem pobre vêm ultrapassando barreiras ao longo de suas trajetórias escolares por conta de esforços próprios e de suas famílias, e de apoio que vem sendo recebidos. Sendo assim, é relevante conhecer os antecedentes escolares desses sujeitos para se perceber as repercussões das ações de assistência estudantil em cursos posteriores.

Dos sujeitos do nosso estudo 07 (sete) são oriundos de escola da rede pública de ensino e apenas 01 (um) de escola particular, da rede cenecista – CNEC – que foi municipalizada no

último ano de frequência desse aluno. Passamos a conhecer alguns aspectos relacionados às condições das escolas freqüentadas pelos estudantes da amostra a partir dos seus depoimentos.

5.4.2.1 Condições de funcionamento das escolas

Os aspectos de infraestrutura, que envolvem: o prédio da escola, suas salas de aula, área de recreio, mobiliário, sanitários, segurança, merenda, material didático e biblioteca, são fatores de muita importância para o êxito do trabalho escolar e para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Observamos nos dados coletados que há uma grande diversidade na realidade do espaço escolar público que os alunos freqüentaram, diversidade esta que apresentamos nas falas dos estudantes.

Indagados sobre a situação da escola em que estudaram a maior parte do ensino fundamental (salas, dependências, equipamentos, mobiliário, conservação, segurança) os alunos entrevistados em geral se referiam a alguns desses pontos. Realçavam as condições precárias do prédio e suas dependências, que não apresentavam os cuidados necessários para a conservação, por parte dos funcionários. Ao mesmo tempo, informavam que os próprios alunos não ajudavam na conservação do prédio e que esta situação levava a que eles não tivessem "gosto" para estudar naquele ambiente.

> Mal conservado. Porque além de não ter uma manutenção diária, né? Além de não ter essa questão de zelo por parte dos funcionários do próprio colégio, os alunos também faziam por onde, destruíam o que já não era tão conservado. Então, acabava que ficava uma coisa bagunçada, uma coisa suja, algo que a gente não tinha prazer em utilizar [...] (Jacó).

Outro informante chamou a atenção para apenas o aspecto da segurança, identificando o ponto positivo apenas na entrada da escola. No entanto, no interior da mesma existiam muitos problemas de relacionamento, de indisciplina. É o caso de Thaís que revelou a má localização da escola, numa região perigosa.

> Ó, segura mesmo só na parte da entrada, porque tinha assim uma pessoa pra ficar, né? Um porteiro. Mas em relação ao espaço todo, não. Às vezes tinha roubo, porque a escola fica atrás de uma delegacia, então, era bem complicado [...] (Thaís).

No entanto, outros revelavam pontos positivos, a partir de reformas, sobre a situação da escola, como informa Bina quando relata que a escola antes estava em situação precária, mas

que sofreu uma reforma superando os problemas, dando mais condições e conforto para o desenvolvimento das atividades da escola.

> Eu achava bem conservado assim, por ser público, né? Era bem conservado. Eles mantinham a limpeza. Eu achava o espaço bom, legal... Assim, depois da reforma... Teve uma reforma, aí ficou melhor. Uma reforma no prédio, aí trocou todas as cadeiras, mobiliou tudo. Aí melhorou o ambiente, melhorou... deu mais conforto aos alunos (Bina).

Sobre os serviços da escola, os alunos primeiramente falaram sobre a merenda e os cardápios que eram oferecidos. As opiniões foram sempre favoráveis. Uma delas até avaliando de forma positiva a maneira de aquisição dos produtos, que valorizava a produção local através das compras dos gêneros nas pequenas cooperativas da agricultura familiar existentes no município. Isto revela que o sistema municipal de ensino desse estudante está cumprindo as orientações do Programa de Alimentação Escolar do Ministério da Educação.

A merenda e o cardápio foram exibidos da seguinte forma:

> Era sempre disponível, só que eu não achava a qualidade tão boa da merenda do próprio colégio, eu preferia até, às vezes, comprar... Era, era variado. Não era sempre a mesma coisa. Tinha uma certa variedade (João).

> Era tudo muito bem higiênico, tudo muito bem limpo, o espaço. A distribuição também era muito bem organizada. O cardápio era super variado, inclusive variava de acordo com a estação do ano. Se tivesse calor, eram servidas algumas merendas menos quentes. Se tivesse frio vinha merenda mais quente, às vezes vinha sopa, essas coisas. E era muito bem variado. Também era comprado ali nos produtos da cidade mesmo. Cooperativas, essas coisas [...] (Higor).

Sobre os serviços de materiais didáticos e biblioteca os alunos, também, se pronunciaram. Revelaram que os espaços reservados para os serviços das bibliotecas eram pequenos, alguns até em condições precárias e com pouco acervo.

> A biblioteca era bem pequena. Mas tinham alguns livros importantes como de Jorge Amado, Dom Casmurro, Carlos Drummond de Andrade [...] (Raquel).

> A biblioteca era bem pequena, tinha pouquíssima coisa, e o material didático eram os livros básicos acadêmicos que toda escola pública recebe (João).

Um dos estudantes fez uma comparação com as condições da biblioteca existente no IFBA, o que o fez comentar sobre a pouca disponibilidade desse recurso na sua escola de origem em oferecer material de leitura para o desenvolvimento do processo de ensino.

> Tinha até alguns livros, mas não livros... assim, que lhe davam um amplo conhecimento para você estudar, como aqui o IFBA oferece... Tinha uma biblioteca, um espaço de biblioteca... Assim, em comparação com o IFBA, hoje, lá era um lugar assim, precário pra isso, em questão de estudo. Mas tinha sim, tinha material, revistas, livros, que você tinha acesso a estudar (Fernando).

Ao serem perguntados sobre quais materiais didáticos eram utilizados na escola de origem os participantes revelaram que os livros didáticos distribuídos na escola eram o único instrumento pedagógico utilizados pelos professores, como visto nas falas de Thaís e Jacó, respectivamente: “Quanto ao material didático, a gente tinha um livro que era próprio da instituição... na verdade eram módulos”; “...só o livro didático”.

Para Higor e João o livro era o principal instrumento utilizado, porém existiam outros materiais que também contribuíam para o processo de ensino e aprendizagem.

> “Os professores trabalhavam muito com livros. Alguns levavam apostilas, assim...mas eles trabalhavam muito mesmo com livros. Tinha uma professora de História lá que ela propunha direto: “ó, gente, assistam tal filme porque é bom pra gente poder trabalhar esse assunto”.... “leiam tal livro que a gente vai precisar”... E tinha a professora de português também que ela sempre recomendava: “leiam tal livro que a gente vai precisar trabalhar com ele nessa unidade”. Mas era também exceção, a maioria pegava o livro didático e utilizava como recurso” (Higor).

> Os livros básicos acadêmicos que toda escola pública recebe...os professores passavam muitos filmes e slides, eles usavam muito dessa metodologia que era até boa e ajudava bastante a aprender (João).

Já quando perguntados se os materiais didáticos eram suficientes para atendê-los as respostas foram: “pouco material didático”; “poucos livros”.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), o mobiliário e o material didático devem ser adequados e suficientes para garantir a qualidade do ensino aos seus alunos propiciando oportunidades concretas para aprender. Nas falas dos alunos não se percebe que as bibliotecas e seus acervos, assim como o material didático, que deveriam estar disponíveis para eles, estavam auxiliando de maneira significativa o desenvolvimento de ensino. Salvo a fala de João que informava o uso de slides e filmes por uma professora, quase todos não faziam referência à utilização diversificada de material didático e novas tecnologias de ensino. O que nos faz depreender que não há estímulo para o uso desses recursos nessas escolas. Um estudante, inclusive, nos informou que no início do seu ingresso na escola de ensino fundamental não existia biblioteca.

> ...logo no finalzinho, foi que montaram a biblioteca mesmo. Mas nem tinha espaço legal assim, no decorrer dos anos que eu estudei lá. E tinha poucas coisas, mas foi melhorando quando eu fui saindo do ensino fundamental (Bina).

Ainda segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 421) "uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógicas-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens". Para estes estudiosos, escolas bem organizadas e bem administradas melhoram a qualidade da aprendizagem escolar dos alunos.

Silva *et al.* (2014) também corroboram com o mesmo pensamento. Para eles a infraestrutura educacional é um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação como um todo. Quando a escola não oferece um ambiente com uma estrutura sólida adequada, os estudantes acabam perdendo possibilidades de desenvolver suas capacidades cognitivas.

Como foi demonstrado nas falas dos alunos entrevistados sobre algumas das condições de infraestrutura das escolas que freqüentaram antes de entrarem no IFBA, tais escolas apresentavam determinadas carências que pudessem auxiliar o processo de ensino, mesmo que tenham sido denotados alguns pontos positivos. Sabemos da existência de programas mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, como: O Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional Biblioteca da Escola, Programa Nacional do Livro Didático, Programas de Transporte Escolar, entre outros, que buscam minorar estas lacunas nos sistemas públicos de ensino e que estão em desenvolvimento no Brasil atual, mas que, por certo, não estendem a todas as escolas públicas, ou atingem a elas em grau de intensidade variado.

Saber das fragilidades das escolas que nossos alunos entrevistados freqüentaram antes do ingresso no Instituto nos faz refletir sobre o papel que as ações de assistência estudantil do Instituto têm para oferecer no sentido de dar o apoio necessário para que eles permaneçam nos cursos e desenvolvam nessa nova situação acadêmica.

5.4.2.2 Relação dos dirigentes da escola de origem com o alunado

A interação entre os diretores, vice-diretores, coordenadores e alunos é de grande importância dentro do espaço escolar para a formação dos alunos. Esses profissionais devem estar atentos aos anseios, as dificuldades, os interesses e as expectativas desses alunos.

Os diretores, vice-diretores e coordenadores não devem apenas apoiar-se às questões administrativas e pedagógicas, mas também verificar as características socioeconômicas e culturais dos alunos. É de grande importância analisar os problemas em seus múltiplos aspectos, tendo um conhecimento amplo do que acontece na escola e em sala de aula e até fora da escola. Mas na realidade, a partir dos depoimentos dos alunos entrevistados, nos deparamos com situações opostas a esta. A seguir podemos verificar o que falam os alunos sobre a atuação desses profissionais nas suas escolas de origem:

> Uma atuação bem limitada porque no momento em que eu entrei no colégio em que eu estudava, as diretoras elas meio que se preocupavam apenas em monitorar as atividades que eram exercidas na escola, mas não se preocupavam com a questão do bem estar social, com a questão das necessidades do aluno. Tanto é que muitas vezes, eu lembro que tinham colegas meus que passavam por certas necessidades dentro de casa, mas que a escola não se preocupava em tentar solucionar esses problemas. E muitas das vezes alguns desistiam, outros até continuavam, mas a produtividade era bem limitada. Porque tinha toda essa questão e que não era levada em conta pela direção do colégio, porque a preocupação maior da direção era só em monitorar as atividades ...verificar se estava tudo ok, mas quanto a questão social dos alunos, isso nunca foi levado em consideração, não (Jacó).

> Assim, meio fraca. A gente não via grande participação dos diretores, a maioria das coisas era resolvida pelos próprios professores (João).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), teorizam sobre esta questão, ao dizerem que:

> Constituem, pois, desafios à competência de diretores, coordenadores pedagógicos e professores: saber gerir e, frequentemente, conciliar interesses pessoais e coletivos, peculiaridades culturais e exigências universais da convivência humana; preocupar-se com as relações humanas e com os objetivos pedagógicos e sociais a atingir; estabelecer formas participativas e a eficiência nos procedimentos administrativos (2012, p.444).

5.4.2.3 Condições de aprendizagem a partir da atuação docente e dos métodos de ensino na escola de origem

Os professores são os principais agentes do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação que os alunos fazem dos seus docentes é primordial para se verificar em que sentido o ensino está sendo desenvolvido e as possibilidades de bons resultados. É fundamental que o professor apresente domínio de conteúdo e bom desempenho nas práticas pedagógicas. Sobre esta questão algumas informações coletadas nas entrevistas dão conta das dificuldades que os alunos enfrentaram.

> Aí eu já me queixo muito porque tinha certos professores que não são da área de ensino que davam matérias de outro ramo, e nós, alunos, saímos muito prejudicados porque eles não davam o conteúdo daquele ano letivo. Eles sempre repetiam os mesmos assuntos. E eu fui mesmo aprender um pouco mais, principalmente Português e Matemática, já no último ano do Ensino Fundamental. Que eram professores especializados mesmo na matéria (Raquel).

Percebemos nas falas de Raquel e de João, a seguir, que os sistemas de ensino têm alocado professores nas disciplinas sem a devida formação o que ocasiona sérias conseqüências em termos da aprendizagem de determinados conteúdos.

> Eu gostava da maioria dos professores. Alguns tinham alguns problemas porque em colégio público, geralmente, professores dão aulas de matérias nas quais eles não são formados. Então, às vezes, faltava um pouco do domínio do conteúdo do professor pra passar pra gente, porque ele era, por exemplo, formado em História e estava dando aula de Química (João).

No entanto, em outro depoimento, é ressaltado o esforço dos professores em desenvolver atividades para a superação das dificuldades, inclusive buscando recursos metodológicos, como o de Jacó, a seguir:

> Bom, os professores eles se esforçam, né? Porque a gente sabe que a questão da escola pública ela é bastante precária no nosso país. Ultimamente tem melhorado bastante, mas na minha época em que eu cursei o ensino fundamental, era bastante complicado você ser professor da rede pública. Você não tinha tanto recurso, então você tinha que se virar com o que você tinha ali em suas mãos. Então os professores se esforçavam bastante. A metodologia de ensino, eles tentavam simplificar ao máximo porque é difícil você ensinar algo quando você não tem recurso pra ensinar como você quer como você acha que vai ser mais fácil para o aluno assimilar o conteúdo. Então, assim os professores eles faziam por onde tá ajudando, óbvio que não todos, mas a maioria sempre fazia o possível pra gente estar ali aprendendo, estudando, se esforçando e conseguindo um bom rendimento.

Foi ressaltado também que as aulas eram resumidas na leitura de capítulos de livros, como relatado por Higor:

> [Os professores] só chegavam lá, davam a aula deles e saíam. Alguns professores, eles até que tinham uma preocupação maior. Mas eram alguns... A maioria mesmo chegava lá, pegava o livro, lia o capítulo do livro no qual ele estava passando o assunto e pronto. A aula era aquilo ali, basicamente (Higor).

Já Fernando faz uma comparação entre os professores do seu ensino fundamental cursado na sua escola de origem e o ensino médio em andamento no IFBA e relata o método tradicional que ainda é utilizado por docentes nos espaços das salas de aula.

> Assim, os professores eles eram bons professores, só que não tão capacitados em comparação com os daqui, com os que eu tenho hoje, não são tão capacitados quanto eles. E os métodos de ensino era aquele método de ensino básico, que todo professor acho que segue um regulamento de ensino, um padrão (Fernando).

Sobre o quesito que fala das condições de aprendizagem a partir da atuação dos professores, as opiniões dos entrevistados divergem, alguns elogiam a atuação docente enquanto que outros ressaltam o pouco interesse de professores em desenvolver um trabalho mais elaborado. Entretanto todos retratam a fragilidade do processo de ensino que eles vivenciavam.

5.4.2.4 Conteúdos curriculares oferecidos nas escolas

Pelas entrevistas feitas, as disciplinas que mais os alunos gostavam no ensino fundamental e obtinham boas notas são da área de Humanas, com destaque para História. E aquelas que menos os alunos gostavam são relacionadas à área de Exatas, como Matemática, conforme a fala a seguir:

> Eu gosto das disciplinas de Humanas, no geral. Sociologia, Filosofia, História, tudo o que envolva esse lado de pensamento, é a parte que eu mais gosto de estudar, é o que eu sempre me dei bem ...Eu geralmente sempre tive muita dificuldade com coisas relacionadas a cálculo ... Matemática (João).

> As disciplinas que eu mais me identifiquei eram as da área de Humanas. História, Geografia, naquela época tinha Religião. Então, eram matérias que a gente se identificava... Matemática era uma que eu tinha bastante dificuldade (Jacó).

> Eu sempre fui mais próximo das disciplinas de Humanas, como História, Português...E Exatas, pra mim, já era outra coisa, já queria distância. Ah, minha relação com os professores de Humanas era mais próxima. Eu conversava bastante com eles. Era melhor, assim (Higor).

> As que eu sempre gostei, Educação Física, Geografia, História. Assim, as que eu tinha mais dificuldade, que até hoje tenho alguns problemas ainda, são as matérias de Exatas: Matemática, Física, essas matérias que nunca me dei bem durante meu Ensino Fundamental (Fernando).

Bina e Thaís ressaltaram gostar mais da disciplina de Matemática e menos da disciplina de Português durante o Ensino Fundamental “Eu gostava de Matemática e não gostava muito de Português” (Bina):

> Eu sempre gostei de disciplinas Exatas, na verdade. Matemática, porque fundamental tinha mais Matemática, não tinha Física e Química, ainda. Mas sempre gostei também de Ciências, essa parte de Física e Química, mas a área biologia não faz muito o meu perfil. Português eu não gostava, não. E Geografia também gostava bastante (Thaís).

Ariane gostava tanto de Matemática quanto de Português “Eu gostei de Matemática e de Português”.

Já Raquel relatou não ter preferências por disciplinas:

> Eu sou uma pessoa que gosto de sempre tá explorando coisas novas, então as matérias que eram dadas, eu não tenho “a que eu mais gosto” e a “que eu menos gosto”.. é igual pra mim.

As opiniões foram diversificadas, mas houve um pequeno predomínio das disciplinas relacionadas à área de Humanas, apontadas como as que os estudantes mais gostavam.

5.4.2.5 Dificuldades de aprendizagem e as possibilidades de sucesso nos estudos

Apesar das várias situações apresentadas referentes ao ensino, os sujeitos do estudo não demonstraram ter passado por dificuldades de aprendizagem durante o ensino fundamental. Raquel assim se posicionou: “.., tudo o que os professores ensinavam, eu pegava muito rápido”. Por seu turno, Elaine também informou: “Não, não tinha dificuldade nenhuma.

Os depoimentos de Thaís e Higor sinalizam a pouca exigência dos professores nas avaliações, uma vez que, segundo eles, para ter êxito nos exames não necessitava que o aluno estudasse. Bastava prestar atenção às aulas. Mais adiante vamos verificar como esses sujeitos avaliam essa questão depois que ingressaram no Instituto e como as ações de assistência estudantil ajudaram nesse sentido.

> Ó, eu nunca tive essa dificuldade para aprender não, viu? Porque tipo, bastava prestar atenção na aula... se eu não prestasse atenção na aula, também eu não sabia nada pra fazer a prova. Então tinha sempre que estar presente na aula pra poder ter um desempenho melhor. Mas na questão de ter uma dificuldade de aprendizagem, não (Thaís).

> Era muito fácil ...não era algo complicado. Chegava, assistia ali a aula do professor ... Fazia as atividades que me cabiam, e chegava no dia da prova e fazia, tranqüilo, praticamente nem estudava (Higor).

Possivelmente o fato que muitos professores se responsabilizavam por disciplinas sobre as quais não tinham a formação adequada, principalmente em relação aos conteúdos, pode sugerir que eles não se colocavam muito exigentes nas avaliações. Os entrevistados informaram sobre a facilidade com que aprendiam o conteúdo em sala de aula sem a necessidade de estudar se preparando para os exames.

Embora esta discussão nos leve a considerar que a qualidade do ensino fundamental das escolas públicas deixa a desejar, podemos argumentar que, mesmo que esses alunos bolsistas entrevistados tenham frequentado essas escolas que não apresentaram muitas exigências no processo de aprendizagem, eles conseguiram êxito na seleção do IFBA, que normalmente possui um alto índice de reprovação**.** É o que percebemos nos sujeitos do presente estudo. São alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que freqüentaram a escola pública e que, possivelmente terão nível de escolaridade e formação profissional que superam os dos seus genitores. Para uma reflexão, consideramos interessante apurar o nível de escolaridade dos pais desses alunos constantes na amostra do estudo.

Quadro 6 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos da amostra.

Nome	**Escolarização dos Pais**	
	Pai	**Mãe**
Fernando	Fundamental Completo	Fundamental Completo
João	Fundamental Incompleto	Fundamental Incompleto
Bina	Fundamental Incompleto	Médio Completo
Higor	Médio Incompleto	Superior
Thaís	Fundamental Incompleto	Médio Completo
Jacó	Fundamental Incompleto	Fundamental Incompleto
Ariane	Médio Completo	Médio Completo
Raquel	Fundamental Incompleto	Fundamental Incompleto

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Para Coutinho, Ribeiro e Barreto (2012, p. 95), para um bom desempenho do aluno, não cabe apenas a orientação dos professores. Compete aos pais contribuir de forma presente na educação dos filhos, a fim de acompanhar o jovem em seu processo de aprendizado, com o intuito de mantê-lo na escola, com bons resultados.

As possibilidades de sucesso que esses alunos podem experimentar se refere ao avanço que podem conquistar em relação ao grupo familiar. Ao serem perguntados se algum membro da sua família nuclear estaria cursando ou tinha cursado algum curso técnico ou superior, apenas dois dos sujeitos responderam que sim. Higor respondeu que sua genitora é pedagoga e Bina respondeu que tem uma irmã também pedagoga e um irmão advogado. Isso mostra que os demais salientam como a primeira geração a cursar um ensino profissional numa instituição federal, segundo alguns deles, com a possibilidade de, num futuro próximo, adentrar na Universidade.

Estes alunos também informaram que não fizeram cursinho preparatório para serem aprovados no processo seletivo do IFBA. Neste sentido Higor relatou: "Minhas aulas na 8ª série, elas acabaram uma semana antes da prova. Peguei essa semana e estudei os assuntos tudinho nessa semana..."; Raquel também ressaltou: "Não. Mas eu tive a diretora, quer dizer, a vice-diretora na época. Ela arranjou algumas aulas e a gente conseguiu pegar alguns assuntos, mas foi duas ou três matérias que foram apresentadas nessas aulas". Jacó, que fez seu ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, destaca a sua "proeza" ao conseguir ser aprovado na seleção do IFBA, mesmo com as desvantagens, segundo ele, de estudar a noite e com as características pedagógicas dessa modalidade, dando o seguinte depoimento:

> Antes de entrar no IFBA, eu estudava à noite, no caso eu fazia o EJA, né? Que é Educação de Jovens e Adultos. E eu estudava à noite e trabalhava durante o dia. Então o que é que acontece? Por eu estudar à noite, e a gente sabe que o ensino à noite é totalmente diferenciado do ensino pela manhã ou pela tarde. O pessoal que estuda à noite já é um pessoal adulto, um pessoal com idade avançada, então é como se tratasse com um desprezo porque acha que por aquela pessoa trabalhar o dia todo, pelo fato daquela pessoa não ter tanto tempo para estudar. [acredita-se que] aquela pessoa precisa ver as coisas mais simplificadas, precisam ver as coisas de uma forma mais resumida e nessa busca por resumir acaba não tendo o que passar pro aluno. Então o assunto acaba sendo limitado. Então assim, eu sempre fui muito incomodado com a situação do ensino que eu tinha... Então despertou em mim o desejo de buscar algo diferente. Tanto é que quando o processo seletivo do IFBA foi aberto, eu fui o único aluno [que estudava] à noite que fez a prova. E inclusive, os professores acreditavam que não tinha possibilidade de eu passar, justamente porque o ensino à noite era péssimo. Tinham matérias que a gente não via à noite. Tinham matérias que eram cortadas. Então isso poderia acabar sendo um desfalque para mim, né? Tanto para fazer a prova tanto para entrar aqui no IFBA (Jacó).

Dos (8) oito sujeitos, apenas Bina foi aprovada na seleção do Instituto na segunda tentativa, os demais foram aprovados na primeira seleção.

> Não. Eu só fiz uma prova, a primeira vez, aí eu não passei. Aí eu fiz [o primeiro ano do] Ensino Médio [em outra escola], aí fiz novamente a prova [do IFBA, no ano seguinte], aí consegui ingressar.

A insistência de Bina ao voltar a se submeter à seleção, a fez alcançar seu objetivo de ingressar no IFBA.

5.4.3 A escolha da instituição e o curso

Depois de analisar a situação escolar no ensino fundamental dos estudantes da amostra antes da entrada no IFBA, passamos a nos concentrar na fase de ingresso e freqüência no curso escolhido, buscando verificar o sentido que eles dão ao apoio recebido para a permanência e conclusão do ensino médio integrado, principalmente no que se refere ao serviço de assistência estudantil. Nesta categoria vamos compreender as razões que os sujeitos consideraram ao escolher a Instituição e o curso do IFBA.

Como discutido no início deste capítulo 5 desta dissertação, o IFBA integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT), vinculada ao Ministério da Educação, tendo como missão "Promover a formação do cidadão histórico crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país", defendendo uma educação pública, laica, gratuita, inclusiva e com qualidade socialmente referenciada (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013, p. 20).

O Instituto reafirma no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) a escola pública de qualidade como princípio da proposta para a educação profissional brasileira.

> A garantia de padrão de qualidade para a educação tecnológica redunda na democratização da gestão, na valorização da função docente, na adequação das instalações e nos laboratórios bem equipados. Isto significa um novo padrão de gestão, que tenha como eixo uma educação pública de qualidade, socialmente discutida [...] (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, 2013, p.43).

A coerência entre os objetivos do IFBA com o reconhecimento e o prestígio que ele goza no seio da comunidade em que faz parte, foi observada nas falas dos participantes da pesquisa, ao serem indagados sobre as razões que os levaram a escolher o IFBA para estudar. Os alunos apontaram como motivo mais relevante na tomada dessa decisão a qualidade do ensino, o fato de ser público e gratuito, a oportunidade de trabalho futuro e a maior facilidade

de ser aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ingressar em uma Universidade ou Faculdade.

> Porque é uma Instituição muito à frente da realidade que eu tinha, entendeu? Quer dizer, eu tive uma escola de Ensino Fundamental boa, mas em relação ao que a gente tem aqui, é muito à frente...E sair do nosso município pra estudar, e tal, tá bem à frente das outras pessoas também, porque a gente tem o curso técnico, então a gente estuda outras áreas do conhecimento. E quem sai do Ensino Médio de outra escola, não sai com a preparação que a gente tem quando a gente sai daqui com um ensino médio e um curso técnico (Thaís).

Raquel mostra que os colegas e professores a influenciaram na escolha. Mas ela buscava um ensino de qualidade, levando em conta que antes ela estudava em uma escola pública estadual.

> Eu queria...além deter fatores por influência dos colegas e professores, eu queria um ensino melhor do que é apresentado, de forma geral, pelo Estado (Raquel).

Ariane também ressalta a questão da qualidade. No entanto, cita que a escolha se deu pelo desejo de continuar na rede pública e desta vez, numa instituição federal, referindo-se ao prestígio que goza o IFBA. Ela escolheu cursar no Instituto "pela qualidade do ensino, por ser federal e por ser público também" (Ariane). Jacó salienta que escolheu estudar o IFBA pela oportunidade de trabalho futuro, por ser gratuito e pela qualidade do ensino.

> Pelas possibilidades de atuação na sociedade que o IFBA possibilita. A questão de empregabilidade, né? Porque hoje você ter um certificado de um curso técnico conta muito, né? ... é a única instituição que ofertava os cursos técnicos e que não cobrava pra você poder fazer. Porque a gente sabe que tem instituições aqui na cidade que oferecem cursos técnicos, mas você precisa pagar...Então o IFBA possibilita isso, uma forma de você ter um ensino diferenciado...um ensino bom [...] (Jacó).

Fernando ressalta também o prestígio, mas acrescenta a possibilidade de reunir condições para o prosseguimento nos estudos, sendo uma instituição de ensino qualificado.

> ...reconhecimento, o prestígio, né? Porque muitas pessoas que saem daqui são pessoas que tipo...tem uma certa facilidade de passar no ENEM...Passar em uma faculdade...e o IFBA é um lugar que oferece um ensino mais qualificado que os outros colégios (Fernando).

O mesmo se percebe ao serem questionados sobre as escolhas dos cursos nos quais estão matriculados. A maioria respondeu que o motivo da escolha se deveu à identificação com os seus respectivos conteúdos e com a área, e a oportunidade futura no mercado de trabalho. O aluno Jacó, do curso Técnico em Mineração, por exemplo, disse que optou pelo curso já que a cidade que reside tem uma empresa de mineração e é considerada uma grande fonte de emprego na região. Abaixo sua fala

> Amplo espaço que a gente tem para atuação aqui na região. Porque eu nunca pensei em ir embora da cidade. Eu nunca pensei em ir para longe, então como eu sempre quis ficar aqui, então era o único que eu poderia tá tirando algum proveito da cidade onde eu moro (Jacó).

Fernando justifica sua escolha pelo curso de Eletromecânica e João, sua preferência pela Informática:

> É uma área que eu sempre me identifiquei, eu sempre gostava de desmontar as coisas, montar. É uma área que pra mim, entre os cursos que o colégio oferece, foi o que eu mais consegui me identificar [...] (Fernando).

> Eu sempre gostei de informática e sempre tive facilidade com a matéria...informática também me proporcionaria uma facilidade de arranjar emprego como técnico, porque técnicos de Informática são requisitados tanto no país, quanto fora dele, aí eu sempre me apaixonei pela matéria e escolhi (João).

Apenas Thaís, estudante do 4º ano do curso de Mineração, informou que os aspectos que a levaram escolher o curso foram: a menor concorrência e a remuneração que o profissional da área pode chegar a receber, almejando a possibilidade de conseguir boa condição financeira após a sua formação.

As falas mostram a busca desses jovens por melhor qualificação profissional diante do mercado de trabalho atual, diante da grande importância para conquistar o sucesso profissional.

Apesar de os participantes afirmarem que optaram pelo curso por afinidade e devido à oportunidade de emprego, 04 (quatros) dos 08 (oito) sujeitos, ou seja, a metade, disseram que já haviam pensado em desistir do curso, o que causou surpresa à pesquisadora ao coletar os dados. No entanto, eles arrolaram quais os motivos. Grande parte deles apontou como impulsionador destas possíveis desistências, a carga horária elevada e o volume de atividades; também citaram os atrasos no calendário acadêmico, devido às greves; e a impressão de que era tudo muito difícil e que não iriam conseguir assimilar o conteúdo, "passar de ano", ou seja, aprovação. Percebe-se aí a diferença que esses alunos sentem ao analisar o processo de ensino

quando cursavam o ensino fundamental e aquele com o qual ficaram submetidos ao adentrarem no IFBA.

Podemos observar que o fator financeiro não foi citado pelos alunos bolsistas como dificultador das suas permanências na Instituição e nos cursos, pois mesmo sendo mínimo o valor concedido, tem sido importante para apoiar a permanência nos estudos. Fato que nos leva a considerar que o PAAE tem se tornado efetivo para eles, pois, apesar de estes alunos pertencerem às famílias com baixo poder aquisitivo e passar por dificuldades financeiras no seu dia-a-dia, os motivos de possíveis desistências do curso não se relacionavam com essa questão financeira.

A título de informação pode-se acrescentar que a instituição desenvolve sua política de apoio a esses estudantes que vai além do repasse de recursos para sua permanência nos cursos. A Política de Assistência Estudantil contempla o acompanhamento dos estudantes inseridos no Programa, através de uma equipe multidisciplinar. E esse acompanhamento contempla o desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do aluno, a freqüência e o acompanhamento pedagógico, sendo este acompanhamento responsável por analisar as questões institucionais que interferem na aprendizagem dos estudantes, como as citadas por eles: carga horária elevada e o volume de atividades, entre outros. Também avalia e discute os índices de repetência e evasão. A equipe multidisciplinar do IFBA *Campus* Jacobina, formada por assistente social, pedagogas, enfermeira, técnico em assuntos educacionais e interprete de LIBRAS tem dado o suporte necessário neste sentido, pois oferece um apoio a esses alunos em situação de quase evasão.

5.4.4 A percepção dos estudantes bolsistas acerca do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante

Nesta categoria serão analisadas de início, as formas através das quais os estudantes entrevistados tomaram conhecimento do programa. Em seguida, analisaremos as informações sobre as contribuições que os estudantes atribuem ao programa para a sua permanência, aproveitamento e conclusão nos cursos que freqüentam. Para finalizar esta análise faremos uma abordagem a integração e convivência desses alunos na vida escolar da instituição.

5.4.4.1 As primeiras impressões dos estudantes após o ingresso e sobre o conhecimento do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante

Em relação ao Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA os discentes que participaram desta pesquisa foram questionados se ao escolherem o Instituto para cursar o ensino médio eles já conheciam o PAAE. Seis (06) participantes informaram que desconheciam o programa, que nunca ouviram falar, conforme a fala de Thaís: "Nem sabia que tinha... quando eu cheguei aqui que eu soube..."; 01 (um) entrevistado informou que teve conhecimento do PAAE, antes de ingressar na escola, através de amigos que já estudavam na instituição e que o conhecimento da existência do programa o influenciou na escolha do colégio. "Eu já sabia e inclusive foi um dos motivos que me atraiu ao IFBA" (Jacó).

O participante João acrescentou que já tinha ouvido falar do programa, mas desconhecia o seu funcionamento: "Eu já sabia, já tinha ouvido falar, mas não sabia como funcionava, quem podia receber, quanto que era, essas coisas...". Também informou que sua escolha por esta escola não foi influenciada pela possibilidade de ter acesso a uma bolsa "Escolhi puramente por motivos acadêmicos".

Aos que responderam que não conheciam o programa antes do ingresso na instituição, foi questionado como tomaram conhecimento da existência das bolsas e auxílios do PAAE existente no *Campus* após o ingresso na escola. A maioria respondeu que foi quando da publicação do edital, conforme ressaltado nas falas de João e Fernando: "... quando as inscrições foram abertas. Aí eu fui ler o edital e tal, conversei com um amigo meu, ele me explicou como funcionava e eu me escrevi". (João); "Acho que foi por um edital, alguma coisa que colocaram no mural, não me lembro bem, no 1º ano. Que aí fiquei sabendo que poderia ter auxílios aqui pra ajudar no desenvolvimento do aluno, no dia- a- dia" (Fernando).

Assim, em geral os alunos tiveram o conhecimento do Programa através de amigos que já estudavam no Instituto e através de esclarecimentos prestados na recepção do *Campus* quando abertas as inscrições, na entrega dos formulários. "Eu acho que foi os pais do meu amigo, que estuda também aqui, que informou a minha mãe" (Bina); "Através de alunos que já estudavam aqui" (Jacó); "Na verdade, eu fui morar com uma menina e ela já estudava aqui, aí ela falou "ó, tem bolsa e tal". Aí a gente foi procurar se inscrever." "É...acho que foi socializando... no protocolo, quando eu fui apresentada ao PAAE. Eles me deram os formulários, aí eu perguntei para quê era aquilo mesmo e eles explicaram" (Raquel).

Isso mostra que para os alunos as ações do programa consistiram em novas oportunidades para sua permanência no curso, mesmo sem ter a informação precisa antes de ingressarem na instituição.

5.4.4.2 A contribuição dos auxílios e bolsas para a permanência do aluno na instituição e para o aproveitamento no curso

Originários de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, esses estudantes, mesmo pertencentes à escola pública, precisam financiar seus estudos. Com a aprovação no processo seletivo, surgem algumas preocupações para estes alunos, eles têm consciência das dificuldades que irão ultrapassar para se manter na escola. Essas preocupações decorrem, principalmente, da questão financeira. A maioria é proveniente da zona rural ou de cidades circunvizinhas, fato que torna seus custos mais dispendiosos. Muitos dos alunos que freqüentam a instituição compartilham a moradia com colegas ou parentes, pagam aluguel, dependem de transporte para realizar o deslocamento: CASA ---- IFBA ----CASA e têm custos com alimentação.

As despesas com transporte e alimentação foram apontadas por grande parte deles como os principais entraves à sua permanência na escola:

> ...Com o valor [da bolsa] mesmo, eu pago o transporte pra vir todos os dias, que é mensal o valor que a gente paga. E, com o que sobra, eu acabo ajudando também na alimentação aqui (Higor).

> Ajuda bastante, né? porque você, tipo...você se organiza ali e tudo o que vier ocorrer...por exemplo, eu chego aqui e tenho que ir pra casa de tarde, entendeu? Tem que pagar um transporte, tem que pagar outras coisas, você tem que tirar uma xerox...Agora a gente não tem mais isso [as dificuldades], porque a gente tem auxílio cópia e impressão...então a gente imprime tudo aqui. Em relação a isso, ajuda (Thaís).

Conforme analisamos no Capítulo 2 desta dissertação, quando se discutiu a situação da juventude brasileira, esta faixa etária enfrenta inúmeros problemas, sobretudo nas regiões mais pobres do país, dentre eles: a dificuldade de acesso à educação de qualidade, em especial os jovens dos bairros mais pobres das grandes cidades e das áreas rurais. O jovem dos dias atuais quer ser incluído no mercado de trabalho, quer mais oportunidades, mais estudos. Ele busca novas formas de organização, busca mais participação e apresenta alguns anseios para o conjunto da sociedade.

Fernando ressalta que o auxílio que recebe impacta de maneira positiva em sua realidade e é considerado de grande importância para mantê-lo na instituição, pois seria dispendioso o custo diário com o transporte, caso não fosse bolsista.

> Ah sim, no meu caso, [me ajudou] até de uma forma boa e direta. Porque meu deslocamento de Serrolândia para aqui tem um custo e esse custo, graças a esse programa, ajuda bastante na nossa aprendizagem. Porque seria algo até... assim, que poderia pesar em condições financeiras pra gente, que vem dando um auxílio bem importante (Fernando).

O entrevistado João morador de um povoado pertencente à área rural do município vizinho de Jacobina, Miguel Calmon, fala da importância da bolsa de estudo para a sua permanência na Instituição. Para ele, as dificuldades financeiras, poderiam interromper a sua trajetória escolar no ensino médio.

> Muitas pessoas que vêm pra cá têm famílias humildes e tal. Outros moram muito longe da cidade ... Então o apoio acaba fazendo com que muitos alunos permaneçam aqui, porque sem isso, vários desistiriam, porque não teriam condições de [se] manter (João).

Em análise já feita neste trabalho, já assinalamos a situação educacional do jovem brasileiro, especialmente do Nordeste e do estado da Bahia, como preocupante. Muito é necessário ser feito para transformar as escolas brasileiras em efetivos espaços de ensino e aprendizagem para os alunos e que levem a superar as carências experimentadas por eles. Esta pesquisa tem como sujeitos principalmente jovens de situação socioeconômica frágil, que habitam regiões muito pobres, muitos deles provindos das áreas rurais, originários de famílias de baixa renda.

Para Jacó suas necessidades também são atendidas pelo programa. Na sua fala, também faz referência ao impacto dos recursos recebidos para a sua aprendizagem e o seu estado emocional, dadas as dificuldades financeiras da sua família. Caso não fosse contemplado com a bolsa PINA, não teria condições de estudar no IFBA, fazendo uma comparação com o seu ensino fundamental. Quando perguntado sobre a contribuição do programa, ele respondeu:

> No meu caso, particularmente, ajuda totalmente. Completamente! Plenamente! É algo que sinceramente eu não viveria sem, aqui dentro do IFBA. Porque se caso eu não fosse contemplado, eu teria que enfrentar as mesmas dificuldades da escola do Ensino Fundamental e isso afetaria, também a minha produtividade como já chegou a afetar, na outra escola. Porque mexe com o nosso psicológico. E de certa forma, o nosso psicológico afetado vai dificultar a nossa forma de produzir, a nossa forma de aprender certa coisa (Jacó).

Além das dificuldades enfrentadas por estes alunos em suas rotinas escolares, alguns deles vivenciam carências de recursos em seu cotidiano familiar. Nos relatos é priorizado o uso

do recurso da assistência estudantil para custear as despesas escolas, mas alguns bolsistas utilizam o recurso financeiro para ajudar no suprimento das despesas de casa, como ressalta Raquel e Bina, quando questionadas se as suas necessidades são atendidas pelo PAAE. Raquel, por exemplo, afirma que ao entrar no Instituto o Programa não oferecia ainda o auxílio alimentação.

> ...como eu sou de uma zona rural bem afastada da instituição, ele [o Programa] me ajudou muito economicamente, principalmente pra alimentação, pra pagar a passagem e ajudar minha família... ajudar na economia da família. ... há certas dificuldades, principalmente em transporte pra quem mora fora e pra você ficar um tempo determinado aqui no colégio. Porque no início, quando eu entrei [no IFBA],não tinha almoço. Então eu sempre tinha que comprar merenda ou então comprar um almoço aqui na cantina. E isso ajudou bastante. Porque quando você enfrenta essas dificuldades, a primeira coisa que você pensa é em desistir. E quando você tem uma ajuda para que você consiga enfrentar essas dificuldades, tudo assim fica um pouco melhor (Raquel).

> ...ajuda nas finanças...meus pais não têm muitas condições, não têm trabalho, emprego fixo, aí ajuda a gente a se manter aqui no IFBA (Bina).

Sem dúvidas os auxílios e as bolsas de assistência estudantil, para os estudantes desfavorecidos economicamente, é por muitas vezes a única alternativa para a conclusão de seus cursos. Ainda que as necessidades desses alunos estejam além do alcance de um recurso financeiro (auxílios e bolsas), os relatos apontam que este apoio é muito importante. Perguntados sobre as contribuições dos auxílios e bolsas para a permanência e aproveitamento no curso, algumas respostas foram referentes "às ajudas" para custear o transporte, alimentação, moradia entre outros.

> O auxílio, eu acho ele bom, né? E ele contribui, porque ... ajuda. Ajuda a gente a se manter aqui, lanchar, transporte também que eu vou aos finais de semana pra casa, moradia, pagar as contas e é isso [...] (Bina)

> ...só pelo fato de estar vindo assim de tão longe, eu acho que é caro pra ficar vindo. E às vezes, Mainha [Minha mãe] não tinha como ficar me dando dinheiro. A merenda também. Tinha vez que tinha que ficar pra almoçar, teve um tempo também que não tinha almoço. E aí eu acho que foi importante (Ariane).

> É muito bom porque além de manter a gente aqui com a quantia que é oferecida, dá para a gente comprar materiais de estudo... como por exemplo: livros...fardas, essas coisas. Coisas que podem ajudar no colégio...ajuda comprar uma tecnologia que pode ajudar como um notebook...que possa ajudar pra fazer os trabalhos fora do colégio...Ou seja, é um valor que ajuda bastante pra todo mundo que é bolsista (João).

Dois entrevistados relataram a contribuição da bolsa no percurso escolar, ressaltando que a dedicação exclusiva aos estudos, sem a preocupação em conciliar estudo e trabalho, é de grande importância para o bom desempenho escolar. É um consenso para os dois que o recebimento da bolsa PINA é um incentivo à dedicação aos estudos, pois o trabalho unido às atividades escolares reduziria o coeficiente de rendimento acadêmico.

> É fundamental porque é uma forma de fazer com que a gente estude sem ter a necessidade de tá se preocupando com emprego...no momento em que você está no Instituto, é uma forma de assegurar que a gente estude, que a gente exerça as nossas atividades de uma forma bastante produtiva, sem ter essa preocupação, né? [...] (Jacó).

> Se a gente não tivesse esse auxílio, teria que procurar um emprego, né..., então o rendimento já baixaria por que você não teria aquele tempo ali suficiente pra estudar e dar conta de tudo aqui, né? (Thaís)

Estas falas já demonstram que o Programa tem feito contribuições para esses alunos desenvolverem seus estudos, pelo fato de que o apoio concedido dispensa que eles estejam estudando e trabalhando, ao mesmo tempo. No item 2. 2 desta dissertação, analisamos a situação dos jovens neste quesito, de acordo com levantamento feito pelo IBGE. A pesquisa do Censo 2010 mostra que 53,5% dos jovens no Brasil, de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente. Nossos entrevistados não se incluem na primeira e nem nessa última categoria dos jovens considerados nessa faixa etária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a).

Alguns autores tratam desta questão, Zago (2006), por exemplo, no estudo **"Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares"** revela que os jovens pobres ingressam nas universidades, mas a necessidade de trabalhar e prover o seu próprio sustento e de sua família o colocam em situação desfavorável em relação aos demais jovens. Ela evidenciou que os participantes da sua pesquisa eram trabalhadores-estudantes, com atividades que demandavam horas diárias, determinando uma forte concorrência com os estudos. A autora traz que durante o ensino médio dos pesquisados e em alguns casos no ensino fundamental, a escolaridade esteve associada ao trabalho e à sobrevivência. Como visto Jacó e Thaís enfatizaram a necessidade do trabalho, caso não recebessem o incentivo financeiro e corroboram com o estudo de Zago ao afirmarem que o trabalho associado ao estudo compromete o rendimento escolar.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos estudantes bolsistas, apenas uma participante trabalha informalmente no ramo de cosméticos e vestuário. Os demais encontram-se apenas

estudando, freqüentando a instituição só com o apoio do Programa, envolvidos nas atividades escolares mas cientes que essa realidade poderia ser diferente, caso fossem trabalhador-estudante. Essa análise confirma que o Programa é de suma importância na vida desses alunos, na manutenção, na permanência e no desempenho desses estudantes no IFBA.

Esses dados ratificam o estudo "Juventude na escola, sentidos e buscas: Por que freqüentam?" realizado pelo MEC (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015), analisado no Capítulo 2 desta dissertação, que afirmou que estudar e trabalhar é a situação de muitos jovens, mas, os do ensino médio são os que menos estudam e trabalham.

É interessante notar que os depoimentos dos estudantes entrevistados nos indicam que, em nenhum momento, eles se referem às ações do Programa como uma forma de fazer valer um direito que é determinado pela legislação, mesmo que as ações do PAAE no *Campus* de Jacobina, ao divulgarem os editais de inscrição e no apoio dispensado à permanência desses alunos como bolsistas, informem esse princípio legal entre eles. Fatos como este são analisados por Leite (2012), mencionados na fundamentação teórica desta dissertação. A autora salienta ser necessário retirar o caráter focal e seletivo da política de assistência estudantil, defendendo seu atendimento universal para tê-la como direito de todos os estudantes.

Couto (2006) corrobora com o mesmo pensamento ao considerar a assistência como sinônimo de caridade. Por seu turno, Demo (2000) defende que as ações de assistência estudantil não se caracterizam como assistencialismo. Para o autor a assistência estudantil é uma política provisória, que não gera uma situação de dependência, tendo como finalidade recuperar as condições de autonomia, tão logo seja possível.

No capítulo "Panorama da assistência estudantil no Brasil" desta dissertação, discutimos que é dever do Poder Público mover ações para garantir a permanência do estudante nos seus estudos. Reiteramos que o Serviço Social da instituição em análise desenvolve ações que visam à conscientização dos estudantes com relação aos direitos garantidos na legislação.

Quando questionados se, com o recebimento do recurso financeiro, concluiriam satisfatoriamente os seus cursos, todos os entrevistados responderam que "Sim". Jacó, aluno do 4º e último ano do curso de Mineração, contemplado com a bolsa PINA e o auxílio alimentação fez o seguinte relato:

> Sim, porque desde o primeiro ano em que eu comecei a receber o auxílio, eu me vejo na obrigação de dar o meu melhor. Por que a ideia do programa é justamente essa, incentivar o estudo. Então não adianta a gente receber o auxílio e a gente não tá dando um retorno positivo... Então a gente tem que fazer a nossa parte também.

Percebe-se o compromisso do aluno relacionado às atividades oferecidas pelo programa, que tem como finalidade, justamente, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, estimulando e desenvolvendo a criatividade e a reflexão crítica.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas durante a trajetória desses alunos as experiências são tidas como positivas por sua maioria. Ao serem questionados se além dos estudos exerciam outras atividades que dificultassem seu desenvolvimento escolar, as respostam foram "Não", apenas uma participante sinalizou que cursa Geografia à noite na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, *Campus* Jacobina, e que conciliar as duas atividades é bem difícil, conforme registro a seguir:

> Sim, eu curso Geografia à noite. Por essa dupla jornada, fica às vezes meio cansativo... É uma graduação e um curso técnico... Você tem que saber dividir e disciplinar seu tempo... Tem que saber se disciplinar bastante para conseguir fazer as duas coisas ao mesmo tempo (Thaís).

Essa fala mostra o empenho dessa aluna para alcançar o sucesso escolar em um curso do ensino médio integrado e uma formação superior.

Sobre esta subcategoria "A contribuição dos auxílios e bolsas para a permanência do aluno na instituição e para o aproveitamento no curso" foi percebido nas falas dos entrevistados, que o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE é indispensável para que os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica permaneçam na Instituição. Eles consideram as bolsas e auxílios recebidos como instrumentos que contribuem para seu desempenho escolar e proporcionam a sua permanência na escola, já que auxiliam nas despesas escolares, como: alimentação, cópia e impressão, despesas com o deslocamento, entre outros. Eles consideraram que o Programa de Assistência Estudantil contempla as necessidades básicas do estudante.

5.4.4.3 Integração e convivência dos entrevistados na vida escolar no IFBA

Nesta subcategoria faremos uma análise de como os estudantes percebem o relacionamento, deles entre si, deles com os não bolsistas e como se dá a convivência dos estudantes contemplados no PAAE com os diretores, professores e os funcionários da instituição.

Quando indagados sobre o relacionamento com os demais bolsistas do programa todos responderam que possuem boa relação de amizade, e citam a questão de possuírem as mesmas

dificuldades, criando assim uma identificação entre eles. Falam também da questão de sempre se comunicarem para tratar de assuntos dos auxílios e bolsas. “É um relacionamento de amizade e tal, por ter as mesmas dificuldades também, né? Então, é ótimo” (Thaís); “ Assim, a gente mantém a comunicação. Tipo: ‘Ah, o dinheiro tá na conta’, ‘ o dinheiro tá previsto pra cair tal dia’, a gente tá sempre se comunicando assim pra passar as informações” (Higor). Fernando e Jacó destacam:

> ...eu tenho um bom relacionamento com todos, principalmente com os bolsistas que a gente conversa, procura ficar informado das coisas, um com o outro. Principalmente os das mesmas cidades, que sempre procuram estar passando informação um para o outro (Fernando).
>
> Eu percebo que a política de assistência ao estudante promove também uma certa integração entre os próprios bolsistas porque acaba funcionando como uma forma de identificação. Eu percebo que por mais que a gente não tenha tanta intimidade, tanta afinidade, a gente tem essa fácil comunicação. A gente se identifica, a gente se reconhece, tanto é que tem os grupos [na internet] onde a gente coloca a data que o pagamento vai sair, quando é que vai ter reunião, então tem isso, sabe? E a própria relação dos bolsistas com a própria assistente social, [...] é muito boa também porque a gente tem uma fácil comunicação com ela [...] (Jacó).

É importante salientar que, apesar de os bolsistas pertencerem às camadas menos favorecidas da sociedade e constituírem apenas uma parte do alunado dessa instituição, não existiram relatos em relação à discriminação, vindas dos colegas não bolsistas e dos servidores.

Sobre o relacionamento com os demais alunos da instituição que não são bolsistas, as respostas não foram diferentes. “É a mesma relação” (Higor); “Mesmo jeito. Não tem essa coisa de preconceito aqui com quem é bolsista ou quem não é, não tem isso” (João).

Raquel e Thaís corroboram com os demais.

> Até então o IFBA traz essa...assim, vamos dizer, essa vantagem de mostrar que todo mundo aqui, nessa instituição, é igual, é como uma família [...] as pessoas que não são bolsistas, em sua maioria, são as pessoas que têm condições. Então, acho que não há. Pra mim não há essa diferenciação (Raquel).
>
> Não tem diferença aqui na instituição, né? A gente é instruído a lidar com essas diferenças das pessoas. Nem todo mundo tem a mesma condição socioeconômica que você, nem todo mundo tem a mesma cor que você , nem todo mundo tem o mesmo gosto que você, então a gente tem que aprender a lidar com essas diferenças e não ter preconceito com as pessoas” (Thaís).

João também informa o bom nível de integração entre o alunado da Instituição, entre bolsistas e não bolsistas.

> [...] não sei quanto a todos os bolsistas, mas quanto a mim nunca houve caso de discriminação por ser bolsista, esse tipo de coisa. Não acontece esse tipo de coisa aqui. Ou seja, termina tornando a convivência muito agradável. Ninguém liga se você é bolsista ou não. Basicamente isso (João).

Diante das falas podemos observar que os bolsistas participantes desta pesquisa não se sentem discriminados. Na opinião deles todos são tratados com respeito e com igualdade no ambiente escolar. Tanto que nas falas do grupo focal eles ressaltaram, em tom de brincadeira, que "Aqui todo mundo quer ser bolsista".

Em relação à convivência com os diretores, professores e demais funcionários da instituição os participantes responderam que possuem uma relação tranqüila, amigável e com uma boa comunicação.

> [...] o relacionamento se dá de forma bastante pacífica, modéstia à parte, o corpo docente, o corpo de servidor do Instituto é bastante carinhoso, pelo menos comigo, eu vejo isso (Jacó).

Raquel se refere ao bom acolhimento dos professores em relação às suas dificuldades, principalmente, de comunicação:

> Assim, a minha convivência é tranqüila, principalmente com os professores, que são as pessoas que eu tenho mais contato. Eles, todas as vezes que eu tenho dificuldades, eles me ajudam, fazem o que podem pra tentar tirar essas dificuldades. Principalmente porque eu tenho uma certa dificuldade em me comunicar. Às vezes, eu tô tentando explicar a dificuldade que eu tenho, e às vezes eles não compreendem, mas eles têm a paciência de tentar amenizar aquela dificuldade ou aquele não entendimento (Raquel).

João salienta que mesmo não gostando de alguns professores, o relacionamento com eles é bom.

> De forma geral, é muito boa. Só alguns professores que a gente não se dá tão bem e tal, mas não é nada problemático. É só não gostar mesmo. Mas dos demais é normal. Todo mundo se comunica bem, não tem briguinhas, essas coisas, entre professores e alunos e os funcionários também (João).

Thaís até se estende na sua resposta quando questionada sobre o seu relacionamento no ambiente escolar, expondo seu bem estar em fazer parte dessa comunidade, até se emocionando quando imagina o período em que não estará mais no curso.

> Eu não me imagino fora disso aqui, não. Eu acho que quando eu sair daqui vou chorar tanto, porque eu sou sentimental, eu choro. Vou chorar tanto porque eu não me imagino longe disso aqui. A gente assim com aquele medo mas depois não quer mais sair. Esse espaço aqui é muito louco, proporciona a você diversas experiências que você nunca teria em outro lugar. Abre sua mente totalmente pra vislumbrar outras coisas na vida e assim, meu relacionamento com os professores é ótimo, com meus colegas também (Thaís).

As falas dos entrevistados mostrando esse clima de solidariedade, respeito e acolhimento, vão ao encontro das pretensões do que é estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA (2013, p. 18) quando dispõe:

> Considera-se como princípio da gestão do IFBA que, na condução dos processos administrativos/diretivos/educativos e nas relações sociais eticamente construídas, reafirmemos e respeitemos o ser humano como parâmetro primeiro e principal, isto é, só será possível construir uma sociedade democrática, livre e soberana nas relações sociais, de trabalho e educativas, formadas no ambiente escolar, se pautarmos nossas relações pelos princípios da igualdade, da equidade, da solidariedade, da inclusão e da sustentabilidade.

Nesta categoria analítica da pesquisa que tentou averiguar a percepção dos estudantes bolsistas selecionados na amostra, sobre o significado que eles conferem à política de assistência estudantil praticada pelo IFBA/Jacobina, mostrando que suas ações chegam a colaborar no atingimento dos princípios éticos estabelecidos pela Instituição.

5.4.5 Perspectivas futuras no campo profissional

Nesta categoria trazemos a percepção dos sujeitos da pesquisa em relação à contribuição do curso para a formação e vida profissional.

Em referência ao que vislumbram em termos de futuro, levando em conta o curso que estão frequentando e as perspectivas que têm para a vida profissional, alguns entrevistados salientaram que o curso corresponde à possibilidade de conseguir um trabalho para garantir seu acesso na universidade. Almejam cursar o nível superior. Para eles, isso não é visto como algo distante para alcançar. É algo muito próximo das suas realidades, segundo eles.

Raquel e João afirmam que o curso lhe dará oportunidade de conseguir um emprego efetivo para lhes garantir sua manutenção em uma Universidade e, assim sua permanência num curso de nível superior. Mais adiante outros depoimentos corroboram com as ideias desses alunos de não considerarem os cursos que freqüentam como fundamental para uma identidade profissional.

> Bem, a informática, além de abrir um novo olhar e uma nova perspectiva, me ajudou muito a ter um contato a mais com as tecnologias. O que eu pensei é...vou tentar me formar em Direito. O que eu pensei foi utilizar essa formação técnica pra arranjar um emprego e acabar me mantendo. Porque, como os meus pais não têm condições, acaba que pra eu fazer algum curso superior, eu teria que trabalhar. Então, eu pensei...vou fazer informática e trabalhar... pra manter o meu curso de Direito (Raquel).

> No caso do curso, por exemplo, Informática ela vai funcionar como meu plano B. Porque eu pretendo sair daqui "para o ano", não pretendo continuar morando em Jacobina. E por ser um curso técnico que é relativamente fácil de você conseguir emprego em grandes cidades, em grandes pólos como São Paulo, por exemplo, ela pode proporcionar que você trabalhe enquanto faz faculdade. E, no meu caso, seria algo relacionado à Justiça. Ou seja, mesmo que você entre aqui sem querer cursar um dos três cursos que tem, ele pode funcionar pra você como um plano B: e se a sua faculdade não der certo? E se você precisar trabalhar enquanto está cursando a faculdade? Então esse curso pode te auxiliar dessa forma (João).

Outros responderam que com o curso técnico a possibilidade de conseguir um emprego é maior.

> Como algo positivo, algo promissor. Eu vejo na mineração um espaço de atuação amplo e bastante pertinente, né? Porque a gente sabe que a Mineração é um espaço que tem ganhado cada vez mais destaque [na região]. Então, obviamente, conforme vai ganhando destaque vai precisando de pessoas para trabalhar, né? E é como eu falei: o mercado de trabalho hoje, ele é bem mais competitivo. E hoje quem tem um ensino de qualificação técnica é bem mais solicitado do que quem não tem. Então, eu vejo como algo promissor (Jacó).

Os demais sujeitos responderam que o curso tem sido uma experiência positiva para um ensino médio de qualidade e de grande contribuição para as suas vidas, mas que não pretendem seguir a área de estudo. Nas falas os alunos demonstram o interesse em adentrar nos IF's pela qualidade do ensino médio, e não para se profissionalizar na área estudada. Na verdade vislumbram cursos superiores em áreas diferenciadas do curso médio integrado (cursado) que estão matriculados. "Eu não vejo como algo que eu possa aproveitar tanto porque não é uma área que eu quero seguir. Penso em outros cursos superiores, essas coisas. Mineração não é uma

área que eu queira estar (Higor); “ Tem muita coisa que eu aprendo aqui que eu levo pra vida, mas não para área profissional que eu vou querer (Ariane).

Fernando explica que a expectativa dele não se refere à obtenção de uma profissão e, sim, ao aproveitamento que ele terá com o curso, que segundo ele tem qualidade, que lhe prepara de melhor forma e traz novos conhecimentos.

> Assim, pelo curso, algo que eu sempre quis fazer, tá tendo conhecimento e que lá na frente eu procure seguir a área. E também pelo ensino médio, porque é um ensino mais assim...vamos dizer...um ensino mais aprofundado, com professores mais capacitados que me dá mais um certo conhecimento, uma certa vontade assim de aprendizagem...Como que eu posso falar? Um aproveitamento melhor dos meus conhecimentos (Fernando).

Thaís valoriza o fato de sair do IFBA com uma profissão.

> Assim, a gente já sai daqui com uma profissão, né, então a gente não vai. A gente acha um estágio, um emprego, e a gente continua tocando a nossa vida daqui pra frente, entendeu? (Thaís)

Com isto, ao serem questionados se pretendem seguir carreira na área estudada, dois responderam que estão em dúvida, mas que isto pode ser o “pontapé inicial”, dois responderam que pretendem seguir carreira profissional na área, três responderam que não têm interesse em seguir na área, um indicou que: “É o meu quinto plano...se nada do que eu quero der certo, é algo que eu tenho ali como um ‘escape’” (Jacó).

Observamos que apesar de todos os participantes terem informado que a escolha dos seus respectivos cursos se deu devido ao critério da afinidade, ressaltaram na presente categoria, que não pretendem seguir a profissão ou estão em dúvida em relação à escolha. Percebemos que para alguns deles o curso é considerado como uma “porta de entrada” para o mercado de trabalho. Que mesmo não pretendendo seguir carreira profissional na área, o curso proporciona, qualidade no ensino e novos conhecimentos e, através dele outras possibilidades se apresentam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA para jovens de baixo poder aquisitivo do ensino médio integrado do IFBA/*Campus* Jacobina foi importante por permitir analisar a percepção do seu público alvo sobre o funcionamento do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE do referido *Campus.* Ao ingressar no curso de Mestrado, pensávamos em avaliar o impacto do Programa na vida dos estudantes bolsistas, a ressonância deste programa nos seus cotidianos e na vida escolar. No entanto, no percurso da pesquisa até a finalização deste trabalho, passando pelo exame de qualificação, pela revisão do Comitê de Ética do Instituto e pela própria coleta de dados, fomos sentindo a necessidade de alterar alguns objetivos, pois numa pesquisa de mestrado não seria possível fazer uma avaliação do programa, nem analisar o seu impacto, dado o tempo de duração do curso (quatro semestres). Por outro lado, o desenvolvimento do projeto levou a ampliar o escopo do estudo naquilo em que era possível investigar no tempo estipulado para o curso e, assim, foram reformulados os objetivos, revistas algumas categorias e incorporadas outras.

A contribuição dos membros da banca de qualificação foi fundamental para estender nosso estudo no que se refere ao campo de análise, definindo melhor os sujeitos dessa política (a população jovem, suas características, seu problemas e dilemas, enfim, sua diversidade) de forma a auxiliar na interpretação dos dados colhidos em campo. Este estudo sobre a juventude brasileira somou-se às reflexões que fizemos no capítulo 2 desta dissertação sobre a questão das desigualdades socioeconômicas no contexto brasileiro e como tais desigualdades são reproduzidas no sistema educacional, atingindo, consequentemente, os jovens que necessitam do apoio dos programas de assistência estudantil. Tais estudos nos levaram a ampliar as categorias de análise e enriquecer os instrumentos de coleta de dados para além do que os objetivos iniciais apontavam. Tornou-se importante verificar como eram as condições de escolaridade dos sujeitos antes de ingressar no IFBA e suas impressões levando em conta as novas condições de estudos que eram oferecidas pelo Instituto. Estas novas categorias fizeram com que nossos informantes expressassem de forma mais evidente suas percepções sobre as mudanças operadas nos seus cotidianos escolares e nas suas perspectivas acadêmicas.

Submeter o projeto ao Comitê de Ética do IFBA também foi uma oportunidade para refletir melhor sobre o tema, a questão da pesquisa, seus objetivos, assim como os cuidados que deveríamos tomar na condução da pesquisa. Esta submissão nos alertou quanto aos riscos e a

necessidade de objetivar as ações do projeto. De igual modo, a continuidade da pesquisa bibliográfica que desenvolvemos durante toda a investigação, nos despertou para a necessidade de incluir outras categorias de análise que levássemos a melhor interpretar as informações colhidas em campo. O desenvolvimento da pesquisa, pois, para nós foi um grande aprendizado, ao tempo em que demostrou, de forma mais direta e fortalecida, a relevância do tema, revelando sua importância para os estudos acadêmicos, especialmente na área da assistência estudantil, assim como no campo do ensino médio integrado à educação profissional. Sobre a assistência estudantil esta pesquisa enfatizou as suas finalidades configurando-se como uma política pública importante para o sucesso dos alunos.

Desta forma, o foco principal deste estudo incidiu sobre a Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFBA, que tem o objetivo de propiciar condições para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam acessar, freqüentar e concluir seus estudos no Instituto. No documento que trata da política estudantil do IFBA é definida esta assistência como

> ... um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial (IFBA,2010, p. 5).

Para desenvolver nossa pesquisa, depois de contextualizado o campo de investigação, delimitado o objeto de estudo e a questão principal, assim como seus objetivos, procedemos no capítulo 2 a uma discussão teórica sobre as condições socioeconômicas da população brasileira e as formas como tais condições rebatem no sistema educacional, evidenciando lacunas na oferta de educação derivadas da falta de oportunidades de grande parte dos brasileiros a alcançar uma educação digna e de qualidade. Em seguida, neste mesmo capítulo, discutimos as características da juventude brasileira, seus problemas e dilemas, no que ajudou a compreender alguns achados da pesquisa de campo. Os sujeitos da nossa pesquisa pertencem a um segmento da população que está inserido em um contexto de vulnerabilidade, diversidade, incertezas, insegurança, necessitando de políticas públicas de proteção para apoiá-los nas suas aspirações escolares. Ainda no capítulo 2 foi apresentada uma breve retrospectiva das ações de formação para o trabalho na história da educação brasileira, fazendo compreender o grande movimento de ampliação dessas ações nas últimas décadas que, ao lado de outras iniciativas no campo da formação para o trabalho empreendidas por programas governamentais em vários níveis, culminou na expansão de uma rede federal de educação profissional que vem ampliando as

oportunidades dessa formação em todas as regiões brasileiras para os jovens do ensino médio e educação superior.

O terceiro capítulo se ocupou em mostrar o panorama da política de assistência estudantil no Brasil. Foi analisado o surgimento e a trajetória da Política de Assistência Estudantil, dando ênfase à implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, pensado como uma estratégia para minimizar a evasão e melhorar o desempenho dos estudantes pertencentes às camadas mais populares, oriundos da rede pública de ensino. Com esse programa, a educação ficou mais acessível aos estudantes de baixo poder aquisitivo, sendo a assistência estudantil a alternativa encontrada pelo governo para garantir a permanência desses alunos nas instituições de ensino públicas federais. Este capítulo mostrou, também, a importância do PNAES, que através de sua regulamentação considera a política de assistência estudantil como um direito, com ações necessárias para o enfrentamento de carências resultantes do sistema econômico-social adotadas no país.

Nessa consideração da assistência como direito, ressaltamos que não há um consenso entre os autores sobre essa política, mesmo que ela se apresente como propiciadora de oportunidades educacionais para a população de baixo poder aquisitivo. Nesse terceiro capítulo apresentamos algumas críticas que são feitas à política que vem sendo praticada no Brasil nesta direção. Para Couto (2006), a assistência que é desenvolvida pelos programas governamentais se constitui mais como sinônimo de caridade, de assistencialismo e não como um direito assegurado por lei. Corroborando com esta ideia Leite (2012) critica essa política pelo seu caráter seletivo defendendo que esse direito deve atingir a todos os estudantes. Já Vasconcelos (2010) apresenta uma visão mais otimista desses programas, argumentando que eles contribuem para a superação dos obstáculos e melhor desempenho acadêmico dos beneficiados. Por seu turno, Pedro Demo (2000) considera que a assistência estudantil tem por finalidade recuperar as condições de autonomia do estudante, tão logo ser possível e não se constituir de forma definitiva, sendo suas ações não caracterizadas como assistencialista. As discussões em torno desta questão que tangencia o nosso objeto de estudo demonstram a necessidade de maiores reflexões sobre o tema.

Retomando a sequencia da escrita desta dissertação, o quarto capítulo expôs o percurso metodológico adotado na investigação, oferecendo os detalhes das decisões tomadas para a coleta e análise de dados.

Os resultados do estudo são apresentados no capítulo 5. De início, reportando ao processo de consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e enfatizando o seu movimento de expansão, o capítulo trouxe o histórico do IFBA e apresentou

a Política de Assistência Estudantil desse Instituto, descrevendo as diretrizes, princípios e procedimentos ao oferecer múltiplas modalidades de auxílios e bolsas, com detalhes ao funcionamento desse serviço no *Campus* de Jacobina. No último item deste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo, que seguiram quatro categorias analíticas com suas respectivas subcategorias, na perspectiva de alcançar os objetivos específicos expostos na Introdução desta dissertação. Antes, porém, da apresentação desses resultados seguiu-se uma breve caracterização do universo da pesquisa, composto por alunos do ensino médio integrado dos cursos de Mineração, Eletromecânica e Informática participantes do programa que recebem recursos financeiros na forma de bolsas e auxílios. Nesta caracterização constatou-se a situação de vulnerabilidade socioeconômica desses sujeitos representada principalmente pela baixa renda *per capita* familiar, moradia e outros indicadores que revelavam as dificuldades de permanência nos cursos. Esta caracterização por seu turno facilitou a escolha da amostra dos bolsistas a serem entrevistados.

A partir das categorias analíticas conhecemos a vida escolar dos jovens entrevistados antes do ingresso no IFBA, os motivos que os levaram a escolher a instituição e o curso, as suas percepções acerca do PAAE e as perspectivas futuras no campo profissional.

Com as entrevistas individuais e com o grupo focal desenvolvido com os participantes do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE identificamos os sentidos da Política de Assistência Estudantil para os estudantes bolsistas do IFBA/Jacobina. Advindos de escolas públicas com precárias condições de funcionamento, sem a infraestrutura adequada, com professores sem a devida formação, sendo moradores de vários municípios circunvizinhos de Jacobina, esses estudantes mostraram que escolheram o IFBA e o curso como uma importante alternativa para seus estudos e demonstraram a surpresa que tiveram ao adentrar no Instituto e de contar posteriormente com o serviço de assistência que os apoiaram na permanência do curso.

Pelas falas dos estudantes entrevistados fica clara a diferença que existe entre as condições de ensino da escola onde cursaram o ensino fundamental antes do ingresso no IFBA e as condições que esse Instituto lhes oferece, em termos de apoio, condições materiais de aprendizagem, de estrutura e qualidade do processo de ensino, o que contribui para sua permanência e conclusão no curso.

A pesquisa constatou que os entrevistados, embora reconheçam a importância de receber recursos financeiros para a sua manutenção, tem a oportunidade de aproveitar dos serviços que a convivência no Instituto favorece, levando-os a maior concentração nas

atividades escolares e ainda participando de atividades culturais que fora não lhes são disponibilizadas.

Os resultados da pesquisa revelam que os bolsistas estudados compreendem a importância do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA para sua permanência e êxito no Instituto.

Ressalta-se que mesmo chegando a resultados que mostram a importância do Programa para os entrevistados e que o auxílio financeiro proporcionado pelas bolsas é indispensável para a permanência desses alunos na instituição, não podemos concluir que o Programa analisado possa solucionar eficazmente os problemas sentidos pelo alunado das classes menos favorecidas que freqüentam o Instituto. Mesmo se os benefícios chegassem a todos os estudantes que apresentarem dificuldades para a permanência e conclusão dos cursos dessa instituição, o Programa não seria suficiente para oferecer a igualdade de condições na oferta da educação para a demanda da região, conforme é garantido na legislação brasileira. Esses alunos que se constituíram o universo da pesquisa assim como os escolhidos na amostra passaram por uma seleção e isto já significa um recorte da população que necessitaria desses auxílios. Além disto, os achados da pesquisa se referem a uma amostra de oito estudantes e seus resultados não podem ser generalizados.

Mesmo considerando essas limitações da pesquisa, podemos concluir sobre a importância das ações de assistência estudantil para os alunos entrevistados, ao tempo em que consideramos que as discussões e análises contidas neste trabalho poderão fomentar o debate em torno das políticas de proteção social, especialmente em relação à assistência estudantil, contribuindo para o aperfeiçoamento dos programas formulados na intenção de salvaguardar os direitos conquistados pelos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J**. Juventude na escola, sentidos e buscas**: por que freqüentam? Brasília, DF: Flacso, Brasil: OEI, MEC, 2015. 346 p. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

AGENDA JUVENTUDE BRASIL. **Pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013**. Observatório Participativo da Juventude: Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/noticias-destaque/PesquisaJuventudeBrasil.pdf>. Acesso: 12 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 75-116, maio/ago. 1995 (Dossiê Dívida Social). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a04.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ALMEIDA, N. L. T. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação**. Caderno Especial**, n. 26, p. 1-56, edição 4 a 25 nov.2005. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf> Acesso em: 5 fev. 2017.

AMADO, J.; FERREIRA, S. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. ISBN 978-989-26-0655-2.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Texto para Discussão nº 1227. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf>. Acesso: 09 nov. 2017.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. (Dossiê de Desigualdades de Elisa Reis). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>. Acesso: 28 de fev. 2017.

_____. **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discussão n. 800. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro: 2001. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0800.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R. P. N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda**: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Texto para discussão n. 454. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0454.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BARROS. R. P.; MENDONÇA. R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Texto para discussão nº 525. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf>. Acesso: 09 nov. 2017.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Decreto nº 20.559, de 23 de outubro de 1931. Dispõe sobre a aplicação dos valores oferecidos pelo povo, com o intuito de auxiliar o resgate da dívida externa. **Câmara dos Deputados,** Palácio do Congresso Nacional**,** Brasília, DF, 28 out. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20559-23-outubro-1931-511711-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____.Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 16 jul.1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 11.set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 14 fev.2017.

_____. Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF 13 maio 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 24 abr. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Portaria normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007b. **Portal Ministério da Educação,** Brasília, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 29 DEZ. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Resolução n. 466 de 2012. Aprova Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. **Ministério da Saúde**. Brasília, DF, dez.2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 e legislação correlata. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2013. 37 p. (Série legislação ; n. 109). Atualizada em 27/8/2013.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social**: alcances, perspectivas e desafios. 2013. 256f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas 2013. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/330/1/josiela.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CERQUEIRA, D. *et al*. **Atlas da Violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COELHO, J. E. O decreto nº 2.208/97 e a reforma da educação profissional na unidade Florianópolis da Escola Técnica Federal de Santa Catarina - IFSC/SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2014, Cuiabá. **Anais**... Cuiabá: SBHE, 2014. GT 1 – Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/O%20DECRETO%20N%202208-97%20E%20A%20REFORMA%20DA%20EDUCACAO%20PROFISSIONAL.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**. Nações Unidas: Santiago do Chile, 2014. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37706/1/S1420848_pt.pdf>. Acesso em 08 nov. 2017.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, P. **A educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS 'HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL', 9, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa**:** UFPB, 2012. 1492-1508. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 10 dez. 17.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **I Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 1994**. Brasília: FONAPRACE, 1994. Disponível em:<http://www.andifes.org.br/pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-1994/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. **Jornal do FONAPRACE**, ano 3, n 5, abr. 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/administrcao/decanatos/DAC/fonaprace/images/jor_abr_01.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições de Ensino superior**. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/II-Perfil-dos-Graduandos-IFES-Vr.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

GADOTTI, M. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. In: **Educação e Sociedade**. CEDES, nº 8. São Paulo: Cortez, 1981.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu**. Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000. GT 9 — Trabalho e Educação. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0904t.PDF>. Acesso:10 dez. 17.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1995. Disponível em: <http://www.das.ufsc.br/~andrer/ref/bibliogr/pesq/pesq1.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em:<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000200008.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Brasil termina o século com mudanças sociais. Brasília, 2001. Disponível em:<http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm.>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____**. Relatório ONU**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/03122002relatorio_onu.shtm>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____**.. Censo Demográfico 2010**. Educação e deslocamento: Resultados da amostra, Rio de Janeiro, 2010a, p.1-205.

_____**.. Cidades**: Bahia – Jacobina. 2010b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291750>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____**.. Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. 146 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 36).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Salvador, 2010. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/jequie/ensino/normas-academicas/diretrizes_da_politica_de_assistencia_estudantil_do_ifba.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____.. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA**. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFBA 2014 – 2018**. Salvador: IFBA, 2014a. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2014-2018-publicado-pelo-consup-17-02-2017.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA.** Salvador: IFBA, 2014b. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/irece/documentos-assistencia-social/regulamento-da-politica-de-assistencia-estudantil.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____.**Política de Assistência Estudantil**. Salvador, IFBA, 2014c. Aprovada pela Resolução do CONSUP nº 194, de 04 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/eunapolis/assistencia-estudantil-pasta/paae-atualizado.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Ministério da Educação e Cultura: Brasília, 2000 -. Disponível em: <http://inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 20 nov. 2017.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. 310f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

JACOBINA, BAHIA. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Documento-Base. Prefeitura Municipal de Jacobina. Secretaria Municipal da Educação e Cultura: Jacobina, Bahia, 2015.

KAGEYAMA. A; HOFFMANN R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZdeiNTSRdtAJ:www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php%3Fid%3D603%26tp%3Da+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 11 out. 2017.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115340.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n.51, p. 139-172, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a02v1451>. Acesso: 09 nov. 2017.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social,** v. 14, n. 31, p. 453-72, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485>. Acesso em: 02 fev. 2017.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta).

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MENDES, A.; BUZINARI, D.; OLIVEIRA, Y. R.S. **O enfrentamento das expressões da questão social a luz dos programas de transferência de renda.** 2006. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" – Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, Presidente Prudente, SP, 2006. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/516/512>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____ (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/386715/mod_folder/content/0/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 30 jan. 2017.

NEVES, José Luiz. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração,** São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 08 jun. 2015.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (orgs.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923por.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior**: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+democratizando+o+acesso/55de1414-1620-4b62-bdea-595ee7a32c2e?version=1.2>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2003.

PAULO NETTO, J**.** Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007, p. 135 -170. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>. Acesso em: 08 nov. 2017.

POERNER, A. J. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 2000/2001: Luta contra a pobreza. **Banco Mundial**. Washington, D.C., 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso: 12 nov. 2017.

ROCHA, S. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil**: a evolução – 1981/95. Texto para discussão n. 567. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0567.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RODRIGUES, S. O. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971: o ensino médio no contexto autoritário da ditadura militar (1964-1985). **Rev. Eletrôn. LENPES-PIBID de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, jul-dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%20%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20ILEIZI.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil:** (1930/1973). 40.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Prefácio do Prof. Francisco Iglésias.

SAMPAIO, R. L.; ALMEIDA, A. R. S. Da escola de aprendizes artífices ao instituto federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional. In: FARTES, V. L. B.; MOREIRA, V. C. (orgs.). **Cem anos de educação profissional no Brasil**: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009). Salvador: EDUFBA, 2009, p. 15-27.

SANTOS, F. R. N. Como anda a pobreza na Bahia? O século XXI visto de perto. **Rev. Desenv. Econ**., Salvador, ano XVIII, v.1, n. 33, abr. 2016, p. 233 -250. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/3755/2918>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA JUNIOR, L. H.; SAMPAIO, Y. Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil. **Prob. Des. México**, v. 41, n. 163, p. 75-97, dic. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000400005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SILVA, A. M. R **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. 2009. 192f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/sites/ppge.ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/IE_dissertacao_AnaMarciaRodriguesdaSilva.pdf>. Acesso em: 09 nov. 17.

SILVA, F. M. *et al*. A importância da estrutura e funcionamento da educação básica. In: SEMANA DE ESTUDOS, TEORIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS, 5, 2014, Pau dos Ferros, RN. **Anais**... Pau dos Ferros: Editora Realize, 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/anais.php>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137f. Dissertação

(Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/260>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SOARES, S. *et al*. Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais. **Centro Internacional de Política Inclusivo**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, abr. 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB50PT_Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SOUZA, P. H. G. F; OSÓRIO, R. G. **Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia**: 1995a 2009. Texto para Discussão nº 1696. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1696.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SPOSITO, M. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STEHR, N. Dossiê da Desigualdade. Da Desigualdade de Classe à Desigualdade de Conhecimento. **Rev. Bras. Cienc. Social**, v. 15, n, 42, fev. 2000. (Dossiê Desigualdade). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1739.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n.3, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 02 fev.2017.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no Brasil**:** histórico. SENAIsc-Jaraguá do Sul, **E-Tech:** Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008. Disponível em: <http://etech.sc.senai.br/index.php/edicao01/issue/view/3>. Acesso em: 14 dez. 2017.

YANNOULAS, S. C.; GARCIA, A.V. A complexa relação entre educação, pobreza e desigualdade social**. Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p 15-18, maio/ago. 2017.

ZAGO. N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. de Educ**., v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

A) Características gerais

Número de ordem: ____

1. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino.
2. Cor: ( ) branca ( ) preta ( ) pardo, moreno
3. Idade:____.EstadoCivil:_____Curso:_____Ano de ingresso___
4. Escolaridade do Pai: ( ) superior; ( ) médio completo ( ) médio incompleto

( ) fundamental completo ( ) fundamental incompleto ( ) sem escolaridade

5. Escolaridade da Mãe: ( ) superior; ( ) médio completo ( ) médio Incompleto

( ) fundamental completo ( ) fundamental incompleto ( ) sem escolaridade

B) Aspectos socioeconômicos

1 - Você trabalha ou já trabalhou? ( ) sim ( ) Não.
Se sim, em que função? _____
2 - Além dos estudos você exerce outras atividades que possam dificultar desenvolver suas atividades escolares? ( ) Sim ( ) Não.
Se sim, que tipo de atividade?_____

C) Vida escolar

1 - Assinale o tipo de escola em que estudou a maior parte do tempo:
( ) Pública ( ) Particular
2 - Conte a sua experiência ao estudar no ensino fundamental, sobre a ou as escolas em que freqüentou:

a. Sobre a atuação das diretoras, vice-diretoras e coordenadoras_____
b. Sobre os professores e seus métodos de ensino_____
c. Sobre as disciplinas que mais gostou, sobre as que não gostou_____
d. As facilidades e as dificuldades para a aprendizagem_____
e. Sobre as condições da escola,
   i. Situação do prédio, salas, área de recreio, sanitários:
   ( ) amplo ( ) restrito ( ) bem conservado ( ) mal conservado

ii. Situação do mobiliário, mesas cadeiras, carteiras, quadro, armários:

( ) conservado ( ) mal conservado ( ) insuficiente

iii. Situação da segurança:

( ) bem seguro ( ) inseguro

f. Sobre os serviços de:

i. merenda ( ) sempre disponível ( ) pouco disponível

( ) cardápio variado ( ) sem variedade ( ) com limpeza ( ) sem limpeza

ii. material didático, biblioteca:

( ) muitos livros e revistas ( ) poucos livros e revistas

( ) muito material didático ( ) pouco material didático

3. Teve dificuldades de enfrentar a escola anterior ao IFBA?

( ) Sim ( ) Não Quais?_____

4. Quem na sua família possui ou está fazendo curso superior? _____

( ) Não tenho parentes que fizeram ou estão fazendo curso superior

5. Fez curso preparatório para ingressar no IFBA?

( ) Sim ( ) Não Se sim, qual:_____

6. Que razões levaram a que você escolhesse este curso_____

7. Que razões levaram a que você escolhesse o IFBA?_____

D) Convivência no IFBA

1. Que ideia você tinha sobre o curso escolhido antes de começar a frequentar?_____
2. Ao frequentar o curso quais as impressões/surpresas você teve?_____
3. Ao escolher o IFBA você conhecia o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA? ( ) sim ( ) não.

   Se sim, este fato influenciou sua escolha desta instituição? ( ) sim ( ) não
4. Como você soube que existia este programa_____
5. Já pensou em desistir do curso?

   ( ) Sim ( ) Não Se sim, Por quê?_____

Se não, que razões levam a continuar a freqüentar o curso_____

6. Indique quais os auxílios e/ou bolsas do IFBA que você utiliza?

   ( )Auxilio moradia ( ) ( )Auxilio Transporte
   ( )Bolsa de estudo ( ) ( )Bolsa PINA

7. De que forma você acha que o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do IFBA atende as necessidades dos estudantes? _____
8. Você conhece o Programa de Assistência Estudantil de outro IF ou alguma Universidade? ( ) Sim ( ) Não
   Se sim, quais as diferenças?_____
9. O que você acha sobre a contribuição do auxílio recebido para sua permanência e aproveitamento no curso?_____
10. Você acha que com o auxílio e/ou bolsa que você recebe do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante concluirá satisfatoriamente o curso?

    ( ) Sim ( ) Não

11. Como você se relaciona com os demais bolsistas do Programa?
12. Como você se relaciona com os alunos que não são bolsistas?
13. Como é a convivência com o diretor, os professores e os funcionários?
14. Como você vê a contribuição deste curso para a sua formação e vida profissionalno futuro?

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – Mestrado e Doutorado

Salvador, 23 de maio de 2017.

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, Epaminondas Silva Macêdo, Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/*Campus* Jacobina, autorizo a realização da pesquisa **- A Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre o impacto do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/*Campus* Jacobina.** O referido projeto será desenvolvido pela mestranda Jociane Marta da Silva Correia, sob orientação da professora Drª. Maria Couto Cunha na dependência da referida Instituição de ensino. Declaro estar ciente da natureza, dos objetivos e métodos desta pesquisa.

Jacobina, 23 de maio de 2017.

_____
Epaminondas Silva Macêdo
Diretor Geral do IFBA/*Campus*Jacobin

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

CAMPUS JACOBINA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa - A Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre o impacto do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/*Campus* Jacobina, sob a responsabilidade da pesquisadora Jociane Marta da Silva Correia, a qual pretende apreender a percepção dos bolsistas sobre as mudanças nos seus cotidianos e nas suas expectativas profissionais, a partir das ações do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante no IFBA. Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista individual e de uma técnica de grupo focal e deverão ser gravadas, caso haja permissão do entrevistado.

Os riscos possíveis que poderão advir da pesquisa, poderão ser de ordem mínima dados os cuidados que a pesquisadora irá tomar. Todas as dúvidas suscitadas serão de pronto respondidas pelas pesquisadoras e será informado aos participantes de forma clara que não existe nenhuma obrigação de responder qualquer item em que o participante não se sinta confortável em fazê-lo.

Devido aos participantes ficarem aproximadamente uma hora respondendo perguntas, existe a possibilidade de cansaço mental e dores posturais por permanecer na posição sentada. Caso haja esse desconforto, as pesquisadoras podem conceder um intervalo para um descanso ou agendar outro horário para a continuação da entrevista, caso o participante concordar. Serão evitadas todas as questões que levem a constrangimento de apresentar aspectos pessoais e familiares da vida dos estudantes, caso as pesquisadoras percebam a presença dessas situações.

Outro risco possível seria o tipo de conteúdo a ser abordado que poderia causar níveis incomuns de constrangimento. Nesse sentido, uma importante medida de prevenção em relação a tais riscos será a compreensão prévia de todos os sujeitos da pesquisa acerca dos objetivos e instrumentos a serem utilizados no estudo. Também se torna relevante que os pesquisadores

considerem e revisem criteriosamente as questões que possam trazer algum tipo de incômodo aos participantes do estudo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para uma possível implementação de uma nova configuração da assistência estudantil no IFBA/Jacobina que seja mais adequada à realidade socioeconômica dos estudantes. Além de contribuir para o debate acadêmico sobre a temática que, por sinal, é recente no cenário das pesquisas no campo da educação, da sociologia e das políticas públicas.

Se depois de consentir em sua participação o Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. Centenário, Nº 500 – Nazaré – Jacobina – BA 44 700 - 000, pelo telefone (74) 3621 - 1769, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, Nº 39 - Canela - Salvador - BA 40.110-150, telefone (71) 3221-0332.

Consentimento Pós–Informação

Eu,_____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um denós.

_____
Assinatura do Participante

_____
Assinatura do Pesquisador Responsável

Data: _____/_____/_____

ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu,_____ ,inscrito sob o CPF_____assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado - "A Política de Assistência Estudantil: um estudo sobre o impacto do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/*Campus* Jacobina".

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1 - A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

2 - A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

3 - A não apropriar para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;

4 - A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

- Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação da tecnologia, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

- Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades

especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.

- Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a apresentação da tecnologia acima mencionada.

- A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Jacobina, ____ /____ /____

_____

(Pesquisador)

ANEXO D – FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

MODALIDADE DE BOLSA/AUXILIO QUE O ESTUDANTE TEM INTERESSE:
( ) Auxílio Transporte ( ) Auxílio Moradia() Auxílio Cópia e Impressão
( ) Bolsas Vinculadas à Projetos de Incentivos à Aprendizagem -PINA
( ) Aquisições - Almoxarifado Social ( ) Bolsa de Estudo ( ) Aux. Alimentação

IDENTIFICAÇÃO DO/A REQUERENTE

INFORMAÇÕES DO PAI:
Nome Completo: _____
Situação do Pai: ( ) Presente ( ) Falecido ( ) Separado ( ) Outros:_____
Endereço:_____N.º____Bairro:_____
Cidade:_____CEP:_____Estado:_____Telefone:_____Celular:_Idade:__RG:_____
_____CPF:_____
Local de Trabalho:_____Renda bruta mensal R$___

INFORMAÇÕES DA MÃE:
Nome Completo: _____
Situação da Mãe: ( ) Presente ( ) Falecida ( ) Separada ( ) Outros:_____
Endereço:_____N.º____Bairro:_____
Cidade:_____CEP:_____Estado:_____Telefone:_____Celular:_____Idade:__RG:____
_____CPF:_____
Local de Trabalho:_____Renda bruta mensal R$___

INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL:
Nome Completo: _____
Endereço:_____N.º____Bairro:_____
Cidade:_____CEP:_____Estado:_____Telefone:_____Celular:_____Idade:__
RG:_____CPF:_____
Local de Trabalho:_____Renda bruta mensal R$___
Documento comprobatório da responsabilidade 1:_____
Órgão Expedidor:_____ Vigência_____

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO: (todos os campos de preenchimento obrigatório)
Nome Completo:_____
Endereço:_____
CPF:_____RG:_____TEL:( )_____
Data de Nascimento:_____Idade:___sexo: ( ) F ( ) ME-mail:_____
Estado Civil:_____Escolaridade:_____Raça/Cor:_____
Natureza da Escola de Origem: ( ) Pública ( ) Privada
Exerce Atividade Remunerada ( ) Sim ( ) Não
Qual:_____Renda: R$_____

SITUAÇÃO ESCOLAR:
N.º de Matrícula:_____Série a cursar:_____Ano de Ingresso no Colégio:_____
Pedido de Concessão de Bolsa \ Auxilio : ( ) Novo ( ) Renovação
Curso:_____Modalidade: ( ) Integrado ( ) Subsequente Turno:_____Turma:_____

DADOS BANCÁRIOS:
Conta Bancária Própria: ( ) Sim ( ) Não Banco:_____
Agência:_____Conta Corrente:_____

QUADRODECOMPOSIÇÃOFAMILIAR:(Iniciaropreenchimentodoquadrocomosdadosdo(a)aluno(a). Neste deverá constaronomedetodasaspessoasquemoramnamesmaresidênciado(a)aluno(a), inclusive crianças.)

Nome Completo	Parentesco	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Profissãoou Atividade	Renda (R$)

Favor anexar a Ficha de Avaliação Socioeconômica cópia do documento comprobatório informado.

DESPESAS MENSAIS BÁSICAS:

DESPESAS	VALOR: R$	DESPESAS	VALOR: R$
ÁGUA		MEDICAMENTOS	
LUZ		EMPRÉSTIMOS	
TELEFONE		TRANSPORTE ESCOLAR	
ALIMENTAÇÃO		INTERNET	
ALUGUEL (Quando for o caso)		EDUCAÇÃO(CRECHE,ESCOLA,FACULDADE,CURSOS)	
CONDOMÍNIO		FINANCIAMENTO (CASA, AUTOMÓVEL, ETC)	
PLANO DE SAÚDE			
OUTRAS DESPESAS * ESPECIFICAR			
SUB-TOTAL	**R$**	**SUB-TOTAL**	**R$**
		SOMA TOTAL R$	

IMÓVEL DE MORADIA:

( ) Próprio	( ) Alugado Valor do Aluguel: R$____	( ) Cedido Nome e parentesco com proprietário:	( ) Financiado Valor da Prestação: R$_____

IMÓVEIS ALUGADOS:

TIPO DO IMÓVEL ALUGADO	**QUANTIDADE**	**VALOR DO ALUGUEL R$**
	TOTAL R$	

VEÍCULOS:

Marca/Modelo	**Ano de Fabricação**	**Utilização**	
		Comercial	**Passeio**

FILHOS ESTUDANDO EM ESCOLAS PARTICULARES:

Nome	**Escola**	**Valor da Parcela R$**
TOTAL R$		

CONDIÇÕES DE SAÚDE:

Há alguém na família que está em tratamento médico?_____Faz uso de contínuo medicamentos:_____

Nome	**Tipo da Doença**	**Despesa Mensal R$**
TOTAL R$		

Doenças Crônicas: doenças pulmonares, renais, câncer, sangüíneas, AIDS, neurológicas (epilepsia), cardíacas, outras. Há caso de doença crônica na família? ____

Nome	**Tipo da Doença**	**Despesa Mensal R$**
TOTAL R$		

Pessoa com deficiência: física, mental, sensorial (auditiva, visual), múltipla – (conforme Decreto 3.298/99) Há pessoa com deficiência na família? _____

Nome	**Tipo de Deficiência**	**Despesa Mensal R$**
TOTAL R$		

ESTÁ INSERIDO/PARTICIPA DE PROGRAMAS SOCIAIS OU SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS?

( ) Não ( ) Sim

QUAIS?

( ) PETI ( ) LOAS/BPC ( ) BOLSA FAMÍLIA ( ) PROJOVEM ( ) CRAS ( ) CREAS

( ) MAIS EDUCAÇÃO ( ) JOVEM APRENDIZ ( ) CAPS ( ) OUTROS ___

VALOR RECEBIDO: R$ _____
Descreva abaixo o motivo de sua solicitação:

Telefone e E-mail de referência para divulgação do resultado do processo seletivo: _____

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados por mim fornecidos neste formulário e estou ciente de que a não veracidade das informações acarretará a anulação do pedido de concessão de bolsa; registro ainda ciência da possibilidade do recebimento de visita domiciliar de representante institucional com vistas a complementaridade de dados.

Local/Data_____/_____/_____

_____
Assinatura do(a) Aluno (a)

_____
Assinatura do(a)Responsável legal pelo(a) Aluno(a)

CPF:_____RG:_____

CAMPO PARA AVALIAÇÃO E PARECER DO/A ASSISTENTE SOCIAL

RENDA FAMILIAR	**R$**
TOTAL DAS DESPESAS	**R$**
RENDA PER CAPITA BRUTA	**R$_____(Valor da renda dividido pela quantidade de membros).**

PARECER TÉCNICO DO/A ASSISTENTE SOCIAL:

DATA_/_____/_____Assinatura do/a Assistente Social:_____Nº CRESS:____

( ) Indeferido ( ) Deferido

Justificativa: